CARLOS OCTAVIO BUNGE E JOSÉ INGENIEROS

ENTRE O CIENTÍFICO E O POLÍTICO. PENSAMENTO RACIAL E IDENTIDADE NACIONAL NA ARGENTINA (1880-1920)

CAMILA BUENO GREJO

Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros

CAMILA BUENO GREJO

Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros

Entre o científico e o político. Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920)

CULTURA ACADÊMICA
Editora

Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

G841c

Greja, Camila Bueno
Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros : entre o científico e o político : pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920) / Camila Bueno Greja. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2009.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-98605-98-2

1. Bunge, Carlos O. (Carlos Octavio), 1875-1918 – Visão política e social. 2. Ingenieros, José, 1877-1925 – Visão política e social. 3. Identidade (Psicologia) – Argentina. 4. Características nacionais argentinas. I. Título. II. Título: Pensamento racial e identidade nacional na Argentina (1880-1920).

09-6048. CDD: 982.05
CDU: 94(82)"1880/1920"

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Editora afiliada:

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

Associação Brasileira de Editoras Universitárias

Dedico este trabalho à minha mãe,
Maria Inês Bueno Grejo, pessoa sem a qual
nada teria sido possível e que sempre
acreditou no poder transformador da educação.

Agradecimentos

Este trabalho não teria se realizado sem a fundamental participação de algumas pessoas, às quais dirijo meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço ao professor José Luis Bendicho Beired quem, desde a graduação, esteve ao meu lado demonstrando, por meio de um acompanhamento sério e dedicado, seu apoio em todas as etapas da pesquisa, desde a escolha das fontes até a redação final.

Às professoras Maria Ligia Coelho Prado, Maria Helena Rolim Capelatto, Gabriela Pellegrino Soares, Mary Anne Junqueira e Tânia Costa Garcia, integrantes do projeto temático da Fapesp, Cultura e Política nas Américas: circulação de ideias e configuração de identidades (séculos XIX e XX), pelas críticas e sugestões feitas durante minha apresentação ao grupo, das quais extrai questões fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos professores Áureo Busetto e Carlos Alberto Sampaio Barbosa, da Unesp/Assis, por sua leitura atenta, pelas sugestões e, especialmente, pelas críticas oportunas durante meu exame de qualificação.

Aos professores Daniel Lvovich e Ernesto Boholowski, ambos da Universidad General Sarmiento, na Argentina, pessoas maravilhosas com quem tive a oportunidade de trocar ideias e adquirir conhecimentos.

À Mariana Alcobre, responsável pelo arquivo Ricardo Levene quem, durante minha estadia em Buenos Aires, fez tudo o possível para facilitar meu acesso às fontes.

Àqueles que me ajudaram de diferentes formas em vários momentos do trabalho: Denílson Carignatto, Camila Kohori, Stella Maris Scatena Franco Viladalga. E, em especial, ao amigo Iuri Cavlak, pela companhia e disposição em ajudar-me tanto com a digitalização das fontes quanto com a bibliografia argentina.

À minha família, que me apoiou durante todo o percurso: Mainha, tia Júnia, minha irmã, Carolina, e aos meus irmãos "de coração", Fábio e Eduardo. Ao Marcílio e à Izabel agradeço como filha, pelo carinho e dedicação com que sempre me trataram.

Ao Pablo, por caminhar ao meu lado e ajudar-me a superar os desafios que se impuseram ao longo destes anos.

Finalmente, agradeço à Fapesp pelo suporte material que viabilizou toda a pesquisa.

Sumário

Introdução 11

1 Para que uma nacionalidade? 17
2 Do imigrante imaginado ao estrangeiro real 67
3 Os novos rumos da nação 97

Considerações finais 123
Bibiografia e referências bibliográficas 125

Introdução

O período compreendido entre o final do século XIX e o início do XX foi emblemático para os países latino-americanos no que diz respeito à afirmação de suas nacionalidades. Na Argentina, o desenvolvimento econômico e o grande contingente imigratório transformaram a questão nacional no tema central das discussões políticas e intelectuais da época.

Nossa proposta de trabalho consiste em analisar quais foram os mecanismos utilizados pela elite argentina a fim de que se forjasse uma identidade nacional no período compreendido entre 1880 e 1920. Para tanto, basear-nos-emos na produção intelectual de Carlos Octavio Bunge (1875-1918) e José Ingenieros (1877-1925) e no papel político desempenhado pelos mesmos, uma vez que ambos tiveram atuações junto ao governo e à sociedade de seu tempo.

Nas obras produzidas por eles, buscaremos compreender o significado de nação expresso pelos intelectuais argentinos do início do século XX e analisaremos como, na visão desses autores, seria possível construir uma nacionalidade num país tão heterogêneo, tomado pela imigração europeia, tendo em vista que a partir desse período definiram-se os traços da representação da nação argentina que terminaria por se impor.

As fontes escolhidas representam o pensamento social argentino e são compostas de livros e artigos publicados por Carlos Bunge e José Ingenieros em três importantes revistas do período: a *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1923), a *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación* (1915-1929) e *El monitor de la Educación Común* (1881-1965),[1] subordinada ao Conselho Nacional de Educação.

A maior parte dos livros e dos textos que compõem as revistas escolhidos para esta pesquisa foi publicada por Bunge e Ingenieros no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX e, por isso, está repleta de conceitos baseados no cientificismo a fim de explicar a situação política e econômica da Argentina de seu tempo.

Para discutir os problemas que permeavam a sociedade argentina do final do século XIX e início do XX, Bunge e Ingenieros utilizaram elementos sociológicos, antropológicos, étnicos, biológicos e também históricos, o que nos permite afirmar que, apesar de não se constituírem em obras historiográficas, as fontes analisadas possuem historicidade. Essa historicidade pode ser representada a partir da tomada de consciência por parte da elite política e intelectual, fazendo com que esse ramo da sociedade passasse a pensar nos problemas da sociedade argentina e nas ações que deveria realizar para que se concretizasse a construção da identidade nacional.

Tais obras foram publicadas entre os anos de 1890 e 1917, mas entendemos que um recuo e um avanço no tempo histórico serão necessários para que haja uma melhor compreensão do tema proposto. Por isso, nosso recorte temporal está situado entre 1880 e 1920, uma vez que a década de 1880 foi um período de pleno desenvolvimento dos ideais cientificistas na Argentina (ideais estes que exerceram notável influência sobre as obras analisadas nesta pesquisa) e 1920 foi um momento em que a visão racial hierarquizada sustentada pelo cientificismo perdeu terreno e parte da elite elegeu o gaúcho como legítimo representante da nação argentina.

---

1 Essa revista circulou de 1881 a 1976; sua publicação foi interrompida entre os anos de 1950 e 1958, e novamente de junho de 1961 até agosto de 1965.

É importante ressaltarmos que a concepção histórica manifestada por Carlos Bunge e José Ingenieros nos remete à tendência historiográfica do final do século XIX e início do XX: a linha liberal, que de acordo com Alberto Pla foi composta por intelectuais dotados de grande representatividade frente à sociedade argentina por se tratarem de integrantes tanto da elite intelectual quanto política, os quais, devido à preocupação em dar um sentido nacionalista ao país, foram considerados responsáveis pela história oficial argentina (Pla, 1972, p.39). Dentre os intelectuais relacionados ao pensamento liberal podemos citar, como precursores, Vicente Fidel López e Bartolomé Mitre, e a Geração de 80 como responsável pela consolidação dessa maneira de escrever a História dentro da perspectiva da Argentina liberal, que havia sido consolidada em 1853.

Para abordar a questão da construção da identidade nacional argentina a partir da visão de dois intelectuais faz-se necessária uma prévia discussão de como aplicaremos os conceitos propostos pela história intelectual, a qual analisaremos seguindo a perspectiva dos franceses Pierre Bourdieu, Jean-François Sirinelli e Roger Chartier.

Segundo Bourdieu, os intelectuais constituem-se em seres socialmente determinados em função da classe, ocupação, ideologia e da posição ocupada no campo intelectual. Nesse sentido atentamos para o fato de que tanto Bunge quanto Ingenieros pertenciam à elite política e intelectual argentina e exerciam profissões importantes (tais como advocacia e medicina), além de lecionarem no ensino universitário, isto é, ocupavam uma posição privilegiada na sociedade argentina, a qual lhes permitiu atuarem como formadores de opinião, pelo menos entre seus pares.

O conceito de redes de sociabilidade, proposto por Sirinelli, também será muito importante para a compreensão do pensamento dos intelectuais em questão. A partir da perspectiva de Sirinelli, tais redes – também chamadas estruturas de sociabilidade – constituíam uma ferramenta explicativa para compreender a organização e a dinâmica do campo intelectual com suas amizades e inimizades, vínculos e tomadas de posição, o que nos auxiliou a entender não apenas as relações entre Carlos Bunge e José Ingenieros, como tam-

bém os círculos frequentados por eles na sociedade argentina. Desse modo, analisaremos de que maneira os componentes da rede de sociabilidade na qual Ingenieros estava inserido influenciaram seu pensamento com relação, por exemplo, à militância junto ao Partido Socialista Argentino.

Contribuirá igualmente para a proposta deste trabalho o conceito de representação elaborado por Roger Chartier, pois para esse autor as representações não são discursos neutros, uma vez que produzem estratégias e práticas sociais – ele propõe que se tome o conceito de representação "num sentido mais particular e historicamente mais determinado". Para Chartier, a representação deve ser entendida como o "relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este" (1990, p.21). Dessa forma, tomaremos as ideias, imagens e argumentos contidos em nossas fontes como representações e buscaremos apreender quais foram as práticas sociais e as estratégias criadas pelas mesmas na sociedade argentina do período correspondente, uma vez que seus autores passaram longe da neutralidade ao aplicar suas ideias cientificistas na sociedade argentina.

Portanto, considerando que a história intelectual precisa observar as formas de pensar e de agir dos intelectuais tomando como base um contexto histórico específico, consideramos essas três perspectivas como mais afins à investigação dos objetos desta pesquisa, pois nos possibilitam compreender os fenômenos intelectuais como situados no cruzamento do cultural, do político e do social, além de examinar o lugar social e profissional dos agentes na sua relação com suas ações e produção intelectual sem um critério determinista.

No primeiro capítulo deste livro, intitulado "Para que uma nacionalidade?", procuramos enquadrar as figuras de Bunge e Ingenieros no lugar social a que pertenciam, a fim de compreender quais as correntes de pensamento expressas por eles e analisar em que medida tais correntes influenciaram suas obras. Nesse sentido, um dos objetivos foi explicitar como um conjunto de categorias ou conceitos desenvolvidos e difundidos sob a forma de escolas de pensamento – tais como o positivismo e o cientificismo europeus – foi recebido e redefinido

pela intelectualidade argentina, e em que medida tais categorias acabaram sendo incorporadas aos temas de interesse para o debate intelectual e, dessa forma, aplicadas à discussão de problemáticas que logo se transformaram em políticas de execução por parte do Estado e das Instituições. Constitui ainda um dos objetivos deste capítulo analisar as aproximações e os distanciamentos apresentados nas obras de Bunge e Ingenieros em relação aos ditos conceitos.

No capítulo seguinte, "Do imigrante imaginado ao estrangeiro real", intentamos compreender o papel desempenhado pelos imigrantes, uma vez que estes foram considerados, pelas classes dirigentes, os responsáveis por delinear o perfil da nova sociedade que estava se constituindo. Para tanto, consideramos as representações desse fenômeno na produção intelectual de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros, o que nos permitiu entender de que forma esses intelectuais se preocuparam com a questão imigratória.

Finalmente, no terceiro capítulo, "Os novos rumos da nação", analisamos como a questão nacional foi debatida por Bunge e Ingenieros às vésperas das comemorações do Centenário da Independência, tomando como um objetivo fundamental compreender em que medida o modelo proposto por esses intelectuais contribuiu para a definição do que significava ser argentino no início do século XX.

1
Para que uma nacionalidade?

A preocupação com a formação da nacionalidade por parte da elite dirigente não constituía um tema novo na Argentina do final do século XIX. Neste capítulo, analisaremos as figuras de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros de acordo com o lugar social a que pertenciam com o objetivo de compreender quais as correntes de pensamento expressas por eles e compreender em que medida tais correntes influenciaram a concepção de identidade nacional expressa em suas obras. Nesse sentido, um dos objetivos será explicitar como um conjunto de categorias ou conceitos desenvolvidos e difundidos sob a forma de escolas de pensamento – tais como o positivismo e o cientificismo europeus – foi recebido e redefinido pela intelectualidade argentina, e em que medida tais categorias acabaram sendo incorporadas aos temas de interesse para o debate intelectual e, dessa forma, aplicadas à discussão de problemáticas que logo se transformaram em políticas de execução por parte do Estado e das Instituições. Constitui ainda um dos objetivos deste capítulo analisar as aproximações e os distanciamentos apresentados nas obras de Bunge e Ingenieros em relação aos ditos conceitos.

Na Argentina, a preocupação com a questão nacional surgiu a partir da independência, cresceu com o movimento romântico de 1830 e articulou-se com a construção do Estado Nacional. No

entanto, acreditamos que a partir de 1880 dois fatores contribuíram para acelerar o ritmo do processo de construção da nacionalidade argentina: a imigração massiva, que contribuiu para a transformação da sociedade num momento de grande desenvolvimento econômico, e o início de uma nova etapa de construção das nações e das nacionalidades na Europa, sob um clima de expansão colonial e imperialista (Bertoni, 2001, p.9). Diante desse quadro, a elite pareceu considerar de fundamental importância a afirmação da nação argentina e a consequente formação de uma nacionalidade própria que englobasse não apenas os argentinos natos, mas também a enorme massa de imigrantes europeus que chegava ao país.

Nesse contexto surgiu uma nova problemática: o dilema que se estabeleceu entre a modernidade e o projeto nacionalizador. Essa questão estava diretamente relacionada ao imigrante, uma vez que ele contribuía para o desenvolvimento econômico da Argentina e para a consequente modernização do país, mas não se empenhava para que se concretizasse o projeto de construção de uma identidade nacional. Para a elite intelectual isso se tornou um desafio, uma vez que esta tentava forjar crenças e valores nacionalistas para uma sociedade que dava mostras de estar se transformando em algo cada vez mais heterogêneo.

Nas obras de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros encontramos evidências de que, num primeiro momento, esses autores não tinham dúvidas quanto aos benefícios que os imigrantes trariam à Argentina. Todavia, a preocupação com o nacional aparecia desvinculada de uma reação diante do fenômeno imigratório, por acreditarem que o processo de integração entre a sociedade argentina e os imigrantes dar-se-ia de uma maneira quase espontânea, pois consideravam que as reações negativas ou de rejeição da sociedade ocorreriam apenas em casos isolados. A visão de Bunge e Ingenieros representa uma postura elitista, adotada por um grupo reduzido de intelectuais, que via no imigrante um instrumento essencial para a criação de uma sociedade moderna.

No entanto, ao mesmo tempo em que uma parte da elite intelectual tentava criar mecanismos para eleger o imigrante como o novo

símbolo da sociedade argentina, existia no campo literário um movimento que reivindicava a valorização do gaúcho, habitante do interior do país, considerando-o como um ser essencialmente argentino.

Esse movimento conhecido como *criollismo* problematizava a identidade argentina de uma maneira diferente daquela utilizada por Bunge e Ingenieros, uma vez que via no mestiço – e não no imigrante europeu – o símbolo para a construção de um projeto identitário.[1] Como características do criollismo argentino podemos destacar a mitificação do passado e a relação com o discurso do telurismo. Ao contrário da perspectiva de Bunge e Ingenieros, que responsabilizavam o passado colonial pelos problemas que existiam na América Hispânica, o criollismo via a colonização espanhola sob um viés otimista, por entender que a partir da miscigenação com os espanhóis é que surgiu o tipo gaúcho. Outro aspecto interessante desse movimento, destacado por Rowe, consiste no fato de esse autor não considerar o criollismo como um "paradigma apropriado da história literária europeia" – como, por exemplo, o fez com o positivismo presente nas obras de Bunge e Ingenieros –, o que é justificado a partir da ideia de que "os aspectos contraditórios dos textos criollistas, suas tensões e complicações comunicativas são férteis por se mostrarem tipicamente latino-americanos" (idem, p.716).

Existiu, portanto, no final do século XIX e início do XX uma tensão pairando sobre a sociedade argentina. De um lado os intelectuais cientificistas, que defendiam a criação de uma identidade nacional a partir da figura do imigrante, excluindo os negros, os indígenas e o gaúcho (mestiço), e, de outro, os criollistas, que, assim como os cientificistas, também eram a favor de um projeto identitário para a Argentina, porém, com um resultado diferente: o gaúcho deveria se transformar no símbolo nacional. Nesse sentido, para que possamos compreender o choque entre as duas perspectivas que propunham uma identidade para a Argentina, buscaremos estabelecer um diálogo

1 William Rowe assinala que o criollismo argentino surgiu como uma resposta à imigração massiva e ao cosmopolitismo que predominavam principalmente em Buenos Aires (In: Pizarro, 1994, p.714).

entre a visão cientificista – sustentada por Bunge e Ingenieros – e a criollista.

Neste trabalho, partimos do princípio de que a preocupação com a construção da identidade nacional argentina deu-se em meio à necessidade desse país de adquirir um *status* de nação soberana frente às outras nações de onde provinha grande parte de sua população e de, ao mesmo tempo, formar uma sociedade nacional, na qual fosse possível o estabelecimento de vínculos entre os indivíduos e o Estado nacional. Para tanto, consideramos que o nacionalismo argentino já vinha se delineando desde o século XIX e ganhou força no início do século XX, como pretendemos demonstrar a partir da análise da produção intelectual de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros.

Nesse sentido, defendemos a hipótese de que a preocupação da elite em construir uma identidade nacional para a Argentina remonta ao momento em que se deu a constituição do Estado nacional. Concordamos com o historiador Tulio Halperín Donghi quando este afirma que antes de construir uma nação é preciso que se consolide o Estado (1997, p.10) e, por isso, a década de 1880 é tão emblemática para a história argentina, pois designa o momento em que as questões políticas ganharam enfoque nacional. Assim, para que possamos compreender as mudanças ocorridas a partir do final do século XIX e seus desdobramentos na sociedade argentina, devemos recuar à época da Revolução de Maio, a fim de analisarmos como se desenrolou a política argentina a partir do processo de independência e por que levou tanto tempo até que o país fosse governado sob uma única constituição.

A evolução da política *criolla*

No momento em que se iniciou o movimento de independência das colônias espanholas na América, a Argentina apresentava uma diversificação de atividades que contribuíam para a existência de diferentes interesses políticos e econômicos. Dois grupos antagônicos dominaram o cenário político argentino: de um lado estavam os

federalistas, fazendeiros conservadores que obtinham poder regional com apoio popular (dos gaúchos e dos trabalhadores rurais), os quais reivindicavam a autonomia das províncias, e, de outro, os unitários, que constituíam a parte burguesa de Buenos Aires, cujos interesses estavam voltados ao comércio exterior e buscavam um governo forte e centralizado em Buenos Aires (onde estava localizado o porto), defendiam o capital europeu, a vinda de imigrantes e as ideias ilustradas europeias. Como os principais líderes do movimento de emancipação faziam parte da elite comercial portenha, seus interesses sobrepunham-se aos do restante das províncias.

A intensificação das rivalidades entre federalistas e unitários deu-se em 1820, quando os chefes políticos do litoral derrubaram a carta constitucional que havia sido promulgada em 1819 pelo unitário Martín de Pueyrredón, ocasionando o fim da centralização política de Buenos Aires e, consequentemente, maior autonomia às províncias.

Em 1829 chegou ao poder Juan Manoel de Rosas, ocupando o cargo de governador da província de Buenos Aires. Rosas contava com o apoio das massas populares, mas representava os interesses da classe proprietária e, por ter concentrado em suas mãos o poder de todas as demais províncias, impedia que os liberais consolidassem a unificação nacional com base em um Estado liberal centralizado.

Durante o período em que Rosas esteve no poder surgiu um grupo de intelectuais liberais que se opunham a seu governo. Esse grupo, conhecido como Geração de 1837, foi responsável pela elaboração de muitos dos projetos postos em prática no final do século XIX e tinha como integrantes Estebán Echeverría e Juan Bautista Alberdi, que tiveram que se exilar no Chile durante o governo de Rosas por serem perseguidos por ele. Segundo Stella Franco,

> no exílio, esses autores desenvolveram atividades intelectuais e políticas e escreveram suas principais obras, que frequentemente retratavam os caudilhos do interior do país como fonte de barbárie, em oposição à construção de uma visão enaltecedora da cidade como espaço difusor das ideias ilustradas e, ao mesmo tempo, viam a educação como um meio para impulsionar a civilização para o país. (2003, p.20)

A Revolução de Maio havia sido idealizada como o momento em que seria posto em prática o projeto elaborado pelos liberais para a Argentina. Entretanto, as atitudes de Rosas passaram a incomodar esses intelectuais que o responsabilizavam pelo retrocesso do país. Na perspectiva de Nicolas Shumway, "Rosas restringiu a liberdade de imprensa, esqueceu-se da educação, apoiou o clero conservador, reforçou o exército e calou os críticos" (1993, p.136) e, além disso, impunha o acato à Federação e utilizava estratégias políticas arbitrárias para garantir o apoio da população pobre.

A oposição a Rosas ganhou força com Domingo Faustino Sarmiento, que via o caudilhismo como o maior problema da Argentina de seu tempo, considerando-o sinônimo de ignorância, atraso, barbárie, violência e anarquia, enquanto o unitarismo, nascido nas cidades, remetia-o ao progresso e ao saber, isto é, à civilização. Dentre os intelectuais de sua geração, Sarmiento foi o que mais se destacou na política. Por diversas ocasiões foi enviado aos Estados Unidos e à Europa com o objetivo de avaliar o sistema educacional dessas regiões e, quando retornou à Argentina fundou dezenas de escolas públicas cujos professores, em sua maioria mulheres, eram jovens recém-formados nas escolas normais fundadas por ele. Atuou como ministro da Educação, embaixador da Argentina nos Estados Unidos e presidente da Nação. Em meio a isso escreveu obras importantes como *Facundo*, na qual expôs seu conceito de civilização e barbárie – o qual foi amplamente utilizado pelos intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX – com o intuito de caracterizar a Argentina do período pós-independência.

Juan Manoel de Rosas foi vencido após um longo período de luta armada que começou em 1839 e terminou somente em 1852, sob o comando do governador da província de Entre Rios, Justo José Urquiza. Assim que assumiu o poder político, Urquiza passou a ser alvo de críticas, principalmente por ter mantido algumas determinações do governo Rosas como o uso de emblemas na cor vermelha e por sustentar a igualdade de direitos entre as províncias. Expressou suas ideias federalistas em seu objetivo de acabar com as rivalidades entre o porto e as províncias.

Sarmiento via Urquiza como o "novo Rosas" e não poupou esforços em demonstrar oposição ao seu governo. Com o lema "nem vencedores nem vencidos", Urquiza nomeou um governo provincial interino com o objetivo de reconciliação e formou um comitê composto por dirigentes portenhos, provincianos, federais e unitários para que fosse discutida a criação de uma Convenção Constituinte (idem, p.190). A partir dessa reunião surgiu, em 31 de maio de 1852, o *Pacto de San Nicolás*, definindo que a constituição seria redigida por dois representantes de cada província e, posteriormente, seria ratificada pelas legislaturas provinciais.

Assim, o Estado argentino teria elementos de unidade e elementos de federação, pois acreditava-se que dessa forma cessariam os conflitos regionais. A nova constituição instaurava um governo representativo, republicano e federal, a divisão dos poderes em executivo, legislativo e judiciário, o catolicismo como religião oficial do Estado e, ainda, determinava que a cidade de Buenos Aires seria a Capital Federal de toda a Argentina – não apenas da província de Buenos Aires – e que sua alfândega seria nacionalizada (idem, p.191). Essa constituição foi rejeitada pelos portenhos, que, liderados por Bartolomé Mitre, saíram em campanha contra o *Pacto de San Nicolás*. Uma das prerrogativas do pacto garantia a Urquiza plenos poderes para manter a ordem até que fosse estabelecido um governo constitucional, o que pode ter sido interpretado por Mitre como uma ameaça de ditadura para que se estabelecesse a ordem em meio ao processo de organização nacional. Outro ponto que desagradou aos portenhos estava relacionado à nacionalização da alfândega de Buenos Aires e à federalização da cidade-porto.

Buenos Aires separou-se da Confederação e promulgou uma constituição provincial em 1854, mesmo momento em que Urquiza elegeu-se presidente constitucional do país e estabeleceu como Capital Federal, em caráter provisório, Paraná, na província de Entre Rios.

Após um período de desentendimentos entre Buenos Aires e a Confederação, Bartolomé Mitre comandou, em 1861, uma vitoriosa batalha contra a Confederação, que ficou conhecida como *Batalha de Pavón*. Devido ao êxito da batalha, Mitre tornou-se presidente em

1862 e seu principal objetivo era organizar um governo unificado que integrasse todas as províncias argentinas em uma única constituição.

A partir de então realizaram-se vários projetos em âmbito nacional, mas, apesar do país ter começado a dar os primeiros passos rumo à unificação nacional, não podemos afirmar que se tratava de uma definitiva constituição do Estado nacional argentino. De acordo com Natalio Botana, o período de 1862 a 1880 correspondeu a "uma primeira fase de controle nacional que deve ser vista como um sustentado processo de redução das províncias à unidade do Estado" (1986, p.13-4). Stella Franco tem essa mesma perspectiva, pois afirma que nas décadas de 1860 e 1870 ainda existia um clima de divergências políticas internas, abafado pela ação coercitiva do governo nacional por meio dos frequentes estados de sítio aplicados às províncias que ameaçavam realizar levantes autonomistas (op. cit., p.24). A consolidação propriamente dita do Estado nacional argentino deu-se no ano de 1880.

O governo de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874) ficou marcado principalmente pelo impulso dado à educação. Sua maior preocupação era desenvolver a educação pública, considerada por ele como um suporte necessário para viabilizar o projeto de construção da nação argentina dentro dos moldes das luzes e da civilização e como um meio para a superação da barbárie. Como um exemplo do empenho de Sarmiento na questão educacional, podemos citar a Escola Normal do Paraná,[2] fundada por ele em 1870,[3] que se constituiu em um dos focos irradiadores da filosofia positivista na Argentina.

Levando-se em conta o perfil intelectual de seu fundador, o positivismo difundido pela Escola Normal do Paraná pode ser considerado como fruto das ideias civilizadoras de Sarmiento, quem contrapunha o individualismo civilizado à política de massas bárbaras de Rosas e colocava o positivismo como a doutrina mais eficaz para educar

---

2 A Escola Normal do Paraná teve como professor Pedro Scalabrini, um italiano considerado responsável pela introdução dos ideais de Augusto Comte na Argentina.

3 Nessa escola formaram-se muitos homens que alcançaram, nas décadas de 1880 e 1890, um importante significado no ensino público, tais como Victor Mercante, Leopoldo Herrera, Alejandro Carbó, Rodolfo Senet e Alfredo Ferreira.

o novo homem argentino. Segundo a perspectiva de Sarmiento, a criação dessa escola pode ser explicada se entendermos que, para a elite intelectual e política desse período, a Argentina necessitava uma ordem diferente daquela ordem vigente durante o governo de Rosas, caracterizada por um despotismo sem limites: necessitava uma ordem que levasse em consideração a liberdade individual, que Sarmiento acreditava que somente poderia ser estabelecida por meio de um processo educacional baseado na filosofia positivista.

Entretanto, atribuir à educação a missão de civilizar o país não foi exclusividade do pensamento de Sarmiento. Assim como ele, os outros intelectuais liberais de sua geração tinham a concepção de que cabia a eles a função de preparar as massas para o desempenho das atividades políticas e acreditavam que isso somente seria possível por meio da educação (Prado, 1999, p.82). Portanto, podemos afirmar que a elite intelectual que compunha a Geração de 1837 via a sociedade de seu tempo como essencialmente passiva e também concordar com Halperín Donghi quando este afirma que os intelectuais da Geração Romântica consideravam essa sociedade "como la materia en la cual es de responsabilidad de los letrados encarnar las ideas cuya posesión les da por sobre todo el derecho a gobernarla" (op. cit., p.12-3).

O Ministro da Instrução Pública do governo de Sarmiento, Nicolás Avellaneda, foi seu sucessor e esteve à frente do poder executivo argentino entre os anos de 1874 e 1880. Avellaneda continuou o estímulo à educação a partir da fundação de escolas normais em províncias do interior, da implantação de cursos noturnos voltados à alfabetização de adultos e da promulgação da Lei de Educação Comum, em 1875, especificamente para a província de Buenos Aires (Franco, op. cit., p.28).

A consolidação do Estado nacional argentino ocorreu somente em 1880, isto é, setenta anos após a Revolução de Maio. Essa consolidação somente foi possível quando conseguiu se estabelecer um consenso entre as elites argentinas encerrando os desentendimentos entre unitários e federalistas e, principalmente, a partir da resolução do dilema que permeava a questão da federalização de Buenos

Aires. Por isso, podemos afirmar que se após o movimento de Independência a Argentina passou por um período de lutas internas e desentendimentos políticos, desde a década de 1880 o país passou a ser governado de maneira unificada por Buenos Aires, transformada em Distrito Federal nesse mesmo ano.

Desde o momento da consolidação nacional, o governo argentino foi representado pelos liberais que conseguiram manter-se no poder exercendo o controle absoluto da sucessão presidencial utilizando-se de meios fraudulentos como o fato de eles próprios elegerem seus sucessores, o que impedia os setores oposicionistas de chegarem ao poder. Os descontentamentos com esse tipo de política surgiram no final do século XIX e ficaram evidentes com a Revolução de 1890, que marcou a criação da União Cívica, posteriormente transformada em União Cívica Radical.

Frente às restrições impostas pelos liberais, os setores oposicionistas juntamente com os movimentos de esquerda passaram a reivindicar maior participação popular na política. Assim, em 1912 foi votada a Lei Sáenz Peña e em 1916 chegou ao fim a hegemonia dos liberais-conservadores, pois nesse mesmo ano o candidato da União Cívica Radical, Hipólito Hirigoyen, foi eleito presidente da República. O período compreendido entre os anos de 1880 e 1916 ficou marcado pelo domínio desse grupo sobre o cenário político argentino. A oligarquia sustentava-se no poder principalmente por meio do controle das sucessões nos mais altos cargos políticos, o que lhe era assegurado pela fraude eleitoral.

A década de 1880 constituiu-se também num momento importante para a economia argentina. Nesse período, conhecido como *Belle Époque*, o país tornou-se um dos mais prósperos do mundo, fundamentalmente pelo impulso gerado pela criação de bovinos que foi tornando-se cada vez mais refinada a fim de atender às demandas do mercado internacional, chegando a comercializar carnes congeladas a partir da instalação dos primeiros frigoríficos estrangeiros. A difusão do plantio de cereais e alfafa para forragens fez da Argentina um dos primeiros exportadores mundiais de trigo, milho e lã. A construção de ferrovias, além de facilitar o escoamento da produção agropecuária,

acabou contribuindo para a integração do país, como demonstra David Rock ao afirmar que entre 1880 e 1892 as vias férreas argentinas aumentaram mais de 25% e a zona cultivada aumentou, com elas, de 2,4 milhões de hectares em 1888 para quase 4,9 milhões em 1895 (1994, p.219). A Campanha do Deserto e a construção das estradas de ferro complementam esse quadro, pois foram fundamentais para a incorporação de grandes espaços de terras férteis para as atividades agrícolas, possibilitando ao país uma inserção positiva e crescente no cenário mundial por meio da produção de bens requeridos pelo mercado internacional.

As cidades argentinas refletiam os ares da modernidade pela construção de parques e de edifícios. Buenos Aires, por exemplo, transformou-se num grande centro cosmopolita e, já no final do século XIX, contava com diversos meios de transporte, como metrô, trens e bondes; possuía telefones, cinemas, teatros, cafés e restaurantes frequentados pela elite política e intelectual idealizadora do projeto modernizador. O setor educacional, que já havia adquirido destaque nos governos de Mitre, Sarmiento e Avellaneda, continuou em alta durante a presidência de Júlio Argentino Roca, quem em 1884 promulgou a Lei 1.420, que previa o ensino gratuito, laico e obrigatório.

Portanto, podemos afirmar que as duas últimas décadas do século XIX constituem-se num recorte temporal importante a ser considerado neste trabalho, pois, apesar de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros ainda serem muito jovens, ambos viveram esse momento de euforia econômica e incorporaram a seus trabalhos publicados no início do século XX as ideias desenvolvidas pela intelectualidade argentina a partir de 1880.

A Geração de 1880: modernização e progresso para a Argentina

Geração de 1880 foi a designação atribuída pela historiografia argentina a um grupo de intelectuais que participavam ou exerciam influência sobre a política e a sociedade argentina no final do século

XIX e expressavam um objetivo em comum: a necessidade de construir uma identidade nacional para o país. No mesmo período em que esse grupo de intelectuais se propunha a pensar os problemas nacionais, consolidava-se, na Argentina, uma nova estrutura econômica e social. Portanto, concordamos com Oscar Terán quando ele afirma que "1880 não é apenas um ano simbólico, mas o momento real em que se estruturaram radicais transformações econômicas e políticas, as quais acarretaram uma série de efeitos que transformariam radicalmente as estruturas materiais do país" (1979, p.14).

Algumas décadas antes, Sarmiento, Alberdi e Mitre já haviam enunciado algumas das inquietações que afligiam a Geração de 1880, o que demonstra certa afinidade entre o pensamento intelectual argentino que figurou no início e no final do século XIX. Em seu *Bases y puntos de partida para la organización nacional*, de 1852, Alberdi declarava que "governar é povoar", ou, como nos mostra Fernando Devoto, "governar é civilizar" (2000, p.34), pois, para Alberdi, todo o esforço de transformação da Argentina seria inútil se não se conseguisse mudar radicalmente as características de uma sociedade atrasada, cujas causas recaíam sobre os nativos. Nesse sentido, a imigração europeia era vista por Alberdi como a responsável pela implantação de novos hábitos e comportamentos que seriam assimilados pela população argentina em seu cotidiano. Sarmiento também via os imigrantes como os atores da mudança, mas, para ele, essa mudança dar-se-ia por meio do trabalho agrícola que desempenhariam, o qual culminaria com a eliminação do verdadeiro inimigo da civilização e do progresso: o deserto. Devoto destaca que, ao contrário de Alberdi, que defendia a imigração europeia como capaz de transformar a Argentina, Sarmiento não precisava de um tipo especial de imigrantes, pois acreditava que, se aqueles não fossem modernos, seus filhos o seriam por meio de um instrumento considerado por ele como transformador: a escola pública (idem, p.35). Bartolomé Mitre, no entanto, acreditava que a imigração não deveria transformar a realidade argentina e criar um novo país – como defendiam Alberdi e Sarmiento –, mas sim que o papel do imigrante seria o de integrar-se ao que já existia.

A promoção da imigração e a ideia de que o imigrante poderia contribuir com o desenvolvimento da sociedade argentina constituem um exemplo de aproximação entre os homens de 1837 e 1880 por meio do qual podemos afirmar que, apesar da problemática em torno da construção de uma identidade nacional argentina ter surgido logo que se deu a independência política do país, ela ainda não havia sido solucionada e o projeto de construção de uma nação moderna continuava presente no pensamento dos intelectuais argentinos do final do século XIX.

José Luis Romero explica a aproximação entre as ideias políticas liberais da primeira e da segunda metade do século XIX a partir de certo conformismo por parte da Geração de 80, pois, segundo ele, essa nova oligarquia deu por certo que o processo que havia sido desencadeado e guiado com tanto esforço por seus pais não sofreria modificações, ignorando a nova realidade que transformava a Argentina (1956, p.18).

Portanto, entendemos que os homens de 1880 pareceram realizar os ideais que haviam sido propostos pela geração anterior devido, em grande medida, à conjuntura social, econômica e política que a Argentina apresentava no final do século XIX. A criação de novos espaços econômicos e sociais que acabaram transformados pela afluência do capital estrangeiro e do enorme contingente de imigrantes permitiu que os homens dos anos 1880 executassem o projeto de transformação do país previsto pela Geração de 1837 (Svampa, 1994, p.60).

Outro fator que contribuiu para que o projeto nacional fosse posto em prática pela Geração de 80 recai sobre a posição política e social privilegiada que seus membros ocupavam, a qual fazia com que eles se vissem na função de guiar o país rumo à modernidade. De acordo com José Luis Romero, muitos dos membros dessa geração haviam estudado nas Universidades de Córdoba ou Buenos Aires, exerciam carreiras liberais como advocacia e medicina, pertenciam à oligarquia e, pelo fato de serem filhos de pais ilustres, conquistaram o prestígio e a direção política do país chegando, alguns deles, a ocupar cargos

públicos (op. cit., p.15). Além disso, participaram das inquietudes filosóficas e estéticas da época, liam as mesmas revistas – geralmente francesas – e frequentavam os mesmos autores (idem, p.16). Aníbal Ponce ressalta que as questões envolvendo o enriquecimento e a política eram latentes na Argentina do final do século XIX, o que levava a oligarquia a discutir como assuntos de família os negócios do país, pois Buenos Aires, onde viviam os homens de 1880, era considerada como um grande clube, cujos membros se conheciam e se respeitavam:

> Movían los capitales y las ideas; alternaban en la prensa, en el foro, en el parlamento y en la cátedra. Los mismos que polemizaban en los diarios de la mañana, se encontraban a la tarde en Palermo o en Florida y comentaban por la noche en el cenáculo íntimo el último chisme de la política o la última novela de Bourget. (1949, p.14)

O desprezo pela tradição criolla transformou-se num elemento de coesão entre os intelectuais da Geração de 1880. Seguindo essa perspectiva, entendiam que a tradição criolla estava associada à espanhola, isto é, o criollo era considerado como o primitivo, o simples; por isso, sem estimar a forma de vida dos criollos, os homens que passaram a fazer das cidades ativos centros de europeização da Argentina trataram de suprimi-lo e substituí-lo pelo imigrante europeu, que, a seus olhos, representava a civilização (idem, p.20). Segundo Nicolas Shumway, "o sentimento antiespanhol constituiu-se numa das características do movimento de independência argentino, mas, mesmo após ter obtido a independência política, os liberais argentinos continuaram depreciando a Espanha". Shumway ressalta que esse sentimento antiespanhol se intensificou nos homens de 1837 e tornou-se símbolo de uma tendência que se fez comum durante o século XX: "excluir a Espanha sempre que se referisse à Europa" (op. cit.). Por isso, acreditamos que o desprezo pela tradição criolla defendido pela Geração de 1837 repercutiu sobre o pensamento dos homens de 1880, que se utilizaram de sua posição social e de seu prestígio político para reordenar e modificar a sociedade argentina

desde sua base, com o intuito de que o país desfrutasse de um progresso indefinido.

Assim, uma série de políticas públicas foi implementada com o objetivo de contribuir com a organização nacional. A Geração de 1880 desempenhou um importante papel no estímulo à imigração, pois via no imigrante europeu a solução para o problema cultural que acreditava atingir a população argentina. O projeto imigratório definido pelos homens de 1880 previa a instalação dos colonos em propriedades rurais, onde se tornariam pequenos proprietários e executariam trabalhos agrícolas. Contudo, a concentração de terras nas mãos da elite criolla fez com que a enorme massa de estrangeiros buscasse empregos nas cidades, especialmente em Buenos Aires, acabando por se transformarem em mão de obra assalariada.

O campo educacional também foi um dos pontos de atuação da elite argentina do final do século XIX. Em 1880 existiam aqueles que saiam em defesa das ideias católicas, mas a maior parte dos políticos e intelectuais dessa época defendia o predomínio do ensino laico, cuja responsabilidade seria atribuída ao Estado, como argumenta Stella Franco ao afirmar que, nessa década, foram instituídos o registro e o matrimônio civis, além da atribuição oficial ao Estado do papel tutelar sobre as questões educacionais (op. cit., p.33). Entretanto, a intolerância dos intelectuais argentinos para com a intervenção da Igreja nos assuntos educacionais não foi um fato isolado, pois, de acordo com Maria Lígia Prado, o conflito entre os liberais e a Igreja Católica acerca da questão educacional esteve presente em países como Brasil, Chile e México (op. cit., p.94) e pode ser relacionado à identificação dos intelectuais liberais com as ideias positivistas amplamente difundidas na América Latina no final do século XIX e início do XX.

Romero atribuiu à Geração de 1880 o cumprimento de uma missão histórica, pois considerou que, no final do século XIX, em meio a todas as transformações pelas quais passava o país, esses homens escolheram seu caminho e a repercussão de suas ideias e realizações ecoou por longa data e continuou a exercer influência sobre a sociedade argentina (op. cit., p.12). Hebe Clementi também seguiu

a perspectiva aberta por Romero e destacou a grande importância dos intelectuais de 1880, principalmente no tocante à educação, considerando essa geração como responsável por firmar as bases do ensino superior, por defender uma escola laica e obrigatória que estivesse apta para uma alfabetização massiva e uma argentinização acelerada (1982, p.131-2).

Nessa mesma linha, Osvaldo Coggiola descreveu a Geração de 1880 como a única portadora de um projeto nacional e a efetiva forjadora da nacionalidade argentina (1998). Apesar de concordarmos com a importância histórica representada por essa geração, discordamos do fato de considerá-la como a única preocupada com a questão nacional, pois, como afirmamos anteriormente, os projetos defendidos pelos intelectuais de 1880 haviam sido idealizados algumas décadas antes, no momento em que Sarmiento e Alberdi, representantes da Geração de 1837, buscavam soluções para os problemas argentinos de seu tempo. Contudo, temos de reconhecer que se as ideias surgiram com os homens de 1837, foi somente em 1880 que as mesmas foram postas em prática, mostrando que a Geração de 1880 foi a responsável pela tentativa de forjar uma identidade nacional para a Argentina. Aníbal Ponce, entretanto, não analisou a Geração de 1880 apenas pelo viés otimista, uma vez que, para esse autor, ela apresentou insuficiências e defeitos, mas graças a ela a Argentina adquiriu uma tradição de cultura e abriu as portas para novas influências como, por exemplo, a de Renán e Taine (op. cit., p.15), aludindo à introdução dos estudos científicos.

A importância da Geração de 1880 também pode ser explicada pelo fato de que os ideais por ela propostos não se perderam no tempo, pois, principalmente durante as primeiras décadas do século XX, os intelectuais argentinos continuavam a defender ideias muito semelhantes às dos de 80. Esse é o caso de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros, que, influenciados pelas ideias positivistas e biologistas da geração anterior à sua, esboçavam o interesse de criar uma identidade nacional para o país. Em suas obras e textos é clara a alusão ao pensamento do final do século, por isso, os vemos como herdeiros dos ideais de 1880.

Cientificismo: ideais a serviço da nação

O século XIX apresentou características singulares devido, principalmente, ao positivismo, ao liberalismo e ao evolucionismo que surgiram como novas formas de pensamento e exerceram influência na maneira de analisar o mundo e o homem em seus múltiplos aspectos.

A doutrina positivista engloba um espectro de nomes, tais como John Stuart Mill, Herbert Spencer e Ernest Renan, mas está associada fundamentalmente às ideias do filósofo francês Augusto Comte. De acordo com a interpretação de Roberto Rojo, o positivismo proscreve todo saber que vá além dos fatos e da formulação das leis e, em consequência, rejeita todos os intentos metafísicos de ir além da realidade (s. d., p.244). Comte entendia que o verdadeiro saber era o saber positivo, isto é, aquele baseado em explicações científicas, o que fundamenta a exaltação que a doutrina positivista fez das ciências experimentais, uma vez que conferiu às mesmas a dignidade de saberes exemplares (idem, ibidem).

Comte considerava a teologia como retrógrada e não era um entusiasta do dogmatismo religioso ou tampouco do pensamento conservador. O ideal positivista era portador de um olhar para o futuro e tinha por objetivo fazer do progresso, atingido graças ao crescente desenvolvimento industrial, um sólido princípio da filosofia da história – por isso o liberalismo teve o papel de sustentar a apologia à liberdade e de funcionar como provedor do progresso e da modernidade tão ansiados pelos intelectuais latino-americanos no final do século XIX e início do XX.

Concordamos com Oscar Terán quando ele afirma que a centralização do Estado coincidiu com o momento de conformação do positivismo na cultura latino-americana (1986, p.14), pois, de maneira geral, os pensadores latino-americanos inspiraram-se no ideal de nação concebido pelo positivismo para interpretar sua realidade. Assim, essa configuração ideológica operou em função das diversas exigências e demandas nacionais. Terán explica que,

> enquanto em países de povoamento aluvional como os rio-platenses pôde ser notada a implantação do dispositivo positivista para ordenar uma população excessivamente heterogênea, em outras nações com um fundo indígena sumamente denso, tais como México, Brasil e Peru, o olhar positivista deteve-se na busca de fenômenos raciais que explicassem o atraso ou as frustrações de ditos países. (1979, p.14-5)

Adam Anderle completa a explicação a respeito do conceito de nação expresso pelo positivismo. Segundo esse autor, no final do século XIX, a intelectualidade latino-americana tinha a sensação de que algo ia mal, de que a sociedade não estava sã e existia, portanto, a vontade de corrigi-la. Entretanto, esses intelectuais não eram a favor de que tal correção ocorresse por meio de revoluções, mas sim por meio de reformas que pretendiam realizar a partir do ensino e das ciências (1988, p.420).

Nesse sentido, a preocupação comum aos pensadores latino-americanos do período concentrou-se sobre a questão nacional. A maior parte dos países havia conquistado sua independência a partir de guerras contra as metrópoles – Portugal e Espanha – e, como vimos no caso argentino, levou certo tempo até que os conflitos internos fossem apaziguados, retardando o processo de constituição nacional. Assim, no final do século XIX, com o fim das divergências internas, chegara o momento em que as elites políticas e intelectuais se questionavam sobre os rumos das novas nações. Quem seriam elas? O que elas representariam? Existiria, de fato, uma identidade nacional capaz de unir toda a sociedade? O papel da elite foi, então, não apenas delinear os traços da nação argentina, mas também forjar um sentimento de pertencimento à nação recém-construída baseando-se, para isso, nos conceitos positivistas e evolucionistas, em voga no período.

O conceito de nação, portanto, foi inspirado no positivismo e, ao mesmo tempo, estava pautado na ideia da existência de uma unidade racial ou étnica que, como nos mostra Eduardo Deves, não era entendida apenas pelo aspecto biológico, mas sim como algo relacionado aos costumes e à cultura comuns a uma sociedade (2000, p.48). E, se

retomarmos a perspectiva defendida pela Geração de 1880, podemos perceber que, para que se concretizasse o projeto de construção da nação argentina, os intelectuais defendiam o rompimento de todos os laços com o passado colonial, uma vez que o período em que a Argentina esteve sob o jugo espanhol foi por eles considerado como uma das razões que explicavam o "atraso" do país com relação, por exemplo, aos Estados Unidos ou à Europa, sempre tomados como contraponto à realidade argentina. Então, a barbárie representada por uma Argentina rural governada por caudilhos deveria ser substituída pela civilização, presente, de acordo com a elite intelectual, nas ideias liberais europeias que serviram de parâmetro comparativo para a elaboração do plano modernizante que incluía, principalmente, a promoção da imigração, o estímulo à educação e a formação de um Estado moderno com base nas instituições.

O evolucionismo também exerceu notável influência sobre o pensamento latino-americano em fins do século XIX. De acordo com a teoria da seleção das espécies elaborada por Charles Darwin, os seres vivos se adaptariam com o tempo e se manteriam em constante processo de adaptação a um ambiente continuamente em formação, pois, segundo Darwin,

> se as variações úteis a um ser surgem alguma vez, seguramente os exemplares caracterizados por eles terão as melhores probabilidades de ser preservados na luta pela vida (...). Esse princípio de preservação, ou de sobrevivência dos mais aptos, é o que se tem chamado seleção natural. (1977, p.135)

A seleção natural foi utilizada com frequência pelos intelectuais argentinos para justificar a existência de diferenças físicas e sociais entre os homens, uma vez que estes também estariam submetidos ao processo de adaptação do qual se sobressairiam apenas as "raças superiores".

Na Argentina, as teorias positivista e evolucionista encontraram um campo fértil para sua propagação. Assim como a maior parte dos intelectuais latino-americanos, os argentinos também se utilizaram de tais conceitos para compreender a situação política e social do país

naquele período. Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros não foram exceções a essa regra, pois o ideal positivista fez-se presente em suas obras principalmente no tocante à questão do progresso material.

A federalização de Buenos Aires, ocorrida em 1880, simbolizava o fim de uma Argentina que ainda conservava traços de sua tradição passada e o começo de uma nova era marcada pela esperança de progresso, de auge econômico e de novas formas políticas. Por tudo isso, a elite intelectual passou a acreditar na possibilidade de que o país seguia o rumo de ocupar uma posição privilegiada no seio do continente americano.

Ricaurte Soler relacionou o desenvolvimento do positivismo na Argentina como diretamente ligado ao desenvolvimento capitalista pelo qual passava o país (1968), justificando a ideia de que o auge da influência positivista coincidiu com um dos momentos mais frenéticos de seu progresso econômico. Ainda seguindo a tendência de legitimar o papel do positivismo, Anderle defendeu que o ideal de nação – tão almejado na Argentina desse período – tinha origem no positivismo comtiano e que, por esse motivo, os intelectuais latino-americanos acreditavam que essa filosofia se dirigia diretamente a eles, pois oferecia chaves por meio das quais poderiam interpretar sua realidade (op. cit.).

Devemos ressaltar que o progresso proposto pela filosofia comtiana compreendia tanto a consolidação empírica do saber científico quanto o melhoramento moral do homem, isto é, referia-se ao progresso científico e ao progresso moral, o que explica por que a influência que o positivismo exerceu sobre os intelectuais argentinos algumas vezes fez-se sentir no plano das ideias e, outras vezes, no plano da ação (Rojo, op. cit., p.245). Na perspectiva de Rojo, cada intelectual acolheu aquele que melhor se enquadrava a seus projetos históricos. Ele destaca que "o tom político, moral e social assumido pelo positivismo de Alberdi e Sarmiento foi diferente da atitude teórica ou abstrata que assumiu a filosofia naturalista de Ameghino" (idem, ibidem).

Soler fez uma interpretação interessante a respeito do positivismo argentino, detectando dois tipos diferentes: o positivismo autóctone

da geração romântica e o positivismo sistemático e cientificista atribuído à Geração de 1880. Segundo ele,

> o primeiro momento positivista corresponderia a uma forma de pensamento social e político e, por isso, seria uma subespécie do conhecimento intermediário entre o conhecimento científico e o político, motivo pelo qual deve considerar-se que está notavelmente mais condicionado pelos determinismos sociais, enquanto o segundo momento positivista seria uma forma do pensamento cientificista e, consequentemente, uma subespécie de conhecimento intermediário entre o conhecimento filosófico e o científico. (op. cit., p.63-4)

A partir disso, entendemos que, para Soler, o positivismo praticado pela Geração de 1837 apresentava um caráter autóctone, justamente por, a seu ver, apresentar uma fisionomia mais independente em relação às ideologias europeias. Em contrapartida, pelo fato de o positivismo praticado pela Geração de 1880 ter se baseado em ideias científicas, Soler o relaciona diretamente às influências europeias.

Devemos enfatizar que, de acordo com Soler, houve uma assincronia, ou em suas palavras, um "desnível" cronológico entre o caráter positivista argentino expresso no final do século XIX e o europeu. O autor destaca que esse descompasso tanto pôde representar o retardo dos movimentos filosóficos na América quanto sua antecipação (idem, p.62), mas o fato é que, para ele, o ritmo nunca foi sincrônico. Sua justificativa é que a assincronia do positivismo e do cientificismo argentino deve ser relacionada às particularidades da história sociopolítica e às condições de desenvolvimento da ciência na Argentina:

> (...) en Europa, y en particular en Francia, el positivismo fue el resultado filosófico de un poderoso desarrollo de las ciencias positivas en el transcurso de la última parte del siglo XVIII. En Argentina el florecimiento de las ciencias no se produjo hasta las décadas de 1870 y, en especial, 1880; en consecuencia, los resultados en el plano filosófico de este movimiento científico no podrían aparecer con anterioridad. (idem, p.63)

No entanto, o positivismo – apesar de muito importante – não é suficiente para a compreensão do pensamento argentino de finais do século XIX e início do XX. As obras de Bunge e Ingenieros, bem como as de vários outros intelectuais do período, estão marcadas pela presença da psicologia, da sociologia, do biologismo e do evolucionismo que, aliados ao positivismo, foram utilizados por Bunge numa tentativa de compreender o pensamento do hispano-americano, e por Ingenieros para explicar a evolução da sociedade argentina. Por isso defendemos a hipótese de que os intelectuais argentinos do início do século XX não encontraram no dispositivo positivista todas as instâncias teóricas para fundar um conjunto de ideais coletivos em anos considerados cruciais para a definição de um novo nacionalismo como um conjunto de símbolos e valores de identidade e, por isso, recorreram também aos ideais científicos, os quais aparecem representados pela aplicação da psicologia, da sociologia e do biologismo nas obras analisadas nesta pesquisa.

Por conta da utilização de teorias científicas e não apenas do positivismo, não consideramos os intelectuais argentinos do final do século XIX e início do XX – especialmente Bunge e Ingenieros – como positivistas, pois, a nosso ver, tal conceituação não leva em conta a contribuição que as ciências naturais agregaram às obras dos mesmos. Entendemos que "cientificistas" seja um conceito mais adequado para referir-se a esses intelectuais e, nesse ponto, dialogamos com o trabalho de Roberto Rojo, que demonstra que o conteúdo filosófico do positivismo e do evolucionismo, quando unidos, gera o cientificismo (op. cit., p.243). Portanto, o fato de as obras de Bunge e Ingenieros conterem, ao mesmo tempo, elementos que nos remetem à filosofia proposta por Comte, mesclados a outras teorias tais como o biologismo e o evolucionismo (cujas raízes podem ser encontradas nas contribuições científicas de Charles Darwin e Hebert Spencer) corrobora nossa hipótese de que esses intelectuais representam o pensamento cientificista argentino.

Patrícia Funes e Waldo Ansaldi atentam para a existência do positivismo no pensamento latino-americano do início do século

XX, principalmente no tocante à emergência do sentimento nacional, mas também recorrem aos ideais científicos para explicar o posicionamento dos intelectuais daquele período:

> El desarrollo de las ciencias biológicas a lo largo del siglo XIX abre la posibilidad de contar con criterios considerados definitivamente científicos para explicar al "hombre". De allí a la tentación de la interpretación biologista acerca de los hombres y sus relaciones, hay sólo un paso. El darwinismo, el organicismo social, la antropología física ofrecen a los analistas raciales unas perspectivas que resignifican la vieja preocupación por el tema. (2004, p.4)

Esse também foi o caso de Eduardo Deves Valdés, que ao referir-se a Ingenieros destacou-o como o mais importante intelectual positivista de seu tempo (op. cit., p.47-8). Mas, ao explicar a aplicação do positivismo nas obras de Ingenieros, recorreu à influência das ciências biológicas, principalmente à teoria evolucionista, muito utilizada por Ingenieros para explicar as transformações sofridas pela sociedade argentina.

Já Adam Anderle, em seu trabalho sobre a influência do positivismo e a modernização da América Latina, chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento econômico e a consequente modernização pela qual passava a Argentina têm relação direta com os ideais irradiados pelo positivismo e apenas menciona a participação das ciências biológicas – mais especificamente do relativismo biologista de Spencer e do darwinismo – na formação do pensamento intelectual argentino do período. Todavia, destaca o papel de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros quanto à utilização dos critérios científicos:

> Carlos O. Bunge *asienta* que el desarrollo social tiene un sustento biológico, pero es Ingenieros quien concierta estos criterios biologicistas – que conceden un valor absoluto a los caracteres sociales heredados – con los económicos, resaltando la importancia del economismo histórico. (op. cit., p.36)

Oscar Terán também segue a perspectiva de que os intelectuais do início do século passado basearam-se no positivismo para compreender a sociedade argentina. No entanto, diferentemente dos outros autores, aponta-nos os referenciais para a compreensão dos motivos que levaram esses intelectuais à aplicação de conceitos científicos. Para Terán, o momento em que os pensadores argentinos escreveram seus textos coincidiu com o surgimento, na Europa, dos primeiros e fortes questionamentos à ciência e ao positivismo, motivo pelo qual crê que podem ser encontrados nos trabalhos de Bunge e Ingenieros vacilos e matizes devido à maneira que os mesmos aplicaram o positivismo. Por isso, acrescenta que, enquanto na Europa tramitavam as filosofias antipositivistas, na América Latina esses questionamentos originaram-se no interior do próprio positivismo, o que acarretou confusões teóricas por parte da intelectualidade (2000, p.144).

Luis Rossi, em sua análise sobre a *Revista de Filosofia*, fundada e dirigida por Ingenieros e seu discípulo, Aníbal Ponce, entre 1915 e 1929, mostra-nos algumas conclusões interessantes a respeito da influência do positivismo e do biologismo nas obras de José Ingenieros. Para Rossi, Ingenieros desprendeu-se da visão massivamente positivista devido ao momento em que produziu seus trabalhos – concordando com a interpretação de Oscar Terán sobre Bunge –, e destaca como uma característica do positivismo argentino a preponderância que nele alcançou o biologismo, diferentemente do que considera ter ocorrido em outras versões do positivismo (1999, p.29).

Portanto, constatamos que a maior divergência entre nossa análise e aquela empreendida pela historiografia argentina reside sobre a classificação por ela adotada, pois, com exceção de Roberto Rojo, todos os outros historiadores citados neste trabalho utilizaram a nomenclatura "positivistas" a fim de referir-se aos pensadores do início do século XX. Entretanto, ambas as análises assemelham-se na definição do conteúdo utilizado pelos intelectuais do período, pois levam em consideração tanto a influência positivista quanto o papel desempenhado pelas ciências biológicas.

A concepção psicobiológica de Carlos Octavio Bunge

Carlos Octavio Bunge nasceu em 1875, em Buenos Aires, integrando uma tradicional família de descendência alemã. Cursou Direito na Universidade de Buenos Aires, graduando-se em 1897. Em 1901 iniciou sua carreira docente como professor adjunto de Introdução ao Direito. Ainda na Universidade de Buenos Aires lecionou a disciplina de Economia Política, na Faculdade de Direito, e a de Ciências da Educação, na Faculdade de Filosofia e Letras. Ocupou também a cátedra de Sociologia Argentina na Universidade Nacional de La Plata. Sua boa relação com o Estado argentino fica clara por ter sido designado pelo então presidente Julio Argentino Roca para integrar, junto com o Ministro da Educação Oswaldo Magnasco, a comitiva que em 1899 foi à Europa com o objetivo de conhecer seu sistema educacional. Dessa viagem surgiu um artigo intitulado *El espíritu de la educación*, a partir do qual Bunge elaborou uma importante obra, *La educación,* publicada em 1901 em três tomos. Esse intelectual também se mostrou interessado pelas questões sociológicas e, desse afã, surgiram *Principios de psicología individual y social* e *Nuestra América*, obra que o consagrou como ensaísta, pesquisador e sociólogo. Foi também nomeado Fiscal de Crime em 1910 e Fiscal de Câmara em 1914, vindo a falecer em 1918.

As primeiras obras publicadas por Bunge mostram-nos sua identificação com o estudo das ciências biológicas aliadas à psicologia e à sociologia como uma maneira de obter respostas às suas inquietações intelectuais.

Félix García sustenta que o surgimento da psicologia como uma ciência independente deu-se no âmbito de uma mudança radical no desenvolvimento das ciências naturais pela qual passava o continente europeu durante o final do século XIX e que, nesse sentido, a presença da psicologia nas obras dos cientificistas argentinos tem de ser entendida como um desdobramento da influência europeia sobre a América Latina (1988, p.80).

De acordo com García, no final do século XIX, a psicologia deixou de ser considerada como um ramo da filosofia especulativa ou como um capítulo das ciências fisiológicas, passando a ser vista sob a perspectiva de um novo propósito que se constituía em estudar os processos mentais mediante os métodos experimentais e quantitativos comuns a todas as ciências (idem, ibidem). Na Argentina, a influência dessa nova maneira de conceber os estudos psicológicos fez-se sentir rapidamente, acabando por ser assimilada pelo cientificismo dos anos de 1880, como argumenta o historiador Francisco Romero:

> (...) la autonomía científica de la psicología, las diversas tentativas para instaurar un estudio experimental de la psiquis semejante a la investigación de la naturaleza física y biológica fueron empresas del positivismo, así como los amplios estudios de la realidad social en vista de dar cuenta a fondo de toda ella, empeño que constituye la parte más considerable y renovadora de los grandes sistemas de Comte y Spencer. (1952, p.20)

Alejandro Korn, um intelectual contemporâneo a Bunge e Ingenieros, também se referiu à influência da psicologia sobre os cientificistas argentinos. Segundo ele, os estudos psicológicos foram utilizados para fundamentar aspectos éticos, sociológicos e pedagógicos (1949, p.29-31), fato que se faz presente nas obras dos intelectuais em questão.

Em *Principios de psicología individual y social*, publicado em 1903, Carlos Bunge compreendeu que a psicologia moderna estava composta por escolas diversas ao dizer que aqueles que estudavam a psicologia por um método fisiológico experimental, como o fez a escola fisiológica, baseados no fato de que todo fenômeno psíquico era correlativo a uma mudança no sistema nervoso, depreciavam a observação interior como método científico e, por sua vez, aqueles que admitiam a observação interna como o melhor meio de investigar a profundeza de nossa psique, tal como a escola intelectualista, abstraíam-se o quanto podiam da fisiologia psicológica (1903, p.1-3). O autor manifestou um caráter conciliador ao explicar que, apesar de considerar a fisiologia psicológica como aquela que continha as bases

mais elementares para o estudo científico da psicologia, o método da observação interna, proposto por Wundt, não poderia ser deixado de lado, pois considerava a ambos como complementares. Por isso, julgou necessário amalgamar essas teorias para que se pudesse construir o que ele considerou como a verdadeira psicologia científica.

Nas obras de Bunge encontramos a fundamentação sociológica e biológica como uma maneira de explicar os fenômenos sociais, o que pode ser entendido como um traço de sua sociologia. De acordo com a perspectiva de García, Bunge fundamentou a sociologia sobre as bases filosóficas da biologia do evolucionismo naturalista (op. cit., p.86). Nesse ponto, podemos perceber certa semelhança com o positivismo de Comte e com o biologismo de Spencer. Comte classificava as ciências sob um princípio linear, no qual a sociologia ocupava o último escalão para sua complexidade e importância, justamente por tratar-se de um produto da atividade do homem. Spencer, por outro lado, considerava que a sociedade funcionava como um organismo biológico graças à realização de cinco tipos de atividade do homem: a autoconservação, a satisfação das necessidades vitais, a educação e o ensino dos descendentes, o estabelecimento das relações sociais e políticas e a atividade de descanso e satisfação dos gostos e sentimentos, e, quanto mais amplos fossem os conhecimentos do homem, melhor essas atividades se realizariam. De acordo com Spencer, o evolucionismo e o naturalismo definiriam os parâmetros centrais de interpretação da realidade, conceito esse apropriado pelos intelectuais argentinos, a partir do qual foi produzida a noção de um desenvolvimento inexoravelmente condenado ao progresso, mediante a adaptação humana ao meio natural e social por meio da herança das variações funcionais dos organismos, assim como da seleção operada pela extinção dos não adaptados (apud Terán, 1986, p.31). A partir disso, podemos concluir que tanto Comte quanto Spencer influenciaram o pensamento intelectual de Carlos Bunge; o primeiro, por meio da utilização da sociologia, e o segundo, pela introdução do biologismo, adotado pelo autor de *Principios de psicología individual y social* como uma das maneiras de compreensão da sociedade argentina.

Em *Nuestra América*, publicada em 1903,[4] Carlos Bunge buscou nas raízes da colonização espanhola as respostas para os problemas da Argentina de seu tempo. Segundo o autor, "a organização política de um povo é produto de sua psicologia, que considerava resultante dos fatores étnicos, do ambiente físico e do econômico" (1926, p.49). Assim, expunha quais objetivos pretendia alcançar com a obra:

> El objeto que diría práctico de esta obra es escribir, con todos los vicios y modalidades, la política de los pueblos hispanoamericanos. Para compreenderla, debo antes penetrarme de la psicología colectiva que la engendra. Y, para conocer esta psicología, analizo previamente las razas que componen al criollo. (idem, ibidem)

A partir dessa perspectiva, com o intuito de compreender as características psicológicas do hispano-americano, Bunge considerou de fundamental importância estudar a psicologia das raças que originaram o *criollo* – os espanhóis, negros e índios –, levando em consideração os respectivos meios geográficos em que se formou cada uma dessas raças.

Para esse intelectual, a herança psicológica espanhola poderia ser sintetizada em uma palavra: arrogância. Mais que à raça, a gênese da arrogância poderia ser atribuída ao meio geográfico[5] onde os espanhóis se originaram, o que fez com que, para Bunge, essa se tornasse a qualidade mãe da psicologia do povo espanhol.

A grande importância atribuída ao meio físico foi um traço marcante, não apenas em *Nuestra América*, mas também no pensamento cientificista do período, pois os intelectuais acreditavam na influência

---

4 A partir da segunda edição, Bunge circunscreveu deliberadamente o tema abordado ao acrescentar o subtítulo *Ensayo de psicología social*, em decorrência de uma crítica feita por Ingenieros e publicada na *Revista de Derecho, Historia y Letras*.

5 É interessante percebermos que Carlos Bunge utilizou métodos diferentes para estudar os espanhóis e os hispano-americanos. No primeiro caso, foi atribuída maior relevância à geografia, enquanto, no segundo, sua reflexão estava voltada, em grande parte, para a questão racial.

exercida pelo clima e pelo meio geográfico como capazes de definir características não apenas físicas, mas também psicológicas sobre a população. Em *Nuestra América*, Bunge utilizou o determinismo geográfico para explicar a existência da arrogância na América Espanhola. De acordo com o autor, devido a sua posição geográfica, a Espanha havia travado lutas constantes contra invasões estrangeiras e, por isso, passou a sustentar um apaixonado culto do valor que foi transmitido aos americanos por meio da colonização. Assim, entendemos que a arrogância espanhola – uma característica psíquica – foi considerada por Bunge como fruto de uma fatalidade geográfica.

Ao analisar os índios, negros e mestiços, Bunge completou seu raciocínio com relação à composição da psicologia criolla, ao atribuir-lhe outras duas características: a preguiça, derivada dos índios, e a tristeza, dos negros. De acordo com o autor, a América era caracterizada por uma "mistura" de culturas, raças e costumes e, por isso, a melhor maneira de entendê-la seria pelo estudo das raças.[6] Dessa forma, caracterizou os hispano-americanos como mais ou menos mestiços, pois na mistura de raças haveria sempre a predominância da raça mais forte – geralmente a branca.

Apesar de considerar, no início do século XX, o mestiço como um tipo comum e genérico, Bunge acreditava que essa mestiçagem era um estado passageiro, pois, com o passar do tempo, os hispano-americanos acabariam por diferenciar-se[7] e, nessa diferenciação, a Argentina ganharia destaque por constituir um local onde haveria maior grau de cultura.

Como um exemplo da utilização de elementos biológicos e sociológicos em *Nuestra América*, podemos citar a explicação dada por seu autor na tentativa de justificar que todo mestiço físico corresponderia

---

6 Ao estudar a psicologia dos hispano-americanos, utilizou-se dos fatores étnicos, físicos e econômicos, dando maior relevância à influência do primeiro.

7 No entanto, ele também ressaltou que essa diferenciação entre os mestiços levaria algum tempo, uma vez que a História demonstra que as transformações bruscas são impossíveis e, assim como a natureza, a História não dá saltos, constituindo-se numa consequência evolutiva de causas e efeitos, inclusive sobre o caráter dos povos.

a um mestiço moral: "Si en una familia nacen, por ejemplo, diez vástagos de los cuales nueve tienen al tipo físico europeo y uno el negroide o mulato, los primeros poseen una psicología europea, el último, la mulata..." (Bunge, 1926, p.140).

Seguindo uma perspectiva que já havia sido enunciada por Juan Bautista Alberdi em meados do século XIX, Carlos Bunge afirmou que o caráter do hispano-americano deveria ser tomado como o inverso do caráter europeu, pois, enquanto na Europa existiam instituições, riqueza e civilização, no Novo Mundo predominavam, respectivamente, o caciquismo, a pobreza e a barbárie. Todavia, ao questionar-se a respeito da cura desses males, Bunge encontrou um remédio: que os hispano-americanos se europeizassem por meio do trabalho.[8] Essa europeização defendida pelo autor deve ser analisada sob a óptica da crença na superioridade da raça branca; por isso, o único meio encontrado para a europeização dos argentinos seria pela introdução do elemento branco, que estava representado pelo imigrante europeu.

A preguiça foi considerada por Bunge como um traço predominante da psicologia latino-americana (preponderando sobre a tristeza e a arrogância). Segundo ele, a preguiça "consistia em uma absoluta falta de atividade, física e psíquica" (idem, p.170), e justificou sua afirmação dizendo que os hispano-americanos manifestavam a preguiça até na linguagem e na pronúncia das palavras, pois o vocabulário era mais reduzido se comparado ao espanhol.

Em *Nuestra América* ficou evidente que o germe da preguiça nasceu do divórcio entre a propriedade e o trabalho no regime colonial, sendo que, na América, o ambiente natural permitiu que bastasse pouco trabalho para obter subsistência suficiente. Bunge acreditava que, se não existisse abundância de subsistência, a luta pela vida faria com que os inativos desaparecessem, triturados pela engrenagem da seleção natural.

---

8 O trabalho, no contexto do final do século XIX e início do XX, estava atrelado aos princípios positivistas, figurando, aqui, como um sinônimo para progresso.

Fica clara, então, a apropriação que o autor fez do princípio darwinista da seleção natural, principalmente ao afirmar que a regra geral da "preguiça criolla" tem suas exceções, o que vem reforçar a ideia bungeana de que o progresso dos hispano-americanos estaria diretamente relacionado ao culto do trabalho: "En el litoral de la Argentina, la gente es trabajadora. Débese ello a un clima ya más frío, al estímulo de la riqueza ambiente y también a la inmigración extranjera, que modifica la raza..." (idem, p.173).

Voltemos a outro traço marcante da psicologia dos criollos assinalado por Bunge: a tristeza. O autor de *Nuestra América* demonstrou que os nativos da América constituíam um povo triste, ou melhor, que a tristeza se mostrava como uma condição geral, fosse nos araucanos ou nos guaranis. Sua justificativa para tal afirmação era que o amálgama entre a tristeza dos conquistados e a dos conquistadores não poderia produzir outro tipo de herança psicológica.

Outrossim, é nesse contexto que o imigrante ganhou destaque por ser considerado por Bunge como um povo alegre que sabia rir e se divertir, diferentemente da plebe gaúcha do campo, dos índios dos pampas e até do povo argentino das cidades. Nesse sentido, a imigração passou a ser vista como um atenuante à tristeza dos latino-americanos e, mais especificamente, dos argentinos. Contudo, é importante enfatizarmos que essa classificação que Bunge faz dos imigrantes, dos índios e dos negros como componentes de um só povo está equivocada, pois no caso dos imigrantes, apesar de serem europeus, eles pertenciam a diferentes nacionalidades, tinham diferentes línguas e costumes; por isso, sua adaptação à realidade argentina deu-se de maneiras distintas. O mesmo estende-se aos negros e aos índios, que eram oriundos de diferentes tribos e etnias.

Um dos maiores problemas diagnosticados por Carlos Octavio Bunge em *Nuestra América* consistia na política criolla dos caudillos latino-americanos. A preguiça coletiva era considerada por esse intelectual como a base sobre a qual se ergueram os alicerces do caudilhismo e do caciquismo na Hispanoamérica. O autor afirmava que a sociedade caciquista não estava a favor do melhor, mas sim

daquele que se impunha como tal, sem averiguar por que se tinha imposto – ainda que fosse pelo compadrio e por cumplicidades. Dessa forma, o cacique[9] não governava por eleição política nem por lutas ideológicas, mas por seu poder sugestivo, pela apatia dos homens e pela inércia das coisas. Portanto, apenas a morte ou uma derrota muito humilhante poderia destruir o poder do cacique, mas, mesmo após ter perdido o comando e a vergonha, este ainda conservaria um caráter indelével (idem, p.244).

A visão de Bunge acerca do caudilhismo mostrou-se, muitas vezes, negativa e pessimista, a ponto de estabelecer comparações com o imperialismo. De acordo com o autor, o imperialismo constituiu-se num regime regular, enquanto os *cacicazgos*[10] não passariam de entidades caprichosas e variáveis que deixaram como herança governos de indisciplina e irregularidades de fundo. Já o imperialismo havia produzido modernas monarquias constitucionais, estáveis e disciplinadas,[11] haja vista o exemplo de países como França e Inglaterra.

Bunge explicitou, ainda, que a "cacicabilidade" (tendência a governos caciquistas) de cada nação estaria em razão inversa à sua proporção de sangue branco[12] (europeu) e que, por conta disso, o caciquismo era consuetudinário e tácito, não estava nas leis, mas sim no sangue, no clima, na indolência nacional. Entretanto, o autor de *Nuestra América* afirmou preferir cacicatos abertos e francos à república imitativa, convencional e híbrida que pôde ser observada na América Latina no período pós-independência. Essa afirmação não deixa de ser contraditória, uma vez que Bunge havia mostrado sua visão pessimista acerca do caciquismo. Contudo, podemos compreendê-la se levarmos em consideração que o autor via as re-

---

9 Cacique é utilizado, em *Nuestra América*, como sinônimo de caudilho. Portanto, eram grandes proprietários de terras que possuíam liderança política regional, exerciam o governo das províncias e contavam com apoio popular.

10 Termo sem sinônimo na língua portuguesa que se refere aos regimes caciquistas.

11 É interessante atentarmos às comparações feitas por Bunge nas quais ele toma o modelo europeu como o tipo ideal a ser seguido pelos americanos.

12 O que nos permite concluir que, por possuir tal psicologia, o cacique deveria ser mestiço ou negro.

públicas hispano-americanas como imitações do ideal republicano francês, como cópias de democracias que não se aplicavam ao contexto latino-americano do período em questão.

Para Bunge, um dos maiores problemas da política hispano-americana consistia nas falsas aplicações do princípio democrático-representativo da Revolução Francesa (idem, p.264) e, portanto, destacou aqueles que ele considerava como os três principais expoentes da política caciquista na América Latina: Juan Manoel de Rosas na Argentina, Gabriel García Moreno no Equador e Porfírio Díaz no México. Esses três políticos foram tomados, em *Nuestra América*, como "casos clínicos" que deveriam receber o mesmo tratamento dado às enfermidades. Tais características levaram Carlos Bunge a qualificar sua obra como um "tratado de clínica social", no qual o autor propunha como solução para tal enfermidade dois remédios: um prático e outro teórico.

O melhor remédio teórico seria o estudo positivo da história, da política, da economia e da sociologia. E o prático consistiria na aplicação de tais estudos. Contudo, é importante deixarmos claro que Bunge atribuiu tais incumbências à elite intelectual, ou seja, a seus pares que compunham a classe dominante:

> A esta reacción contra la política romántica, a este espíritu de análisis doctrinario, les agregaré, para completarlos y, corroborarlos, mi remedio práctico. Consiste tal remedio en aplicar los estudios positivos; en propender a que la clase culta, sacudiendo su "ocio político", luche como pueda con el caudillismo ignorante y malintencionado; le venganza, le domine, le arranque el poder, y, una vez victoriosa, promueva desde el gobierno – municipal, provincial o nacional-, la difusión de la cultura. (idem, ibidem)

De acordo com Bunge, os argentinos, no início do século XX, eram os únicos a aplicarem tais métodos terapêuticos – mesmo que imperfeitamente –, chegando a revolucionar a velha política criolla e apresentando-se como um exemplo a ser seguido. Ficou claro, então, o forte apelo nacionalista ecoado por *Nuestra América* com

relação ao povo argentino. A Argentina, por conta do seu clima e de sua população predominantemente branca, fazia com que o país se tornasse um exemplo a ser seguido, uma vez que destoava da realidade latino-americana.

O jovem Ingenieros: sociologia, economismo histórico e socialismo

José Ingenieros nasceu em 1877 em Palermo, na Itália, e a imigração de sua família para a América do Sul quando ainda era um menino pode ser explicada pelo fato de seu pai, um professor e jornalista italiano, ter se vinculado à Primeira Internacional e dirigido o primeiro periódico socialista daquele país. Na Argentina, Ingenieros frequentava os círculos maçons e anticlericais e escrevia como colaborador para alguns jornais liberais italianos. Devido à relação que mantinha com os esquerdistas, principalmente europeus, hospedava-os em sua casa sempre que esses viajavam à Argentina. Assim fez com Enrique Malatesta, com o médico higienista Pedro Mallo e com o educador Alejo Peyret (Ponce, op. cit., p.19).

A orientação esquerdista de Ingenieros começou em sua própria casa, pois ainda menino tinha o costume de frequentar a biblioteca de seu pai, quem o incentivava a aprender italiano, francês e inglês. Estudou em bons colégios e, já nessa fase, dirigiu um periódico estudantil intitulado *La reforma.* No plano profissional ficou dividido entre as carreiras de direito e medicina, optou pela segunda e, já demonstrando seu interesse pelas ciências naturais, seguiu seus estudos na área de psiquiatria.

O pensamento de Ingenieros, especialmente aquele expresso em seus primeiros trabalhos, ainda no final do século XIX, esteve sustentado por concepções biologistas aplicadas com o intuito de que, a partir delas, fosse possível extrair conclusões sociológicas. O conceito de luta pela vida proposto por Darwin está presente numa de suas primeiras obras: *La simulación en la lucha por la vida.* Esse trabalho foi apenas a introdução de sua tese *La simulación de la*

locura,[13] apresentada em 1900 à Faculdade de Medicina de Buenos Aires, mas já podemos perceber a apropriação de conceitos biologistas e evolucionistas como um meio de justificar a teoria da seleção natural. A luta pela vida foi vista por ele como algo inevitável:

> La lucha por la existencia resulta inevitablemente de la rapidez con que todos los seres vivos tienden a multiplicarse. Nace un número de individuos mayor del que puede vivir, y de ello proviene, en cada caso, la lucha por la existencia, ya sea con los individuos de la misma especie, ya con los de especies diferentes, y sometida, en ambos casos, a las condiciones físicas del medio ambiente en que ellos viven. (Ingenieros, 1920, p.21)

Nessa obra, Ingenieros afirmava, por repetidas vezes, que o conceito de luta pela vida deveria ser interpretado, unicamente, de acordo com a acepção darwinista. Para ele, ao estudar a simulação como um meio de luta, não deveriam ser levados em consideração apenas os fenômenos que apresentassem um caráter consciente e voluntário, pois a luta pela vida está presente entre todos os seres vivos. Ele defendia a hipótese de que, à medida que as espécies evoluíssem, os meios de luta tornar-se-iam cada vez mais complexos, alcançando na espécie humana seu máximo expoente:

> (...) en la especie humana que por su estructura cerebral y sus funciones mentales está colocada en el término del *phylum* más evolucionado de los vertebrados; esa circunstancia hace que en el hombre los medios de lucha por la vida sean más complejos que en las demás especies animales, pues su inteligencia le ha permitido reforzar los deficientes, suplir los ineficaces e imaginar medios artificiales de aumentar su propia capacidad ofensiva y defensiva. (idem, p.27)

---

13 De acordo com Aníbal Ponce, *La simulación de la locura* recebeu, da Academia de Medicina de Buenos Aires, a medalha de ouro destinada à melhor obra científica argentina (op. cit., p.59).

A partir da publicação de *Simulación en la lucha por la vida*, José Ingenieros tornou-se mais conhecido, principalmente fora da Argentina. Nos primeiros anos do século XX participou de congressos não apenas no continente americano, mas também na Europa, e suas monografias e críticas, cujo conteúdo variava desde a psiquiatria e o direito penal até a sociologia e a medicina forense, passaram a ser publicadas tanto por revistas argentinas quanto pelas mais renomadas revistas estrangeiras.

Alguns desses trabalhos desenvolvidos por Ingenieros no final do século XIX e início do XX foram reunidos sob o título *La evolución sociológica argentina*. Numa nova edição, publicada em 1913, essa obra ganhou novo título – *Sociologia argentina* – e passou a conter análises críticas de obras de grande repercussão no período, como, por exemplo, *Las multitudes argentinas*, escrita por José Maria Ramos Mejía, *Nuestra América*, de Carlos Octavio Bunge, *La anarquia argentina y el caudillismo*, de Lucas Ayarragaray, e *La ciudad indiana*, de Juan Augustin García.

Esses escritos da época da juventude de Ingenieros, publicados anteriormente na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, mostram o empenho de seu autor em compreender a evolução do povo argentino e de diagnosticar e justificar a origem dos empecilhos que, a seu ver, prejudicavam a construção da nação. Para ele, a sociologia constituía-se numa ciência natural que tinha como objetivo estudar a evolução humana. Assim, seguindo a orientação cientificista, Ingenieros considerava que a evolução das sociedades humanas era regida por leis biológicas, o que as tornava, portanto, condicionadas ao meio em que viviam:

> Las sociedades humanas evolucionan, pues, dentro de leyes biológicas. Están condicionadas, en primer término, por el medio en que viven, del cual toman sus medios de subsistencia. Dentro de su medio, cualquier agregado social – raza, nación, tribu etc. –, es un conjunto de individuos que lucha por la vida para conservar ciertas funciones (costumbres) y cierta organización (instituciones) que son una variación colectivamente adquirida dentro de la unidad biológica de la especie. (1956, p.11)

Dentro do quadro composto pela análise sociológica de Ingenieros, deve ser ressaltada a presença do economismo histórico funcionando como uma força determinante da posição social ocupada pelos indivíduos. Ingenieros considerava que as necessidades materiais da vida determinariam a evolução das sociedades humanas, pois

> Las condiciones propias de la evolución humana desarrollan algunos elementos esenciales en su lucha por la vida, entre los cuales prima la necesidad de reproducir los medios de subsistencia; pero este desenvolvimiento – que puede considerarse característico de la especie animal a que pertenecemos – sólo es una forma superior muy evolucionada de tendencias comunes a todos los seres vivos. La organización económica de las sociedades depende de necesidades puramente biológicas de la especie humana, considerada como una de tantas ramas de la polimorfa evolución filogenética.

A problemática envolvendo a evolução social é abordada por Ingenieros como uma consequência da necessidade biológica que os homens têm de conservar o grupo e de, ao mesmo tempo, garantir sua continuidade, o que seria assegurado de acordo com a posição econômica dos indivíduos. Portanto, a atividade econômica não deve ser interpretada como contrária à evolução biológica, mas sim como a aplicação da sociologia biológica ao estudo evolutivo das sociedades humanas por atuar como um dos mecanismos da seleção natural.

Seguindo essa perspectiva, o autor defendeu em *De la barbárie al capitalismo* (1898) que o modo de produção capitalista deveria ser considerado uma maneira justa por meio da qual se realizaria a seleção natural, pois consistiria em "um trabalho de eliminação dos mais fracos pelos mais fortes" (p.611). Nesse sentido, Ingenieros definiu a utilização da matriz econômica como

> (...) el molde que engendra cada una de las formas de organización revestidas por la sociedad humana, y constituye el *substratum* en que se arraigan y sustentan las diversas instituciones políticas, jurídicas, morales etc., que constituyen la superestrutura de la sociedad en cada momento histórico. (idem, p.603)

De acordo com Ingenieros, a economia deveria ser utilizada juntamente com as ciências para complementar a compreensão da história, constituindo o que o próprio autor chamou de "economismo histórico". A aplicação dos conceitos econômicos juntamente aos biológicos nas obras iniciais de Ingenieros deve ser compreendida como uma característica resultante da orientação ideológica seguida pelo mesmo no final do século XIX. De acordo com Ponce, "após a Revolução de 1893 e da divisão da União Cívica, Ingenieros começou a frequentar os centros socialistas e incorporou-se ao partido que nascia" (op. cit., p.21). Nessa época, também atuava como redator e administrador do periódico *La vanguardia* e dirigia, ao lado de Leopoldo Lugones, o jornal *La montaña*, um espaço no qual eram discutidos problemas de sociologia, de arte e de filosofia. Seguindo a perspectiva de Ponce, "*La montaña* foi o primeiro jornal argentino a trazer em suas páginas os ideais do socialismo revolucionário, tendo rendido a seus diretores e colaboradores a honra da perseguição judicial" (idem, p.23). Já para Hector Agosti, *La montaña* procurava traduzir, em terras argentinas, as orientações sociológicas do socialismo científico (1947, p.49). A atuação de Ingenieros na esquerda política ficou evidenciada, ainda, por sua militância junto ao Partido Socialista e pela publicação da obra *¿Que és el socialismo?*, em 1895, na qual o autor expôs sua visão sobre o socialismo:

> Proponho-me demonstrar que o socialismo, mais que uma organização social imposta, é uma consequência lógica e necessária da evolução econômica que se iniciou e que pela força dos fatos deve implantar-se como regulador das produções e consumos e como nivelador das condições individuais ante os meios de produção. (s. d., p.11)

A aplicação que José Ingenieros fez do economismo histórico deve ser assinalada, ainda, por tratar-se de um ponto de divergência com relação aos conceitos apropriados por Carlos O. Bunge. Em grande parte das obras de Ingenieros analisadas neste trabalho, principalmente naquelas escritas no final do século XIX, momento em que ele era filiado ao Partido Socialista, encontramos a presença

da matriz econômica, cuja aplicação deu-se como uma determinante sobre os processos sociais; já nas obras de Bunge, o fator essencial de análise concentrou-se sobre o elemento psicológico. Essa questão envolvendo o economismo histórico e a psicologia resultou em críticas por parte de Ingenieros à obra *Nuestra América,* de Bunge. Quando foi publicada a primeira edição da referida obra, em 1903, Ingenieros escreveu suas conclusões sobre o texto na *Revista de Derecho, Historia y Letras.* Em seu artigo, elogiava muitos aspectos do trabalho, mas ressaltava as deficiências do mesmo, as quais, para ele, recaíam sobre o uso excessivo de psicologismos e a falta da utilização da matriz econômica para explicar os problemas detectados pelo autor em *Nuestra América.*

Um ponto coincidente entre o pensamento de Bunge e de Ingenieros no início de seus escritos diz respeito à "medicalização da sociologia". Segundo Ingenieros, "consistiria num método das ciências biológicas chegar ao conhecimento da função normal pelo estudo de sua patologia", isto é, para compreender a sociedade argentina, previamente deveriam ser detectados seus problemas, os quais eram vistos por Ingenieros como patologias.[14]

Essa visão medicalizada da sociologia de Ingenieros deve ser relacionada ao momento em que o mesmo vivia e às mudanças que se operavam em sua vida intelectual. Por volta de 1899 abandonou sua militância junto ao Partido Socialista e três anos mais tarde renunciou a sua filiação ao mesmo. Entretanto, não há nenhum tipo de registro indicando que ele tivesse perdido a simpatia pela causa socialista. Por isso, acreditamos que a desvinculação de Ingenieros do Partido Socialista estivesse atrelada ao fato de que, a partir de 1904, ele passou a trabalhar para o governo argentino. Entre 1904 e 1911 desempenhou a função de chefe de clínica no Serviço de Observação de Alienados da polícia de Buenos Aires e a partir de 1907 dirigiu o Instituto de Criminologia anexo à Penitenciária Nacional.

---

14 Essa aproximação das ciências sociais com a psicopatologia e a criminologia revelou as aderências ideológicas da época de sua juventude, especialmente suas ligações com o ideário socialista.

Os estudos médicos de José Ingenieros foram publicados em importantes periódicos sobre o assunto, tais como *Criminología moderna*[15] e *Archivos de criminología, medicina legal y psiquiatría*, do qual foi diretor até 1913. Entretanto, sua atividade intelectual, nesse período, esteve centrada na investigação psiquiátrica e criminológica, mas não se dissociou da questão social, uma vez que esta última era vista pelo próprio autor como um sintoma de mal-estar profundo que deveria ser detectado e tratado terapeuticamente. Nesse ínterim, as ciências sociais constituíam-se num mecanismo por meio do qual Ingenieros considerava possível segregar os núcleos sociais patologizados ou marginais que tendiam a prejudicar o desenvolvimento da Argentina enquanto uma nação moderna.

Além da tendência assinalada acima, podemos apontar outras questões concordantes entre Carlos Bunge e José Ingenieros. A primeira delas remete-nos à herança intelectual da Geração de 1880 e consiste no fato de que, assim como fez Bunge em *Nuestra América*, Ingenieros também se voltou ao passado – isto é, aos primórdios da colonização espanhola – com o intuito de encontrar as raízes dos problemas apresentados pela sociedade argentina e, ao mesmo tempo, buscar soluções para os mesmos.

A colonização empreendida pela Espanha foi analisada por ambos os intelectuais a partir de um ponto de vista pessimista embasado, principalmente, pelas teorias raciais. Para Ingenieros, a formação da nacionalidade argentina constituiu-se num simples episódio da luta de raças e de sua adaptação às condições geográficas do meio cósmico. Partindo dessa perspectiva, considerou que todos os povos, para chegar ao estado de civilização, teriam de passar por sucessivas integrações e desintegrações, pelas diversas etapas da selvageria e da barbárie, cuja sucessão estaria determinada pelos diferentes sistemas que caracterizavam a produção em cada sociedade, atribuindo ao fator econômico a determinação das estruturas sociais.

15 Esse periódico foi lançado a partir da chegada do penalista e anarquista italiano Pietro Gori a Buenos Aires.

A análise de Ingenieros não considerou que a formação da nacionalidade argentina (assim como também não o fez com a de todos os países americanos que haviam sido colonizados pelo que considerava como raças inferiores) correspondesse à evolução da raça espanhola em solo americano, mas sim que fosse resultado da combinação da cultura espanhola com os elementos indígenas por ela assimilados, à qual mais tarde se agregaram elementos africanos (escravos) e, no final do século XIX, os grupos europeus provenientes da imigração europeia.

A comparação da colonização espanhola à inglesa surgiu com frequência nos textos de Ingenieros. Segundo ele, ao contrário dos colonizadores da América Setentrional, os espanhóis misturaram-se aos autóctones meridionais, originando a raça criolla, fator que, aliado à falta de cultura dos conquistadores (1956, p.25), contribuiu para a continuação do estado de selvageria em que se encontrava a população nativa, originando o caudilhismo.

Para esse intelectual, deveriam ser levadas em consideração as condições econômicas e sociais que figuravam na Europa no período da colonização – que ele chamou de "invasão europeia" – para que se pudesse compreender o reflexo de tais condições sobre a organização política e econômica do continente americano. A partir disso, Ingenieros constatou que o "descobrimento" do continente americano não havia sido nada mais que uma fatalidade histórica, pois, de acordo com sua visão, desde o final do século XV vinham se formando no continente europeu as condições econômicas que resultariam no inevitável descobrimento da América.

Em uma análise comparativa dos casos europeu e americano, Ingenieros trouxe à tona algumas considerações que já haviam sido enunciadas por Sarmiento em obras como *Facundo* e *Conflicto y armonía de las razas en América*. Segundo ele, no período em que se deu a colonização da América, quase todos os povos europeus haviam passado do primeiro ao segundo período da civilização, respectivamente caracterizados pelo sistema de produção com trabalho escravo e com trabalho servil, e estavam preparando e desenvolvendo as forças econômicas que determinariam sua chegada à terceira fase, o capitalismo industrial, caracterizado pelo trabalho

assalariado, enquanto os povos americanos se encontravam no estado da selvageria e barbárie. É interessante destacarmos que não foi apenas o conceito geral das ideias defendidas por Sarmiento que se perpetuou, mas principalmente a noção de dualismo entre civilização e barbárie, citadas em vários momentos por Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros quando eles se referiam à Europa e à América, respectivamente.

Assim, Ingenieros afirmava que, durante o período colonial, a Inglaterra marchava rumo à liderança econômica da Europa, pois havia alcançado antes que qualquer outro país do mundo as formas superiores de produção e, ao conquistar a América do Norte, transplantou para ali todos os elementos e fatores de seu desenvolvimento:

> (...) inoculó virus de fuerza y superioridad, sembrando gérmenes que se traducen ahora por la supremacía económica de ese país sobre el continente americano, de la misma manera que Inglaterra la tuvo entonces sobre el continente europeo. (idem, p.28)

Já a explicação elaborada por Ingenieros para a má gestão colonial espanhola sustentava-se na hipótese de que, ao empreender a conquista, a Espanha estava esgotada pela Guerra de Reconquista que havia durado séculos e vivia o começo de sua decadência econômica, por isso desenvolveu uma colonização exploradora e não se propôs a difundir uma cultura superior, mas sim a lucrar com a terra e o trabalho dos colonos, submetendo a região a um sistema retrógrado e primitivo.[16]

Assim como a colonização espanhola, a emancipação política também foi tomada por Ingenieros como inevitável. De acordo com ele, observando-se o curso dos fenômenos históricos em toda a América Espanhola, era possível compreender que a independência foi o resultado lógico da decadência econômica e política da Espanha e do desejo, nascente nos americanos, de sacudir os odiados monopólios

16 Segundo Ingenieros, o sistema de monopólios impostos pela Espanha às suas colônias desgovernava a América (1956, p.32).

impostos pela metrópole.[17] Entretanto, é importante ressaltar que a necessidade de que ocorresse a emancipação política veio à tona a partir do momento em que os descendentes dos conquistadores, os criollos nascidos na Argentina, se viram excluídos de certos privilégios e direitos, adquirindo consciência de uma classe política e economicamente inferior, o que os induziu a rebelar-se contra seus progenitores (idem, p.32).

Nesse ínterim, a emancipação política da porção sul do continente americano, de acordo com a visão de José Ingenieros, constituiu-se numa questão de privilégios, diferentemente daquela que ocorreu na região norte, assentada sobre uma questão de direitos. A afirmação de Ingenieros pode ser compreendida se levarmos em conta que esse autor responsabilizou os diferentes tipos de colonização desenvolvidos na América como definidores da condição econômica e cultural da população:

> En las colonias españolas la guerra de emancipación tuvo por promotores a los aspirantes a empleos civiles y militares que querían expulsar a los funcionarios metropolitanos para ocupar sus puestos; en las colonias inglesas fueran los colonos, propietarios del suelo, comerciantes o artesanos, que reivindicaban el derecho, poseído por sus congéneres de la madre patria, de no ser sujetos a impuestos sin su propio consentimiento. (idem, ibidem)

Outro tema recorrente nos primeiros textos de Bunge e Ingenieros está centrado na desorganização da vida política argentina após a emancipação, considerada por ambos resultado da dominação espanhola:

> (...) Durante los primeros veinte años de la vida política argentina (1810-1830), la ausencia de intereses bien definidos caracterizó la

17 Seguindo a perspectiva de José Ingenieros, o sistema mercantil de monopólio, estabelecido desde o princípio da colonização e praticado durante trezentos anos, contribuiu lentamente para a ruína econômica da colônia, ou melhor, assegurou à mesma o predomínio do atraso, do estado primitivo, da ignorância, impedindo o desenvolvimento do cultivo e da produção, e tornou impossível o comércio internacional (1956, p.34).

> más completa desorganización económica; ésta fue la base sociológica de una política personalista y caótica que los historiadores llaman el período de la anarquía argentina. (idem, p.37-8)

Ingenieros classificou o caudilhismo como um regime político que, segundo ele, constituiu-se na

> superestrutura política natural de um regime feudal, no qual os senhores feudais teriam o nome de caudilhos, agrupando-se os mais débeis em torno dos mais poderosos dando origem a facções políticas geralmente inorgânicas por não corresponderem à unidade de interesses econômicos, senão a paixões e interesses de ordem pessoal. (idem, p.38)[18]

Seguindo o mesmo raciocínio expresso por Bunge em *Nuestra América*, Vicente Fidel López em *História argentina* e Lucas Ayarragaray em *La anarquia argentina y el caudillismo*, Ingenieros concluiu que, quando a ação dos partidos políticos não era determinada por interesses comuns, a influência pessoal dos chefes poderia ser considerada a única força que orientava as facções na disputa para o exercício do poder.

O período denominado por Ingenieros e Ayarragaray de anarquia correspondia àquele em que os proprietários das terras eram senhores em seus domínios; quando a produção começou a se organizar, foram definidos – ainda que vagamente – diversos interesses econômicos. Assim, a Argentina passou do estágio de feudalismo inorgânico para o de feudalismo organizado, isto é: "a anarquia dos caudilhos foi substituída pelo regime caudilhista organizado que, de certo modo, refletia a parte mais importante dos interesses econômicos em formação" (idem, ibidem).

Juan Manoel de Rosas foi visto por Ingenieros como o caudilho que contava com maior prestígio pessoal, o mais inteligente e aque-

18 Ernesto Quesada também destacou os traços do caráter feudal dessa época, a qual chamou de Idade Média argentina, estabelecendo um paralelo entre ela e o feudalismo europeu.

le que possuía o feudo mais poderoso, representando a primeira evolução da sociedade argentina, pois gradualmente subordinou os pequenos senhores feudais:

> Rosas, con tino perfecto, apaciguó primero, dominó después y disminuyó, por último, los caudillajes localista – los señoríos feudales –, acostumbrándolos primero al acatamiento de la entidad moral que llamó Confederación Argentina, e imponiéndoles al fin la preeminencia del gobierno nacional. (idem, p.40)

A partir do surgimento do Partido Autonomista Nacional – que se opunha à oligarquia republicana apoiada pela província de Buenos Aires – Ingenieros identificou que a organização político-social argentina começou a adquirir seus contornos, pois frente à classe feudal ele via o início do desenvolvimento do regime capitalista que se operava tanto na produção agropecuária quanto na industrial:

> En Buenos Aires despiertan las industrias, se amplia el comercio, la actividad económica tiende a nivelarse con la de países económicamente más evolucionados. En las provincias, la primitiva producción feudal va substituyéndose por sistemas de agricultura y ganadería cada vez más técnicos e industrializados... (idem, p.43)

Notamos então que, ao menos no final do século XIX e nos primeiros anos do XX, Bunge e Ingenieros não recuperaram o passado colonial em busca de glórias, mas sim procurando justificar que o grau de desenvolvimento da Argentina não se encontrava no nível dos Estados Unidos por uma fatalidade histórica: ter sido colonizada pela Espanha, uma vez que, de acordo com suas teorias, se a colonização houvesse sido empreendida pela Inglaterra, a situação seria completamente diferente.

Seguindo o mesmo raciocínio, devemos chamar a atenção às questões raciais abordadas por esses intelectuais a partir das mesmas comparações. Na perspectiva de Bunge:

> (...) si el Norte se puebla sólo de europeos, colonizase el Sud por europeos y mestizos. Impórtanse luego a ambas Américas esclavos negros de África... Y, mientras los colonos anglosajones se apartan y aislan de ellos, con ellos entroncan los criollos, produciendo así una complicada y difusa mescolanza de estirpes y colores. (1926, p.118)

A partir dessas palavras, percebemos que a necessidade de responsabilizar a colonização promovida pela Espanha como fonte dos problemas que assolaram a Argentina e contribuíam para a demora em consolidar efetivamente uma identidade nacional nesse país está inserida numa discussão mais ampla: a questão racial.[19]

A teoria cientificista considerava que alcançaria o triunfo na conquista a raça que contasse com maior grau de desenvolvimento, o que, nos termos do final do período, estava associado à pureza de sangue branco. Assim, a conquista da América foi justificada pela perspectiva de que uma das condições mais importantes para que um povo dominasse o outro era que ele se encontrasse em um momento mais elevado de desenvolvimento. Nesse contexto, a civilização ariana foi considerada vencedora por ter se imposto às raças americanas que apresentavam diferentes graus de resistência de acordo com seu nível de civilização.

Entretanto, no final do século XIX, as raças "inferiores" continuavam a representar um entrave para o desenvolvimento da Argentina. Bunge e Ingenieros sustentavam a hipótese de que essa situação seria passageira, pois à medida que o elemento branco fosse introduzido a barbárie seria erradicada. Uma das soluções apontadas para o "problema racial" na América Latina consistia na promoção do fluxo imigratório europeu. No entanto, Carlos Bunge advertiu que os novos elementos trazidos pela imigração seriam capazes de provocar mudanças profundas somente na população de regiões excepcionalmente europeizáveis,[20] como a Argentina. Nos demais locais, os imigrantes

---

19 Tais regiões teriam o clima semelhante ao europeu, além da escassez de base étnica criolla.

20 Ingenieros chamou de função tutelar por entender que essa hegemonia se constituiria num imperialismo pacífico.

exerceriam, a princípio, certa influência, mas, depois de arraigados, acabariam por adquirir as características do primeiro sedimento hispano-indígena. A imigração teria, então, a função de contribuir para o processo de embranquecimento da população, processo que estava relacionado à concretização da construção da identidade nacional argentina.

O papel da imigração foi tão significativo nas obras dos intelectuais cientificistas que Ingenieros chegou a afirmar que "a superioridade da raça branca era um fato aceito até pelos que negavam a luta de raças" (1956, p.25), chegando a considerá-la como uma "segunda colonização", à qual caberia a função de solucionar os problemas criados com a colonização espanhola. A questão do branqueamento encontrava-se, assim, relacionada à conclusão do processo de evolução da sociedade argentina enunciada por ele, pois a partir daí, acreditava-se que caberia à Argentina a hegemonia do continente americano, uma vez que a raça branca funcionaria como um escudo – por se tratar, de acordo com os ideais cientificistas, da raça mais evoluída – para resistir à penetração de outros imperialismos.

A função tutelar[21] atribuída por José Ingenieros à Argentina foi justificada devido à potencialidade econômica do país e às condições do meio que favoreciam o incremento de sua população e contribuiriam para restaurar na América do Sul a grandeza de uma raça neolatina (idem, p.52). Entretanto, ele advertiu que o Chile e o Brasil poderiam disputar esse poder hegemônico com a Argentina, mas, devido a suas condições étnicas e geográficas, seria difícil que vencessem essa "disputa". Com relação ao Chile, afirmou que, se a supremacia política dependesse da vontade coletiva do povo, nenhum país na América do Sul poderia disputá-la com os chilenos; no entanto, seus fatores naturais somavam grande importância negativa: "Su territorio es pequeño, amurallado por los Andes y ahogado por el océano; la población que allí pueda aumentarse vivirá siempre con

21 O cientificismo não foi a única corrente de pensamento que repercutiu sobre os intelectuais argentinos no final do século XIX e início do XX. O criollismo também propunha a construção de uma identidade nacional para o país, porém a partir de outra perspectiva, uma que pretendemos analisar no terceiro capítulo desta dissertação.

horizontes limitados y nadie se atrevería a afirmar que el país chileno llegará a ser el más próspero del continente" (idem, p.57-8).

No que diz respeito ao Brasil, assinalou que seu imenso território, por ser a maior parte de clima tropical, impossibilitava a formação de grandes nacionalidades:

> (...) El único Brasil que llena condiciones climatéricas mediocres es el austral, lindero com el Uruguai, región que vive em perpetua inminencia de desmembramiento. A estos factores geográficos debe agregarse la enorme masa de negros que forman el *substratum* de su población. (idem, p.58)

A Argentina reuniria, então, as quatro qualidades necessárias para exercer a hegemonia sobre a América do Sul: extensão territorial, clima temperado, riqueza natural e, principalmente, pureza racial.

* * *

Podemos concluir, a partir da análise das primeiras obras de Bunge e Ingenieros, que seu conteúdo está carregado de explicações derivadas do cientificismo, pois somente essa perspectiva fornecia as respostas buscadas por esses intelectuais.

A constituição do Estado nacional argentino – idealizado desde o momento da independência – teve de ser adiada por conta de conflitos internos que marcaram profundamente o cenário político do país. Assim, em 1880, a Argentina parecia pronta para pôr em prática todos os planos idealizados pela geração anterior: vivia um momento de desenvolvimento econômico e desfrutava de paz interna e progresso material. O único problema que afligia a elite era a herança colonial espanhola considerada pelos intelectuais como a responsável pelo atraso cultural do povo argentino.

Os ideais cientificistas não eram os únicos que repercutiam na Argentina no final do XIX e início do XX, mas sim os que pareciam oferecer as explicações para os questionamentos de parte da elite intelectual, especialmente de Carlos Octavio Bunge e José

Ingenieros[22], pois, ao analisar as obras escritas por esses dois autores no início de sua vida intelectual, percebemos que a preocupação em buscar explicações para as questões políticas e sociais argentinas estão sustentadas pelo método científico. E, como um exemplo disso, podemos citar o posicionamento de ambos diante da questão racial, o que nos mostra que ela não constituiu um assunto secundário nas obras até aqui citadas, mas sim na temática central, uma vez que consideravam que somente quando essa fosse resolvida a Argentina estaria pronta para adquirir o *status* de nação e para orientar-se a partir de um conjunto de crenças e valores que fossem comuns a toda a sociedade.

Assim, concordamos com a perspectiva proposta por Leonardo Senkman, que conclui que, no período em que se deu a consolidação do Estado nacional argentino, a etnicidade foi, mais do que uma apelação ao racismo, uma das maneiras encontradas pela elite intelectual de formular questões pendentes ao processo de formação da pátria (1993-4, p.101-20).

22 O cientificismo não foi a única corrente de pensamento que repercutiu sobre os intelectuais argentinos no final do século XIX e início do XX. O criollismo também propunha a construção de uma identidade nacional para o país, porém a partir de outra perspectiva, uma que pretendemos analisar no terceiro capítulo desta dissertação.

2
Do imigrante imaginado ao estrangeiro real

A herança da geração romântica

Como demonstramos anteriormente, o panorama político e social argentino no final do século XIX e nos primeiros anos do XX refletia a preocupação com a questão nacional. Nesse sentido, entendemos que, para uma melhor compreensão da atuação do governo e da elite intelectual argentina durante o processo de construção de uma identidade nacional para o país, temos de analisar o papel desempenhado pelos imigrantes, uma vez que eles foram considerados, pelas classes dirigentes, os responsáveis por delinear o perfil da nova sociedade que estava se constituindo. Por isso, neste capítulo, buscaremos entender de que forma Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros se preocuparam com a questão imigratória a partir das representações desse fenômeno em sua produção intelectual.

Embora a questão nacional tenha se tornado mais evidente nos últimos anos do século XIX, tal preocupação começou a tomar forma já nas primeiras décadas após a independência. Os sucessivos governos argentinos buscaram meios de superar o atraso econômico atribuído à herança colonial e a elite intelectual via a imigração europeia como um elemento civilizador, como aquele que representava a esperança de construir o futuro, isto é, a transformação da sociedade

visando à construção de uma Argentina moderna, inspirada nos exemplos europeu e norte-americano. Os intelectuais que aderiram a essa corrente de pensamento desprezavam a herança espanhola, as tradições populares e a população mestiça. Segundo Shumway, "os porta-vozes liberais, articulados e prolíficos, desde Moreno e os rivadavianos até Sarmiento e Mitre, promoveram sua ideologia da exclusão ao mesmo tempo em que esteriotipavam seus detratores como bárbaros, atrasados e racialmente inferiores" (2000, p.277).

De acordo com Túlio Halperín-Donghi, a imigração constituiu-se, na Argentina, num instrumento essencial para a criação de uma sociedade e uma comunidade politicamente modernas, por isso concordamos com esse historiador ao atribuir à Geração de 1837 a fundamentação ideológica do projeto imigratório, uma vez que considerou aqueles intelectuais como os primeiros a conceberem a imigração como um instrumento civilizatório (1998, p.191).

Para Domingo Faustino Sarmiento, os males do país eram explicados pelas grandes extensões de terras despovoadas que geravam um deserto populacional e institucional, habitado pelo malquisto e degenerado gaúcho. Pelo fato deste estar acostumado a viver no isolamento e numa região onde, segundo Sarmiento, não havia vida política, adquiria as características de bárbaro, violento e despótico. A historiadora Maria Lígia Prado argumenta que a oposição entre civilização e barbárie enunciada em *Facundo* deve ser compreendida como a oposição entre o campo, lugar da barbárie, território livre dos federalistas, e as cidades, lugar da civilização, protótipo de cultura, progresso e riqueza (1999, p.160).

A partir dessa perspectiva, o plano estabelecido por Sarmiento atribuía aos imigrantes a tarefa de povoar o "deserto" argentino por acreditar que, a partir do momento em que os estrangeiros se transformassem em produtores rurais de médio porte, contribuiriam para alavancar a economia do país. Norberto Ferreras explica que, de acordo com o imaginário da elite argentina, surgiria – a partir do estabelecimento dos imigrantes em regiões que apresentavam baixa densidade populacional – uma classe média rural que defenderia seus interesses participando da vida política da nação, o que acabaria

por desbancar as velhas oligarquias do poder e traria modernidade às estruturas políticas e sociais (2006, p.171). Portanto, Sarmiento acreditava que por meio da agricultura desenvolvida pelos imigrantes ocorreria ocupação das grandes extensões de terra e a consequente eliminação da barbárie, o que propiciaria a chegada do progresso e da modernidade à Argentina. A nova identidade nacional seria, então, resultado do triunfo da cidade sobre o campo, da sociedade sobre o isolamento (Devoto, 2000, p.35). De acordo com Fernando Devoto, Sarmiento justificava seu ponto de vista citando o exemplo de Chivilcoy, uma colônia agrícola de imigrantes localizada na província de Buenos Aires que o autor de *Facundo* acreditava delinear o rosto da futura Argentina. Maristella Svampa complementa essa informação ao afirmar que, para Sarmiento, Chivilcoy representava o progresso por meio do estilo de vida no campo onde o cultivo da terra e o exercício do comércio congregavam, da mesma forma, nativos e imigrantes: "Hacer cien Chivilcoy en seis años de gobierno y con tierra para cada padre de familia, con escuela para sus hijos" (Sarmiento apud Svampa, 1994, p.69).

Para Juan Bautista Alberdi, o imigrante correspondia a um elemento transformador. Sua célebre frase, "governar é povoar", foi analisada por Devoto a partir da seguinte perspectiva: povoar é civilizar. Isto é, Alberdi defendia que todo esforço de transformação da Argentina seria inútil se não se conseguisse mudar radicalmente as características de uma sociedade considerada, por ele, atrasada. O imigrante europeu seria o articulador dessa mudança, pois, de acordo com Alberdi, a partir do momento em que os argentinos deparassem com os novos hábitos e comportamentos – implantados no país pelos imigrantes – passariam a imitá-los. Portanto, a solução residia na substituição de uma população por outra, o que implicaria uma transformação radical da identidade nacional argentina.

Para a elite dirigente, os imigrantes que chegavam à Argentina eram um instrumento cujo controle lhe assegurava o progresso material da nação. Alberdi e Sarmiento, em suas principais obras – *Facundo* e *Bases y puntos de partida para la organización politica de la República Argentina* – evidenciavam o imaginário de que o imigrante

deveria ser de origem anglo-saxã e portador de uma tradição política liberal, para que estivesse apto a constituir, ao mesmo tempo, a matéria e a forma do progresso do país.

O caráter "civilizador" atribuído ao imigrante europeu remete-nos à ideia de civilização enunciada por Norbert Elias: "(...) com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão de mundo" (1990, p.23-4).

Assim, o ideal de civilização expresso desde meados do século XIX refletia, primeiramente, um imenso etnocentrismo presente na valorização das criações de uma sociedade que deveria ser construída a partir da consciência nacional; em segundo lugar, a noção de progresso tal como um movimento "para a frente" ao qual era atribuído um caráter inexorável e, finalmente, o conceito de nação que se concretizaria por meio de uma forte inter-relação entre os comportamentos civilizados e a organização do Estado (idem, p.16).

Isso explica o fato de que, nos projetos nacionais elaborados pela Geração Romântica e reformulados pelos intelectuais liberais no final do século XIX, notamos uma visão carregada de valores positivos em relação ao elemento estrangeiro. Afinal, para esses intelectuais, o imigrante representava o que havia de mais moderno e civilizado, isto é, era considerado o reflexo da nação que se tentava construir.

Maristela Svampa (op. cit., p.70) destaca que esse quadro otimista encontrou em Rafael Obligado, um poeta argentino do final do século XIX, um de seus expoentes mais extremos. O poema épico *Santos Vega*, publicado por Obligado em 1885, está composto de três partes: "El alma del payador", "La prenda del payador" e, o último deles, "La muerte del payador", no qual dois personagens se enfrentam em uma *payada*: Santos Vega, o gaúcho cantor e encrenqueiro, e um humilde imigrante, Juan sin Ropa, quem lança o desafio. De acordo com a tradição, a *payada* baseia-se no desenvolvimento e contraponto de certos temas propostos pelos oponentes. Nesse poema, o autor demonstra que Santos Vega escutava canções desconhecidas e nada tinha a dizer sobre certos temas importantes na época como o

progresso e o trabalho. Seu silêncio condena-o não apenas à derrota, mas também à morte e, assim, o imigrante acaba como ganhador incontestável e dono simbólico do país (idem, ibidem):

> Era el grito poderoso
> Del progreso dado al viento
> El solemne llamamiento
> Al combate más glorioso
> Era en medio del reposo
> De la Pampa ayer dormida
> La visión ennoblecida
> Del trabajo, antes no honrado
> La promesa del arado
> que abre cauces a la vida.
>
> Como en mágico espejismo
> Al compás de ese concierto
> Mil ciudades el desierto
> Levantaba de si mismo
> Y a la par que en el abismo
> Una edad se desmorona
> Al conjuro, en la ancha zona
> Derramábase la Europa
> Que sin duda Juan sin Ropa
> Era la ciencia en persona.
>
> Oyó Vega embebecido
> Aquel himno prodigioso
> E inclinando el rosto hermoso
> Dijó: "Sé que me has vencido".
>
> Ni aun cenizas en el suelo
> De Santos de Vega quedaron
> Y los años dispersaron
> Los testigos de aquel duelo

Pero un viejo y noble abuelo
Así el cuento terminó
"Y si cantando murió
Aquel que vivió cantando
Fue", – decía suspirando –
"Porque el diablo lo venció".

(Obligado, 1882, p.59-60)

A partir desse trecho podemos compreender que o imigrante era considerado, por Obligado, o agente do progresso, e o gaúcho desapareceria, sem deixar rastros, do quadro social do país, uma vez que era considerado como símbolo da barbárie e obstáculo ao progresso. Essa visão enunciada por Obligado correspondia à mesma defendida por Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros, os quais tomavam os gaúchos por homens de hábitos rústicos e sem cultura, verdadeiros entraves para a modernização da Argentina.

O imigrante imaginado

No final do século XIX a discussão a respeito da importância da imigração europeia como a única possibilidade de transformação sociocultural da Argentina ganhou fôlego a partir da chegada ao país do grande contingente imigratório, sobre o qual foi depositada a esperança de mudanças sociais, políticas e culturais.

Hebert Klein mostra-nos que, se compararmos a situação argentina ao que ocorreu em outros países do continente americano, a imigração para esse país pode ser considerada tardia. De acordo com o autor, os Estados Unidos receberam seus primeiros imigrantes a partir da primeira década do século XIX por oferecerem uma oportunidade extraordinária para a imigração europeia, principalmente pela expansão econômica e por sua fronteira. Assim, entre 1821 e 1880, chegaram aos Estados Unidos cerca de 9,5 milhões de europeus. No Canadá desembarcaram de 1821 a 1880 aproximadamente 1,4

milhão de imigrantes europeus que chegaram a representar 22% da população desse país. Seguido do Canadá estava o Brasil, que contou tanto com a imigração livre de europeus quanto com a chegada forçada de negros africanos para atuarem como mão de obra escrava.

Klein justifica o atraso argentino pelo fato de o país ter sido palco de intensas lutas políticas que duraram até 1850 e acrescenta a esse fator a hostilidade da população indígena que, segundo sua perspectiva, refreava a expansão territorial (2000, p.21-2). No entanto, a partir da segunda década do século XIX o quadro político argentino estava transformado: haviam cessado os desentendimentos entre federalistas e unitários e a questão indígena estava resolvida graças à Campanha do Deserto. A Argentina era vista pela elite política e intelectual do período como um país ideal para receber estrangeiros, uma vez que apresentava baixa densidade populacional e muitas terras agricultáveis.

Em 1850, no início do processo imigratório, chegaram ao país cerca de 26 mil pessoas e, por volta de 1880, esse número saltou para 440 mil imigrantes europeus. O período compreendido entre os anos de 1870 e 1914 é chamado, pela historiografia argentina, de aluvional, exatamente por corresponder à etapa de maior entrada de imigrantes no país, acarretando o aumento exponencial do número de estrangeiros em relação ao de habitantes:[1]

Data	Número total de habitantes	Porcentagem de estrangeiros
1869	1.737.000	12,1
1895	3.959.000	22,5
1914	7.885.000	30,3

Lilia Inés Medrano destaca a atuação do governo nos assuntos relacionados à imigração. Segundo a autora, a Constituição de 1853 foi o marco inicial da política imigratória, pois concretizava os anseios

1 Esses dados estatísticos são apresentados por Svampa (op. cit. p.61). Sobre esse assunto, María Inés Barbero e Fernando Devoto assinalam que, entre 1880 e 1914, a Argentina recebeu mais de 4 milhões de imigrantes, especialmente italianos e espanhóis (1983).

da elite, que acreditava nas vantagens da imigração europeia (2005, p.91). A participação do governo na distribuição das terras e na organização das colônias, até 1862, confrontava-se com o interesse dos criadores de gado e com os ataques indígenas. A fim de resolver tais conflitos foi sancionada pelo Senado e pela Câmara dos Deputados a Lei de Imigração e Colonização de 1876, que regulamentava a imigração para a Argentina. Por essa lei criava-se um Departamento Geral de Imigração sob a dependência imediata do Ministério do Interior, cuja função seria fomentar e preservar a imigração para que o estrangeiro encontrasse condições propícias à sua fixação no país (idem, p.92-3). Constituía-se, ainda, em responsabilidade do governo argentino escolher os territórios destinados à colonização a fim de que se evitasse a concentração de imigrantes nas zonas litorâneas. Ema Cibotti complementa a discussão ao afirmar que durante o governo de Juarez Celman houve a promoção da venda de passagens subsidiadas e a multiplicação das agências de informação e propaganda nas capitais do norte da Europa com o objetivo de atrair os imigrantes dessa região e manter o equilíbrio com o grande contingente de italianos que, no final do século XIX, constituíam 64% do total de imigrantes (2000, p.368).

Entretanto, mesmo com a existência da Lei de Imigração e Colonização, as garantias de acesso à propriedade das terras aos recém-chegados não se concretizaram e a estrutura econômica do país propiciou a concentração de boa parte das massas imigratórias nas cidades do litoral onde, de acordo com Oscar Terán, "estas se incorporaram, em grande medida, à emergente classe trabalhadora, promovendo as lutas proletárias do período" (1979, p.54).

É importante salientarmos que a preocupação dos políticos e intelectuais argentinos com a questão imigratória justificava-se pelo fato de que os imigrantes compunham personagens fundamentais para a realização do projeto nacional formulado pela elite liberal a partir do final do século XIX. Portanto, as leis de regulamentação da imigração foram concebidas para funcionar como um instrumento de controle da massa imigratória, definindo seu papel na sociedade argentina da época.

A euforia da elite liberal argentina diante da promessa de progresso representada pela imigração pode ser encontrada na produção intelectual de Bunge e Ingenieros. Para ambos, o principal exemplo de que os imigrantes seriam os responsáveis pelo progresso e desenvolvimento da Argentina residia em sua capacidade para o trabalho, a qual, acreditavam, contribuiria para que o criollo perdesse espaço dentro da sociedade industrial que se estruturava no país em fins do século XIX, como exemplificou Bunge em *Nuestra América* e Ingenieros em *La evolución sociológica argentina:*

> En el comercio y en la industria vemos cada día a los extranjeros monopolizar más y mejor los ramos más provechosos, los que requieren constante labor, mientras los criollos dejan deslizarse su vida en cómodos empleos oficiales. (Bunge, 1926, p.173)

> La capilaridad social ha permitido el encumbramiento del proletariado inmigratorio, cuyas aptitudes para el trabajo son infinitamente mayores que las del proletariado criollo, educado en la escuela de la vagancia por el régimen caudillista. (Ingenieros, 1910, p.77)

Com os pés fincados na América e os olhos voltados para a Europa, José Ingenieros concebeu o imigrante como um fator de "expurgo racial" do elemento mestiço:

> La formación de la nacionalidad argentina – y de todos los países americanos, primitivamente poblados por razas de color – es en su origen un simple episodio de la lucha de razas; en la historia de la humanidad, podría figurar en el capítulo que estudiará la expansión de la raza blanca, su adaptación a nuevos ambientes naturales y la progresiva preponderancia de su civilización donde esa adaptación ha sido posible. (idem, ibidem)

De acordo com essa perspectiva e mostrando sua visão negativa sobre a colonização espanhola, Ingenieros definiu a "europeização" da Argentina como um fato inevitável. Atribuía à imigração

a responsabilidade de consolidar a expansão da raça branca, pois considerava que, enquanto classe trabalhadora, teria marcado a evolução do feudalismo para o regime capitalista, além de constituir um elemento determinante para o processo de formação da nacionalidade argentina:

> Un "sentimiento nacional" se forma y define poco a poco en las clases más ilustradas, refundiéndose en él los antiguos "sentimientos localistas" de la época feudal. Esa unificación mental de los descendientes de la antigua inmigración conquistadora coincide con un fenómeno paralelo, aunque más importante numéricamente, fácil de observar en los nuevos descendientes de la nueva inmigración colonizadora, que son ardientemente argentinos y asimilan rápidamente los rasgos de la mentalidad nacional.
>
> Las tendencias dominantes en la educación, más acentuadas recientemente, concurren a formar el "sentimiento nacional" en la inmensa masa de nuevos ciudadanos incorporados al país después de la segunda colonización. Ellos constituyen una democracia nueva que va penetrando y desalojando a las viejas oligarquías residuales de la inmigración colonial.
>
> El sentimiento de la nacionalidad se afirma con igual energía en las grandes inmigraciones superpuestas de la nación. (idem, p.54)

Assim como o fez Ingenieros, Bunge também destacou a importância da "raça branca" para a constituição da Argentina moderna. Para ele, os colonizadores, os indígenas e os escravos negros impediam o progresso do país, pois não demonstravam o culto ao trabalho, observado, por esse intelectual, nos imigrantes europeus:

> A un gaucho que pasaba los días "siestando" y jugando las noches, exhortóle Darwin, de viaje por la Confederación Argentina, a que empleara mejor su tiempo, a que trabajase... Y el gaucho contestó: "¡Es tan largo el día!" He ahí una contestación bien categórica y bien típica! Equivale a decir: "Dejémoslo todo para mañana, para la semana que viene, para más adelante; tiempo nos sobra..." Un

> vividor europeo hubiera contestado lo contrario: "¡Es tan corto el día!"... Es tan corta la juventud, tan corta la vida, que hay de aprovecharla, "¡divertiéndose cuanto se pueda!" Aquel no trabaja porque el día es demasiado largo; éste, porque demasiado corto. El uno está enfermo de pereza total; el otro, si no obra, es por pereza parcial, por no querer desgastar sus fuerzas sino en placeres... El uno, porque carece de actividad; el otro, da un empleo ocioso a su actividad. (Bunge, op. cit., p.170-1)

Maristella Svampa defende a hipótese de que, diferentemente do que ocorrera com a geração de Alberdi e Sarmiento, os intelectuais da década de 1880 buscavam no imigrante "exclusivamente braços para trabalhar e não sujeitos políticos" (op. cit., p.73). Para a autora, na maior parte das vezes em que o tema da imigração surgiu, no final do século XIX, ele esteve associado ao crescimento econômico e suas cifras apareciam junto às estatísticas anuais de extensão das linhas férreas e do aumento da exportação de carnes e cerais; por isso, fundamenta que o único objetivo do fomento à imigração consistia em satisfazer a demanda de mão de obra (idem, ibidem).

Embora concordemos com a historiadora no que diz respeito à importância atribuída pela elite dirigente ao trabalho desempenhado pelo imigrante e sua participação no desenvolvimento da economia argentina, entendemos que os intelectuais do final do século XIX não viam o elemento estrangeiro apenas como mão de obra produtora de riquezas – apesar de também terem considerado esse aspecto –, o que pode ser justificado a partir das obras já citadas nesta pesquisa nas quais Bunge e Ingenieros exaltam a importância do imigrante enquanto portador de progresso e modernidade para o país.

Nas obras de Bunge o aspecto econômico raramente é abordado, pois sua preocupação centrava-se na disposição representada pelo imigrante para o trabalho em comparação à apatia e preguiça dos índios e mestiços. Já José Ingenieros utilizou as ideias econômicas com maior frequência, embora sempre relacionadas à superioridade da raça branca e não puramente como cifras: "(...) en las últimas décadas se ha acentuado en los países de raza blanca la evolución hacia

las formas económicas propias de la faz superior de la civilización: el capitalismo" (1910, p.75).

Nesse ínterim, consideramos que a valorização do imigrante pela elite intelectual argentina não ficou restrita a aspectos econômicos, isto é, não se ateve à sua contribuição enquanto braço produtivo do sistema capitalista, transcendendo ao papel de fonte de virtudes cívicas, a contribuir para a produção dos ideais necessários à legitimação da nacionalidade argentina, pois a elite acreditava que, uma vez nacionalizado e acriollado, o imigrante moldar-se-ia às ideias e sentimentos nacionais, melhorando- os: "¡La nebulosa del carácter argentino se condensa así en radiante sol!" (1926, livro III).

Estrangeiros reais

Apesar da euforia vivida pela sociedade argentina a partir do final do século XIX, o fenômeno imigratório logo se converteu numa dupla problemática, pois, ao mesmo tempo em que os imigrantes eram vistos como fundamentais para o desenvolvimento econômico do país, começavam a ameaçar a ordem instaurada pela elite política. Segundo o historiador Halperín-Donghi:

> En la década de 1870 – que – oímos por primera vez el argumento que veinte años más tarde será reiterado hasta la sociedad: son los extranjeros los responsables de importar la noción de lucha de clases en un país que la ignora porque no la necesita, ya que para él carece de toda relevancia: la igualdad de oportunidades que ofrece esta sociedad abierta excluye la formación de alineamientos sociales estables e irreconciliablemente enemigos. (op. cit., p.211)

Svampa também destaca a dicotomia do fenômeno imigratório no imaginário das elites argentinas. Para a autora, já no final do século XIX podiam ser percebidos distintos aspectos de um mesmo processo, os quais caracterizavam tanto "o trânsito como a sobreposição de duas visões distintas do imigrante: a de classe trabalhadora,

elemento vital para o progresso do país, mas que começava a se converter numa classe perigosa que ameaçava a ordem instaurada pela elite" (op. cit., p.77).

Lilia Ana Bertoni lembra-nos que os imigrantes eram atores de diferentes processos e protagonistas de ao menos duas histórias simultaneamente:

> (...) los inmigrantes no sólo eran mano de obra vital para una economía de expansión, extranjeros a incorporar a una sociedad con diferentes grados de integración y conflicto, potenciales ciudadanos de un sistema político en transformación e integrantes de una nación en formación, sino que además, y al mismo tiempo, eran miembros de otras naciones distintas, también en formación, y por esto mismo requeridos por Estados nacionales extremadamente celosos de su población. (1997, p.182)

A esse contexto somava-se o fato de que, no final do século XIX, as nações mais poderosas buscavam afirmar-se como potências e a Argentina era uma nação nova, ainda em processo de formação, o que contribuía para que sua elite se sentisse ameaçada diante das mudanças sociais que operaram especialmente a partir de 1880. Segundo Bertoni, ao mesmo tempo em que a prosperidade criava uma procura cada vez maior por novos contingentes imigratórios e oferecia aos estrangeiros novas formas de inserção na sociedade argentina, passaram a emergir alguns sinais de conflito (idem, p.183). A alteração da velha ordem social, em especial a ascensão e as novas fortunas, gerou tensões entre a elite política argentina e os estrangeiros que, já nesse período, davam mostras de que não tinham a intenção de naturalizar-se, o que era entendido pela elite argentina como a recusa desses imigrantes em integrar-se plenamente ao país.

Além disso, à medida que a economia crescia e se diversificava, aumentavam também as contradições entre o capital e o trabalho. Os imigrantes que chegaram à Argentina, especialmente nesse período, contribuíram para que o operário argentino tivesse contato com o anarquismo, o socialismo e o sindicalismo revolucionário, ideolo-

gias que encontraram naquele país as condições objetivas para sua existência (Beired, 1984, p.11).

A partir desse quadro, passaram a surgir, por parte da elite argentina, opiniões bastante críticas a respeito do fomento indiscriminado da imigração, chegando ao ponto de questionar-se a necessidade de selecionar e até mesmo rejeitar alguns estrangeiros, atitude discordante com o projeto idealizado anteriormente, que descrevia a Argentina como um país aberto a todos os homens de boa vontade que quisessem habitar seu solo.[2] Nesse sentido, entendemos que a tensão estabelecida no final do século XIX entre os estrangeiros e a elite argentina evidenciava o surgimento de incertezas sobre o rumo empreendido e gerava dúvidas sobre os moldes por meio dos quais se configuraria a própria sociedade.

A sensação de desagregação social era o fator mais emblemático. Em certas circunstâncias algumas elites estrangeiras tentavam construir, a partir dos vastos e crescentes conjuntos imigratórios, outras identidades nacionais, o que destacava a debilidade dos traços que compunham o caráter nacional. De acordo com Lilia Bertoni,

> a rápida transformação da sociedade argentina era vista, pela elite, como a dissolução do nacional, sobretudo porque se observou em alguns grupos de estrangeiros a aparição de novas políticas culturais, destinadas a conservar os traços nacionais de origem como a língua, a tradição ou a história e a fomentar os laços afetivos de adesão às velhas pátrias como parte do movimento de afirmação da nação que se desenvolvia em seu país de origem. (1997, p.183)

Fernando Devoto corrobora essa ideia afirmando que os italianos haviam formado um grupo sob suspeita, não primordialmente por motivos culturais e econômicos, mas porque de fato pareciam ter se transformado numa ameaça devido ao seu número, à sua pouca disposição a integrar-se e ao vigor das suas instituições étnicas (op. cit., p.40). Além disso, sua presença pública em manifestações e comícios,

2 Essa ideia aparecia na própria constituição do país.

estimulada por suas elites institucionais anticlericais, especialmente para festejar seus heróis, Mazzini e Garibaldi, contribuía para que fossem tomados como um empecilho à construção da identidade argentina. Devoto argumenta, ainda, que a promoção da imigração subsidiada – característica da política desenvolvida pelo presidente Juarez Celman entre 1887 e 1889 – converteu-se num exemplo da intenção do governo argentino de incrementar e reorientar o fluxo para diluir a importância da imigração espontânea italiana, uma vez que os italianos foram rigorosamente excluídos dessas concessões.

Como resposta a essa delicada situação, nos últimos anos da década de 1880 o governo argentino tomou algumas medidas focadas na questão nacional como a Lei Territorial (que transformava os filhos dos imigrantes em legalmente argentinos),[3] a afirmação da língua e dos costumes nacionais, o ensino da história argentina e a adesão manifesta à pátria. Com isso, o governo tinha um duplo propósito: construir uma verdadeira nacionalidade e, ao mesmo tempo, minar os intentos de que se formassem no país outras nacionalidades diferentes daquela que se tentava legitimar. Assim as portas do país continuariam abertas aos novos imigrantes, pois estes eram essenciais para o processo de expansão econômica, e seriam dissipados os temores suscitados pelos potenciais requerimentos de seus Estados de origem.

De acordo com a perspectiva proposta por Devoto, as apreensões geradas pela maciça presença imigratória europeia não diziam respeito apenas ao problema da identidade nacional, mas estabeleciam o que era considerado como duas ameaças mais imediatas para o Estado argentino e para a elite dirigente (op. cit., p.41). A primeira delas refere-se à nacionalidade em termos jurídicos. O autor explica que, tentando solucionar essa tensão gerada entre as nações de origem e os países de imigração, surgiu, no final da década de 1880, um conjunto de iniciativas que propunham naturalizar automaticamente todos os

3 A Lei Territorial tornou-se importante pelo fato de que, até então, vários países europeus, de onde saíram imigrantes em direção à Argentina, reconheciam a cidadania dos filhos de seus emigrantes e não reconheciam as leis do país onde aqueles haviam nascido (Bertoni, 2001, p.126).

estrangeiros. Todavia, tal saída não era apoiada nem pelos governos europeus e tampouco pelas elites comunitárias que se inclinavam a outra solução: a aquisição dos direitos políticos sem a perda da cidadania original (idem, p.42). Já a segunda ameaça enunciada por Devoto afetava de forma direta as elites dirigentes, uma vez que dizia respeito à sua própria sobrevivência como elite social assediada imaginariamente pela ascensão social de alguns dentre a multidão de estrangeiros recém-chegados ao país.

A situação de uma sociedade composta ao mesmo tempo por argentinos (cidadãos) e por estrangeiros que não gozavam do direito à cidadania tornava-se emblemática à medida que este último grupo crescia. Se uma alta proporção da população não participava, ou o fazia de forma limitada, estariam sendo abertas brechas para questionar a legitimidade do sistema político, fato que preocupava a elite dirigente.

A discussão sobre a questão da naturalização dos estrangeiros dividiu a opinião da elite política e intelectual argentina. Havia quem defendesse que a naturalização deveria ocorrer a partir de um ato voluntário de aquisição da cidadania argentina e, consequentemente, de mudança da nacionalidade, como Sarmiento, para quem a nacionalidade e a cidadania deveriam resultar de um ato voluntário de incorporação ao novo país. Mas a ideia mais aceita foi a de que seria responsabilidade do governo a mobilização a favor de uma naturalização ampla, isto é, de concessão da cidadania sem sua solicitação.[4] O tema tornava-se mais polêmico porque por naturalização poderiam ser apreendidos significados distintos que implicavam posições diferentes e, muitas vezes, opostas sobre a mesma questão: enquanto para a elite dirigente tratava-se de converter todos os estrangeiros

4 A constituição vigente desde 1853 estabelecia que os imigrantes poderiam obter a cidadania dois anos após sua solicitação, mas, para tanto, deveriam renunciar a toda sujeição a outro governo, especialmente o de seu país de origem. O deputado Lucio V. Mansilla sugeriu, em 1890, que a cidadania argentina deveria se dar de forma automática a todos aqueles que residissem a mais de sete anos no país e possuíssem propriedades ou esposas. Sarmiento também defendia a nacionalização como único meio de assimilação total da massa imigratória, pois acreditava que uma nova cidadania acabaria por dissolver as fronteiras entre *criollos* e estrangeiros.

em argentinos, o que poderia acabar com a ameaça da dissolução do nacional, para os imigrantes significava conquistar direitos sem abandonar sua nacionalidade de origem.

Lília Bertoni sustenta que em 1890, em meio a essa discussão, foi proposto, na Câmara dos Deputados, um projeto denominado Lei de Estrangeiros, que tinha como principal intuito que

> (...) todo extranjero establecido y con dos años de residencia en la República tuviera los mismos derechos y deberes que los ciudadanos naturales – condición no necesaria cuando el extranjero pueda expresarse en el idioma nacional – con la única limitación del acceso a los cargos de presidente y vicepresidente de la Nación y arzobispo. (2001, p.134)

O ponto central do projeto consistia na outorga de direitos políticos aos estrangeiros, mas nada era mencionado a respeito da aquisição da nacionalidade argentina. Em suma, esses estrangeiros com direitos políticos não seriam cidadãos exatamente iguais aos outros; eles formariam uma categoria diferente, pois estariam eximidos, por exemplo, de servir à pátria em caso de guerra (idem, ibidem).

Ainda na década de 1890, o impacto decorrente da crise financeira que se instaurava no cenário internacional e as questões internas que levaram à renúncia do então presidente Juarez Celman abalaram a política argentina. A questão da naturalização dos imigrantes ainda não estava definida pelo governo e complicou-se a partir da Revolução de 26 de julho de 1890,[5] pois os estrangeiros – especialmente os italianos – participaram de uma ampla mobilização contra a corrupção do governo e sentiram que se tratava de um momento oportuno para a afirmação de suas demandas políticas, pois ainda que sua inquietude pela obtenção de direitos políticos fosse anterior, a pressão exercida sobre o governo ganhou forças naquele momento. Para

5 Esse movimento, liderado pela União Cívica, também ficou conhecido como Revolução do Parque e consistiu em protestos contra a corrupção do governo Celman.

Bertoni, a partir da renúncia de Celman, os imigrantes encontraram "uma fratura no regime político e a ocasião para mudar algumas de suas regras" (idem, p.135).

À luz dos novos problemas, as celebrações e festas promovidas por grupos de estrangeiros, bem como suas escolas e periódicos, passaram a suscitar atenção especial. As escolas foram atentamente observadas pela elite argentina, pois eram alvos de mudança de concepção e de atitudes.

As escolas italianas foram as primeiras a evidenciar a função que a educação escolar poderia desempenhar na formação da nacionalidade, fato que acabou refletindo na adoção, por parte das escolas públicas argentinas, de valores que contribuiriam para a construção da nacionalidade. Assim, em 1884 foi sancionada a Lei 1.420 ou Lei de Educação Comum, com vistas a homogeneizar a educação comum no país. Segundo Stella Franco,

> essa lei regulamentava o ensino primário das escolas públicas, particulares e lares de crianças, decidia pela obrigatoriedade do ensino para crianças até os 14 anos e decretava, para as escolas oficiais, a gratuidade em todos os níveis. No ensino primário um currículo mínimo contemplava, entre outras disciplinas, Geografia Particular da República, Noções de Geografia Universal, História Particular da República e Noções de História Geral. (op. cit., p.33-4)

Franco afirma, ainda, que a indicação e escolha do material didático a ser adotado nas escolas ficava a cargo do Conselho Nacional de Educação, ligado ao Ministério da Justiça e Instrução Pública, e os livros didáticos adotados deveriam ser selecionados por concursos realizados a cada três anos e correspondiam aos propósitos da elite que comandava o processo político do momento. Além disso, por estipular o ensino de caráter laico, excluía do programa curricular o ensino religioso (idem, p.34).

A adesão patriótica das crianças por meio da celebração de festas pátrias promovidas nas escolas e em espaços públicos, assim como a construção de estátuas e monumentos, a criação de museus e a

definição de símbolos pátrios fizeram parte do plano nacionalista da elite argentina. Lilia Bertoni destaca a importância da participação dos estudantes nos festejos pátrios, utilizados como um instrumento capaz de mobilizar o entusiasmo popular:

> Organizados en batallones militares, los niños eran portadores de una "presencia" nacional sólida y conmovedora. Los niños soldados se convirtieron en el puente emotivo entre un pasado heroico, en el que había nacido la patria y que el Ejército pretendía encarnar, y el promisorio futuro en el que esos niños vivirían, ya definidos ante la mirada de sus padres como los defensores de la patria del mañana. Los niños asumían así los deberes, cívicos y militares, de la nacionalidad, los que suponían una adhesión incondicional: tal es el significado que, en una época de fuerte militarización competitiva entre las naciones, adquirían los deberes militares. (op. cit., p.91)

A mudança do papel da escola pública argentina também foi assinalada por Carlos Octavio Bunge. Em uma de suas atuações junto ao governo argentino foi designado pelo então presidente Julio Argentino Roca para integrar, com o Ministro da Educação Oswaldo Magnasco, a comitiva que, em 1899, visitou a Europa com o objetivo de conhecer o sistema educacional daquele continente. Dessa viagem surgiu um artigo intitulado *El espíritu de la educación*, a partir do qual Bunge elaborou a obra *La educación*, publicada em 1901 em três tomos.[6]

No tomo denominado *La educación contemporánea*, Bunge apresentou suas impressões acerca da função que a educação patriótica poderia desempenhar sobre a sociedade argentina no início do século XX. Para esse intelectual, a constituição de um caráter genuinamente argentino estaria diretamente ligada ao cultivo do idioma pátrio, discussão centrada na preocupação com a questão nacional. A ideia de-

6 Função semelhante foi atribuída a Ricardo Rojas, que publicou, em 1909, o livro *La restauración nacionalista*, o qual pretendia, por meio da história, da geografia e da literatura nacional, propor as bases para uma educação nacionalista.

fendida por Bunge consistia na utilização do idioma castelhano com o intuito de despertar na população – especialmente nos imigrantes que continuavam a comunicar-se por meio de seu idioma de origem – um sentimento nacionalista, isto é, de pertencimento à Argentina.

Embora Carlos Bunge fosse favorável à adoção do idioma pátrio, não acreditava que surtiria o efeito desejado se estivesse desvinculado da educação de caráter nacional. Segundo sua perspectiva, "as questões políticas, monetárias e administrativas tornavam-se secundárias" (1926) diante da necessidade de homogeneizar a sociedade de sua época. Assim, tomando o caso de Bunge como um exemplo do pensamento da elite liberal argentina, podemos notar que a construção de uma identidade nacional frente à ameaça desintegradora representada pelo grande contingente imigratório transformou-se num assunto de primeira ordem no início do século XX.

Em *La educación contemporánea* Bunge afirmava que "toda sociedade possuía uma alma, um caráter que a tipificava" (idem, ibidem). Esse conceito de "alma nacional" já havia sido desenvolvido pelo francês Gustave Le Bon. Para ele, da mesma forma que ocorria com os traços físicos, as características psicológicas de cada raça também se transmitiriam regular e fielmente por herança. De acordo com a concepção de Bunge, a alma nacional argentina seria o resultado da interação entre os argentinos das cidades considerados "civilizados", portadores de cultura e voltados ao progresso, e os imigrantes europeus, descendentes de uma "raça pura" caracterizada pela boa índole e por sua disposição para o trabalho. Entretanto, essa "alma nacional" deveria ser conservada a partir da existência de um idioma nacional que defenderia a pureza de seus traços e sua exclusividade, impedindo a existência de outras línguas e manifestações de outras raças em território argentino, o que é, de certa forma, contraditório à ideia de um tipo nacional moldado a partir do elemento estrangeiro.[7]

7 No final do século XIX, o gaúcho e o mestiço, ainda tomados como sinônimo de barbárie e obstáculos ao desenvolvimento da Argentina, foram excluídos do tipo nacional idealizado pelo intelectual argentino. Todavia, gostaríamos de destacar que a visão de Bunge sobre a figura do gaúcho sofreu modificações na primeira década do século XX, assunto que abordaremos no próximo capítulo.

Neste ponto notamos que a dupla problemática acerca da imigração fazia-se presente no pensamento de Bunge, pois, ao mesmo tempo em que defendia a importância do sangue europeu para a constituição da sociedade argentina, rejeitava as tradições nacionais carregadas pelos estrangeiros.

Carlos Bunge ponderava que o problema educacional atingia todas as classes sociais e via na Argentina uma heterogeneidade de pátrias, raças e costumes, fator que tornava o caráter social um caos aparente: "(...) el doble y complejo proceso de asimilación y homogenización social: los variados elementos coloniales, inmigratório e indígena, luchan para destruirse y amalgamarse" (idem, p.392).

Seguindo essa perspectiva, ele entendia que a ordem social apenas seria estabelecida por dois instrumentos, a educação e a imigração,[8] os quais deveriam ser aplicados de forma conjunta. De acordo com sua visão, nem os gaúchos incultos, os indígenas e nem os habitantes da capital seriam capazes de provocar profundas transformações na sociedade argentina. No entanto, a partir do momento em que eles entrassem em contato com os estrangeiros passariam a imitá-los e, por meio do cotidiano, ocorreria uma transferência de hábitos e costumes, tal como já havia enunciado Alberdi. Todavia, advertia que não poderiam ser quaisquer estrangeiros. Os imigrantes deveriam ser oriundos de povos e raças que preconizassem o progresso e não de turcos ou africanos, que eram vistos como representantes da barbárie segundo os ideais difundidos pelo racismo científico:

> (...) Y al decir argentino, no quiero referirme ni al gaucho inculto de las Pampas, ni al casi indígena de la región andina y el septentrión de la Mesopotamia, ni al afeminado paseante de la capital, empleado o

---

8 É importante assinalarmos que, embora as últimas décadas do século XIX e os primeiros anos do XX tenham sido fundamentais para que a elite tomasse consciência do papel que o imigrante realmente representava na sociedade argentina, Carlos Octavio Bunge não se mostrou contra esse fenômeno. Pelo contrário, continuou a considerá-lo como fundamental para o desenvolvimento do país. No entanto, passou a valorizar a educação de caráter patriótico como um elemento fundamental para a "argentinização" dos imigrantes.

> rentista... Me refiero a la sangre sana, que se haya salvado del obscurantismo del caudillaje, y, especialmente, a la sangre rejuvenecedora – ¡regeneradora! – de la inmigración, no de la inmigración turca, bohemia o africana (la africana es, por desgracia, más numerosa de lo que se piensa, y sólo rara vez es negra), sino a la inmigración de pueblos, de razas que progresan. (idem, p.368)

Além do campo educacional, o governo e os intelectuais argentinos posicionaram-se diante de outras questões que pareciam adquirir máxima urgência no período compreendido entre o final do século XIX e os primeiros anos do XX, pois, como assinalou Alberto Pla, esse foi um momento marcado pela emergência da questão social:

> En 1902 se aprueba la Ley de Residencia que autorizaba el Poder Ejecutivo a expulsar a los extranjeros indeseables; en 1903 se realiza el Congreso de constitución de la UGT, de tendencia socialista, que reúne un buen número de sindicatos y obreros afiliados, y en 1904 el Congreso de la FOA resuelve cambiar su sigla, transformándola en FORA, de orientación anarquista, aun cuando solo el congreso siguiente, que será el V Congreso, se aprobará el programa del comunismo anárquico. Pero entre UGT y FORA reúnen una masa de sindicatos que llega a las 82 organizaciones y que cuentan con locales propios y con 40.000 afiliados entre ambas organizaciones. (1973, p.9)

Em meio a esse contexto, Joaquin V. González, Ministro do Interior durante o governo Roca, apresentou, em 1904, o primeiro projeto de legislação trabalhista para a Argentina.

O historiador Juan Suriano relaciona a proposta de González ao fato deste político ter compreendido a necessidade de modificar a atitude do Estado com relação aos setores populares (1989-1990, p.118). Ele ressalta, ainda, que González já havia, em 1902, sido artífice de uma tênue reforma eleitoral que permitiu a eleição do primeiro deputado socialista, Alfredo Palacios, e que o objetivo dessa ambiciosa proposta de uma Lei Nacional do Trabalho não correspondia

apenas à necessidade de encontrar respostas e frear o conflito social, mas também de integrar de forma plena os trabalhadores ao sistema.

Para a elaboração desse projeto de lei, González contou com o apoio de Bialet Massé,[9] que passou os últimos anos do século XIX viajando pelo país com o intuito de recolher dados para seu informe, o qual foi apresentado ao ministro em 1904. Para Alberto Pla:

> Si tuviéramos que sintetizar lo que sí vamos a encontrar en el informe, diríamos que contiene datos y apreciaciones sobre las condiciones de existencia de los peones, trabajadores de obrajes, talleres etc., así como la situación de poblaciones marginales como "las tolderías de indios", y de todo ello surgen apreciaciones sobre sus niveles de vida, sus miserias, y también recriminaciones a los patrones de mentalidad rutinaria y atrasada. (op. cit., p.8)

Dessa forma, encontramos nas informações recolhidas por Massé críticas ao conservadorismo dos setores patronais, pois este os via como resistentes às mudanças que se operavam no país. O texto faz referência, ainda, à defesa da redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. Entretanto, tal redução não era pensada como um benefício ao trabalhador, mas sim como um benefício ao patrão. Para Massé, a longa jornada de trabalho "es un torpe a la capacidad de producir del trabajador y que el capitalista se beneficiaría con esa reducción en vez de perjudicarse" (1973, p.9). Além disso, as referências às questões operárias aparecem de forma marginal. Há menção à existência de sociedades de socorro mútuo e à aparição de tendências sindicalistas, socialistas e anarquistas, as quais são rejeitadas por certo tempo; contudo, nada é mostrado a respeito da visão da elite argentina sobre tais movimentos.

---

9 Juan Bialet Massé foi um médico e advogado espanhol que residiu parte de sua vida na Argentina. Além dele, colaboraram com o projeto, mesmo que de forma indireta, duas personalidades do socialismo argentino: Manuel Ugarte (delegado do Partido Socialista perante o comitê internacional de Bruxelas) e Enrique Del Valle Iberlucea (membro do Conselho Nacional do Partido Socialista).

O projeto da Lei Nacional do Trabalho estava composto por XIV títulos e 416 artigos, distribuídos num volume de 270 páginas. Sua organização dava-se da seguinte forma:

> Título I: Disposiciones preliminares y generales. II: De los extranjeros. III: Del contrato de trabajo. IV: De los intermediarios en el contrato de trabajo. V: Accidentes del trabajo. VI: Duración y suspensión del trabajo. VII: Trabajo a domicilio e industrias domésticas. VIII: Trabajo de los menores y de las mujeres. IX: Contrato de aprendizaje. X: Del trabajo de los indios. XI: Condiciones de higiene y seguridad en las condiciones del trabajo. XII: Asociaciones industriales y obreras. XIII: Autoridades administrativas. XIV: De los tribunales de conciliación y arbitraje. (1956, p.180)

No que diz respeito à imigração, o projeto oferecia algumas restrições:

> Art. 6º. Exclúyense de la admisión en el territorio de la república los extranjeros que pretendiesen entrar en él, ya en calidad de inmigrantes o en cualquiera otra condición, y aunque fuesen llamados por parientes o amigos suyos residentes en la república, y que se hallasen en alguna de las categorías seguientes:
>
> 1ª Idiotas, locos, epilépticos, y los que hubiesen sufrido ataques de locura durante los cinco años anteriores a su llegada al país.
>
> 2ª Enfermos atacados de enfermidades repugnantes o contagiosas.
>
> 3ª Los mendigos de profesión, los indigentes y demás que sólo deban constituir una carga para la beneficencia pública.
>
> 4ª Los que hubiesen sido condenados por estafa, bigamia o por delitos infamantes.
>
> 5ª Las prostitutas y las personas que procuren traer prostitutas u otras mujeres o niñas con el fin de dedicarlas a la prostitución. (idem, p.184)

A lei explicitava, ainda, sua aversão à imigração de origem não-europeia. Para González, era um dever do Poder Executivo impedir a entrada de pessoas ou grupos que pertencessem a raças, tribos ou

nações não-europeias, pois considerava – assim como a porção da elite liberal argentina – que esses eram contrários à moralidade, inaptos ao trabalho e que, portanto, poderiam converter-se num perigo para a sociedade e o Estado argentino.

Os direitos dos operários faziam parte do projeto de lei. Questões como a definição de um salário mínimo, aplicação da jornada de trabalho de oito horas diárias, o direito ao descanso dominical, a regulamentação do trabalho de menores e mulheres e as condições de higiene e segurança já eram causas de conflitos entre patrões e empregados e acabaram sendo incorporadas às preocupações expressas pela lei.

À época da apresentação do projeto da Lei do Trabalho, José Ingenieros realizou sua análise, a qual foi publicada em 1906, em Paris, sob o título *La législation du travail dans la République Argentine* e incorporada à obra *Sociologia argentina* a partir de 1913, reconhecendo-se tratar-se de uma lei mais completa que as existentes até aquele período:

> La ley proyectada para la República Argentina es mucho más completa que las análogas existentes; Australia, Nueva Zelandia y Estados Unidos podrán recoger en ella provechosas enseñanzas. Estudiándola en sus detalles, título por título, y sobre todo con relación al ambiente para el cual ha sido redactada, veremos que es generalmente muy buena y en muchos casos óptima. (idem, p.200)

Ingenieros discutiu a preferência do poder executivo por um sistema de legislação global sistemática em vez da adoção de leis parciais, tal como propunha González. Para ele, a escolha por um código geral estava relacionada a dois fatores: à ignorância dos operários e ao pouco empenho da classe dirigente que via de forma conveniente esse tipo de estruturação legislativa. Além disso, previa que a conquista progressiva dessas reformas pela classe operária, ou sua concessão gradual pela elite, exigiria, ainda, muitas décadas de lutas e conflitos:

> Baste pensar que medio siglo de agitación obrera y algunos millares de discursos de sus cientos de diputados socialistas, no han con-

> seguido establecer en país alguno de Europa la cuarta parte de las reformas instituidas por la Ley González. (idem, p.202-3)

Sobre as medidas restritivas à entrada de estrangeiros na Argentina, Ingenieros mostrou-se totalmente favorável, pois em seus estudos de criminologia também defendia tal prática. Para ele, essa parte da lei seria perfeita não fosse pelas palavras que encerravam o artigo 7º: "(...) siempre que a ellos no se agregasen otros infamantes o de los que caen bajo las disposiciones de la ley 4.944 de 22 de noviembre de 1902" (idem, p.204).

A lei 4.944 a que Ingenieros fez referência nada mais era que a Lei de Expulsão de Estrangeiros ou Lei de Residência, criada em caráter profilático, mas que na prática demonstrava ser puramente antianarquista, uma vez que era aplicada com critério policial. Juan Suriano ressalta que a Lei de Residência, juntamente com o estado de sítio, a participação do exército e o fechamento de periódicos estrangeiros e sindicatos foram fatos que ocorreram com muita frequência nos primeiros anos do século XX e representavam a forma de ação do governo argentino diante do afloramento da questão social.[10]

O desapontamento de Ingenieros frente à Lei de Residência ficou evidenciado ao considerar que o resultado de sua aplicação, enquanto um instrumento repressor do anarquismo, era "perfeitamente inútil para os fins que se propunham a ditá-la" (idem, p.205). Melhorias na educação e nas condições de vida dos operários eram defendidas por ele como a melhor forma de combater o movimento anarquista:

> La clase gobernante de la República Argentina debiera comprender que la mejor medida contra el anarquismo consiste en educar a la clase obrera y mejorar sus condiciones de vida: vivir bien equivale a pensar bien. La verdadera ley contra el anarquismo sería cualquier ley contra la ignorancia y la miseria. (idem, p.211)

10 Diante da lei de 1902, o futuro presidente da República Argentina, Sáenz Peña, sustentou que a expulsão dos estrangeiros era um direito de soberania que não era exercido contra os homens de bem, mas sim contra aqueles que perturbavam a ordem (cf. Suriano, op. cit., p.121).

Nesse sentido, entendemos que a maior crítica tecida por Ingenieros à proposta de González estava diretamente relacionada à causa operária, especialmente à tentativa de coagir as organizações operárias independentes, o que, na realidade, funcionaria como mais um instrumento de repressão ao anarquismo.[11] Para ele, essa era a "mancha" do projeto, o que o tornava impopular:

> Esas medidas equivalen a una verdadera *ley de represión del anarquismo*, ley que no todos los países europeos se han atrevido a dictar y que no tiene justificación alguna en esta ley del Trabajo. (idem, p.212) (grifo do autor)

Não obstante, outros tópicos da legislação trabalhista agradaram a Ingenieros como, por exemplo, o título VIII, referente ao trabalho das mulheres e crianças, ao qual atribuiu caráter inovador e considerou como um dos títulos melhor coordenados da lei. Segundo ele, já havia alguns anos da apresentação de um projeto que legislava sobre esse assunto, mas até aquele momento nenhuma lei protetora havia sido decretada. A idade de admissão das crianças para o desempenho de atividades industriais ficava fixada em 14 anos, coincidindo com a máxima idade escolar estabelecida pela Lei de Educação Comum, o que, para Ingenieros, correspondia a algo inovador, pois superava até mesmo a lei francesa (idem, p.207).

Outro ponto interessante abordado por José Ingenieros consistia na discussão sobre o trabalho indígena. Apesar de considerar bem intencionada a tentativa de González em integrar o índio à economia do país e assegurar-lhe alguns direitos, julgou tratar-se mais de um assunto de interesse jurídico que prático, porque via dificuldades em encontrar bases científicas que justificassem a disposição do índio ao trabalho:

---

11 Vários dirigentes do Partido Socialista manifestaram-se partidários da lei e compartilhavam a mesma opinião de Ingenieros: deveriam ser excluídos os títulos referentes à expulsão dos estrangeiros e às medidas coercitivas de organização operária.

> El indio a que la ley se refiere no es asimilable a la civilización blanca; no resiste nuestras enfermedades, no asimila nuestra cultura, no tiene suficiente resistencia orgánica para trabajar en competencia con el obrero blanco: la lucha por la vida lo extermina. (idem, p.208)

Desse modo, orientado pelo pensamento cientificista do período, Ingenieros classificou a raça indígena como absolutamente inferior e inadaptável e defendeu que sua proteção somente seria admissível se tivesse como principal objetivo garantir à mesma uma extinção doce (idem, ibidem).

Quando redigiu o balanço crítico do projeto de lei proposto por Joaquin V. González, José Ingenieros já havia deixado a militância junto ao Partido Socialista, mas, ainda assim, podemos notar que o socialismo fazia-se um tema presente em suas preocupações intelectuais. Por vários momentos enunciou a semelhança entre os principais pontos abordados na lei e o programa defendido pelo Partido Socialista, semelhança essa tomada como um aspecto positivo da proposta. Entretanto, fazia questão de salientar sua desaprovação com relação às medidas de coerção ao movimento operário.

Ingenieros ponderou que o grande problema enfrentado pela legislação trabalhista foram as discussões políticas, as quais, muitas vezes, eram alheias ao projeto em si e refletiam o conflito de interesses entre burgueses, socialistas e anarquistas: "escritores, juristas y agitadores de heterogénea cultura se dedicaron a aplaudirlo o censurarlo; pocos se dieron la molestia de leerlo" (idem, p.214).

Apesar de toda a discussão suscitada pela proposta de González, a Lei Nacional do Trabalho nunca foi aprovada pelo governo argentino. Porém, sua importância deve ser sublinhada, pois mobilizou boa parte da elite intelectual e política, fosse com contribuições, críticas ou sugestões ao projeto, o que, de certa forma, reflete a magnitude que havia atingido, no final do século XIX e nos primeiros anos do XX, a preocupação com o lugar do imigrante na sociedade argentina.

Se por um lado o elemento imigratório era visto como porta-voz de progresso e civilização, por outro correspondia ao que poderia haver de mais desagregador dentro de uma sociedade que busca-

va sua estruturação. O projeto de Joaquin V. González e a análise crítica de Ingenieros sobre o mesmo figuram como exemplos do empenho do governo e da intelectualidade argentina em não apenas definir a função desse novo elemento social, mas, principalmente, de controlá-lo com vistas a impedir que o plano original da elite liberal fosse guiado por novos rumos. Nesse ponto, concordamos com o historiador Juan Suriano, quem defende a hipótese de que a política social e a visão do Estado argentino a respeito do imigrante foram se modificando, a partir do final dos anos 1880, na medida em que as relações socioeconômicas foram se complicando e deram lugar à emergência da questão social (op. cit., p.110). Além disso, esse foi o período em que o país recebeu a maior proporção de imigrantes, o que contribuiu para a intensificação da atuação do governo argentino, a qual se manifestou, de acordo com a perspectiva proposta por Suriano, por meio de dois elementos centrais: uma política repressiva, cujo principal objetivo consistia em isolar e erradicar os elementos mais contestatórios do movimento operário, e uma política preventiva integradora que tratava de assimilar o conjunto de trabalhadores ao sistema (idem, p.120).

Portanto, podemos concluir que tanto Carlos Octavio Bunge quanto José Ingenieros participaram de forma ativa da elaboração de instrumentos que integrassem o imigrante à sociedade argentina. Bunge seguiu os caminhos abertos pela nova estruturação da escola pública argentina, e por meio da educação nacional – composta pelo ensino da história, geografia e do idioma nacional – pretendia garantir que o tipo nacional idealizado, fruto da interação com o elemento estrangeiro, mantivesse os valores patrióticos, uma vez que temia a dissolução da nacionalidade que ainda se buscava construir. José Ingenieros, embora alimentasse uma visão carregada de valores positivos com relação ao elemento imigratório e ressaltasse a importância da "raça branca", também considerada por ele como superior, seguiu uma linha diferente daquela trilhada por Bunge, pois ao menos nesse período fundamentou suas propostas nas relações de trabalho e nos direitos políticos dos trabalhadores.

3
Os novos rumos da nação

A atmosfera do Centenário

As transformações pelas quais a Argentina passara nos últimos anos do século XIX e os conflitos sociais acarretados pela imigração massiva faziam-se sentir com maior intensidade nos primeiros anos do século XX. Diante da ameaça representada pela heterogeneidade social, a elite política e intelectual de tendência liberal via a necessidade da afirmação da nacionalidade e buscava novos meios de redefini-la. Neste capítulo, analisaremos como a questão nacional foi debatida por Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros às vésperas das comemorações do Centenário da Independência e também em que medida o modelo proposto por esses intelectuais contribuiu para a definição do que significava ser argentino.

À época do Centenário, a sociedade argentina vivia um momento ambíguo: sua economia havia se transformado devido a um acelerado processo de crescimento, mas, ao mesmo tempo, enfrentava a desigualdade na distribuição dos frutos do progresso; além disso, o grande contingente imigratório, outrora tomado como sinônimo de modernidade, mostrava-se alheio à questão nacional, uma vez que não buscava nacionalizar-se. A combinação desses três fatores levou à emergência de uma série de conflitos sociais: em 1909, mo-

bilizações operárias, compostas principalmente por imigrantes que denunciavam as longas jornadas de trabalho, foram violentamente reprimidas num episódio que ficou conhecido como Semana Roja, e em 1910 foi registrado um número elevado de greves e distúrbios sociais com o intuito de arruinar os preparativos para o Centenário. Organizados sobretudo por anarquistas, tais conflitos foram reprimidos preventivamente pelas forças policiais que, valendo-se da Lei de Defesa Social,[1] frustraram completamente seu objetivo.

Nesse contexto, a data da comemoração do Centenário da Independência foi tomada como pretexto pela elite política e intelectual para inspirar na população o sentimento de pertencimento à nação argentina. Impulsionados pelos grupos dirigentes, todos os setores sociais foram, de alguma forma, incluídos nos preparativos de manifestações que tinham por objetivo resgatar a "argentinidade" e as tradições históricas, o que acabou transformando as festividades num modo de enfrentar a heterogeneidade étnica causada pela grande porcentagem de imigrantes.

Os preparativos para a grande comemoração[2] iniciaram-se com anos de antecipação, o que permitiu a chegada de propostas, informações e pedidos vindos de todos os cantos do país, os quais serviram como base para que as autoridades nacionais decidissem acerca dos locais onde seriam construídos estátuas e monumentos que deveriam representar fatos históricos importantes para a Argentina.[3] Os artistas da época buscavam identificação com momentos históricos que haviam marcado o século XIX e que continuavam frescos na

---

1 Promulgada em 1910, a Lei de Defesa Social diferenciava-se da já existente Lei de Residência pelo fato de incluir suas sanções aos anarquistas nativos e não apenas aos imigrantes.

2 Vários festejos marcaram a comemoração, como a realização, no hipódromo de Buenos Aires, do *Gran Premio Centenario*, o desfile militar pela Rua Florida, espetáculos de cinema e teatro grátis e a presença ilustre da Infanta Isabel, representando o rei espanhol, do presidente do Chile, Pedro Montt, e de representantes da Alemanha, Paraguai, Japão, Estados Unidos, entre outros.

3 A *Revista de Derecho, Historia y Letras* publicou, por várias vezes durante os anos que antecederam o Centenário, discussões de seus colaboradores acerca de quais monumentos deveriam ser erguidos em homenagem à história nacional.

memória dos contemporâneos, tais como a Revolução de Maio de 1810, a luta pela independência, a construção do Estado nacional e a consolidação da nação. A estratégia elaborada pelo governo para criar um ambiente que inspirasse o sentimento patriótico contou, a princípio, com dispositivos visuais, mas logo foi complementada pela expressão escrita por meio da produção poética sobre temas relacionados ao significado histórico do Centenário. Revistas e jornais publicaram obras de poetas de reconhecida trajetória e também de autores das províncias, os quais viam nos festejos uma oportunidade de fazer com que seus versos fossem ouvidos. Nesse sentido, estimulou-se, ainda, a impressão de obras completas de notáveis intelectuais argentinos, além da publicação de documentos históricos e cartas geográficas que traziam as atualizações dos limites do país, e da inauguração de bibliotecas.[4]

A escola, que desde os anos de 1880 havia se transformado numa ferramenta em prol da questão nacional, na década de 1910 teve papel fundamental, pois, por seu intermédio, a elite pretendia transformar os filhos dos imigrantes em seres argentinos, isto é, a instrução primária tinha a finalidade de incorporar os imigrantes e recuperar a argentinidade. Pela utilização de símbolos como a bandeira, o hino e o escudo nacional, da história nacional e das instituições políticas, o governo pretendia assimilar os filhos dos estrangeiros, acreditando que, quando aqueles se vissem rodeados pelos símbolos nacionais e pela exaltação dos heróis pátrios, passariam a sentir-se pertencentes à nação argentina e passariam a introjetá-la. Seguindo essa perspectiva, o ensino da história nacional deveria apontar as responsabilidades individuais mostrando o caminho percorrido pelos grandes personagens e despertando, assim, um sentimento de pertencimento à pátria.

---

4 De acordo com a historiadora Gabriela Pellegrino Soares, já no final do século XIX, o governo argentino incentivou, ainda que em segundo plano, a construção de uma rede de bibliotecas comunitárias, pois partia da premissa de que a melhor maneira para levantar o nível intelectual da nação era fomentar o hábito da leitura até convertê-lo numa característica do caráter ou dos costumes nacionais (2007).

José Luis Romero assinala que o robustecimento do patriotismo pareceu, a muitos intelectuais, a arma necessária para neutralizar os perigos representados pela imigração aluvional (op. cit., p.71). José Maria Ramos Mejía, diretor do Conselho Nacional de Educação (CNE) à época do Centenário, via a necessidade de resgatar a história do país, criar um panteão pátrio, dotar de símbolos, ou seja, elaborar uma "mitologia" capaz de fazer nascer no peito da nova geração – formada pelos filhos dos imigrantes – um sentimento de pertencimento à terra que os acolheu. O melhor método seria induzi-los a uma espécie de sujeição interior, pois Ramos Mejía considerava tratar-se de uma massa carente e pouco ilustrada que carregava consigo outros comportamentos e sentimentos, distintos dos argentinos. Ricardo Rojas também defendia a necessidade de rever os princípios fundamentais da educação argentina, pois afirmava que a educação baseada na História seria o único caminho capaz de criar o sentimento coletivo que o país requeria para fundir todos os seus elementos.

Para Romero, a retórica oficial parecia ter cunhado definitivamente o tópico da "grandeza nacional", do invejável destino argentino e de suas inatas virtudes. A ideia de pátria havia adquirido um valor convencional nas frases feitas, mas arrastava um sentimento autêntico e inevitável que se difundia e operava na sociedade como um vivo estímulo para a transformação do heterogêneo em homogêneo e para a absorção dos grupos humanos de diversas origens em uma coletividade (op. cit., p.70).

No entanto, para resgatar o sentimento nacional, a elite intelectual propunha retornar ao passado, às origens, em busca do ser essencialmente argentino. Porém, se compararmos a história argentina à de outros países como, por exemplo, França ou Inglaterra, notamos que a Argentina era um país que não tinha passado, pois este ainda era muito recente na memória da sociedade. Foi nesse contexto que a identidade nacional, antes simbolizada pelo imigrante europeu, passou a ser problematizada a partir de outra perspectiva, na qual a herança colonial, outrora repudiada pelos liberais, foi recuperada e considerada parte integrante do novo modelo nacional.

Nicolas Shumway definiu essa corrente defensora das mesclas culturais e orgulhosa da tradição hispânica como nacionalista ou populista e relacionou-a aos nomes de José Hernández, Olegario Andrade e Carlos Guido y Spano (op. cit., p.317-8). Para esse historiador o nacionalismo era, antes de mais nada, nativista, orgulhoso da herança hispânica e de sua mistura étnica e rejeitava o racismo "esclarecido" dos liberais argentinos (idem, p.369). A perspectiva criollista também é um resultado dessa visão otimista acerca do passado colonial. Originando-se no campo literário, o criollismo utilizava-se da mitificação do passado e do discurso do telurismo, e associava a colonização espanhola a um período positivo da história argentina, pois considerava que foi a partir da miscigenação com os espanhóis que surgiu o tipo gaúcho identificado, por esses intelectuais, como aquele que melhor representaria a nação argentina.

Como já havíamos afirmado, no final do século XIX, o posicionamento intelectual de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros refletia os ideais propagados pela tendência liberal. Todavia, às vésperas do Centenário, ambos os intelectuais buscavam meios para legitimar a nação argentina e também voltaram-se ao passado colonial em busca do ser tipicamente argentino, como analisaremos a seguir.

Nuestra Patria

Carlos Bunge já havia enunciado em *La educación contemporánea*, obra datada do início do século XX, a importância desempenhada pela educação patriótica e pelo idioma nacional na construção da identidade argentina frente à ameaça de dissolução nacional representada pelos imigrantes. Essa ideia foi reafirmada pelo autor no artigo "La educación y la disciplina social", publicado na revista *El monitor de la educación común* (órgão subordinado ao Conselho Nacional de Educação), no qual postulava que a educação teria a função de reintroduzir no país, a qualquer custo, uma ordem disciplinar por meio do estabelecimento de um ensino com caráter eminentemente nacional e para todos os níveis, fosse ele veiculado de maneira teórica

(ensino do idioma nacional, da história e da geografia) ou prática (propondo sempre a aplicação nacional de estudos científicos e técnicos), dando valor indispensável à educação moral e à instrução cívica (Bunge, 1910, p.339).

Nesse contexto tornava-se muito clara para Carlos Bunge a necessidade de construir, apelar para ou resgatar um passado comum a toda a sociedade sobre o qual fosse possível edificar as bases da argentinização. A escola seria o instrumento utilizado pelo autor, uma vez que defendia o caráter verdadeiramente nacional da mesma. Nesse ponto, a perspectiva de Bunge aproximava-se da proposta por Ricardo Rojas, quem considerava necessário que "nossa escola seja nossa, pela conexão dos programas, pela elaboração argentina dos temas, pela substituição dos livros, pela adoção do material didático" (Rojas, 1971, p.147). Isso nos permite concluir que a imposição da ordem tanto na educação quanto na própria sociedade vinha de cima; isto é, alguns intelectuais argentinos – como Bunge e Rojas – não tomaram decisões apenas a respeito do problema da constituição da nação, mas também abordaram a relação desta com a escolarização massiva encarregando-se até mesmo de produzir livros de texto para as escolas primárias e secundárias.

Esse foi o caso de Carlos Bunge, quem em 1910 publicou *Nuestra Patria*, um livro de leitura escolar dedicado a estudantes do quinto e sexto anos da escola primária, o qual tinha como propósito despertar nos alunos o sentimento nacional.

Diferentemente do que havia proposto em *Nuestra América*, obra na qual aplicou os princípios do biologismo racista a fim de obter uma sociedade biologicamente apta, em *Nuestra Patria* ele assumiu um discurso inclusivista que tinha como objetivo incorporar os gaúchos, negros e índios à nação argentina.[5] A mistura racial não era mais

5 A cultura indígena é recuperada a ponto de Bunge afirmar que: "...en lo que ahora es la Argentina, más que sus ideas y sus conocimientos, los indios aportaron generosamente su preciosa sangre de pueblos libres". Do mesmo modo, o negro e o mestiço também são exaltados, pois, segundo Bunge, eles formaram heroicas infantarias nos exércitos da pátria. E completa: "...cualesquiera que fuesen su color y su origen, los argentinos se amaron siempre como hermanos".

vista como um problema, passando a ser pensada a partir da figura do gaúcho idealizado, que transmitiria seus genes às novas gerações, numa fecunda mistura com o imigrante que um dia chegou ao solo pátrio (Terán, 2000, p.203), constituindo, por fim, a verdadeira nação argentina. Na perspectiva de Bunge, o conteúdo de *Nuestra Patria* representava um exemplo da "boa miscigenação", isto é, aquela que conciliava as bondades da raça aliadas à tradição nacional.

Um fato curioso a respeito dessa obra é que Bunge escreveu um prólogo que não acompanhou o livro no momento de sua publicação. Intitulado "Teoría de un libro de lectura escolar", o referido prólogo apareceu, pela primeira vez, na revista *El Monitor de la educación común* sob a justificativa de que o livro já era muito extenso e que por esse motivo não poderiam ser acrescentadas algumas poucas páginas correspondentes ao prólogo. Nossa hipótese para esse fato é que o interlocutor ideal de Bunge não eram as crianças, mas sim os professores leitores da revista e a comunidade educativa que incluía também os funcionários do Conselho Nacional de Educação (CNE). De alguma forma, a publicação do prólogo no último número do ano de 1910 – apesar de ter sido escrito no último mês do ano anterior – foi o modo que Bunge encontrou para apoiar o programa de educação patriótica desenvolvido por Ramos Mejía, presidente do CNE entre os anos de 1908 e 1913, e para ampliar seu público leitor buscando atingir todos os professores que eram leitores assíduos da revista e não apenas os que utilizariam seu livro em sala de aula. Outra possível explicação é que o texto não utilizava uma linguagem apropriada para crianças, pois trazia textos rebuscados e conceitualizações compreensíveis somente para um público adulto.

No início do prólogo, Bunge explicitava sua concepção de nação e a relação desta com a educação nacionalista. Assim, igualava a pátria à nação e queixava-se da debilidade da nacionalidade argentina:

> La Patria, según se infiere de la sociología, es ante de todo y esencialmente el resultado de los sentimientos e ideas sociales de cada pueblo. Si esos sentimientos e ideas no se cultivan y florecen, la Patria se disgrega y corrompe. (...) hace notado por desgracia últimamente

> en la República Argentina un cierto debilitamiento de los factores psicológicos de la nacionalidad. (Bunge, 1910, p.572)

Retomando sua visão psicológica da sociedade, o autor considerava que os indivíduos deveriam estar unidos pelos sentimentos comuns e pelas ideias sociais e constatava que a Argentina passava por um momento de perda da nacionalidade, fato que o autor atribuía aos

> (...) principios jacobinos de menosprecio por el pasado y la tradición, las modernas ideas de anarquismo e internacionalismo, en cierto modo el carácter un tanto disolvente y levantisco del criollo, y sobre todo el cosmopolitismo de la copiosísima inmigración extranjera. (idem, ibidem)

Embora acreditasse que, em 1910, a nação estava dada por sua peculiaridade étnica, não compartilhava de certas ideias introduzidas pelos estrangeiros como, por exemplo, o anarquismo e o internacionalismo, vistos pelo autor como responsáveis pela ruptura das fronteiras da nação. Além disso, criticava a imigração massiva que trouxera consigo o cosmopolitismo, fator entendido por Bunge como a principal causa da heterogeneidade sociocultural, isto é, como aquele que contribuía tanto para a desagregação da sociedade quanto para a consequente perda do sentimento nacional.

Nesse ínterim a educação foi, mais uma vez, apontada por Bunge como a mais eficaz arma com a qual a sociedade e o Estado argentinos poderiam contar "para combater tão perniciosas tendências e amalgamar à nacionalidade o elemento imigratório" (idem, ibidem). Dialogando com vários estudiosos do fenômeno nacional argentino, o autor de *Nuestra Patria* defendia a capacidade da educação para produzir a coesão social, requisito por ele considerado fundamental para gerar o nacionalismo, uma vez que permitiria moldar os membros da sociedade argentina dentro de uma cultura homogênea.

Para Carlos Bunge, pensar em uma educação nacional consistia em resgatar a história e a tradição pela redescoberta e reinterpretação do passado a fim de que o entusiasmo nacionalista entrasse em cena.

Para cumprir tal objetivo admitia que, em *Nuestra Patria,* buscara deixar de lado os fatos da história recente argentina, pois acreditava que estes poderiam provocar comoção ou tomada de posições por parte dos estudantes; assim, abordava apenas os fatos que não implicassem distintas versões ou juízos pessoais como, por exemplo, a educação religiosa de Mariano Moreno escrita por Manuel Estrada. Além disso, podemos assinalar que a seleção dos fatos históricos ou a referência a personalidades importantes da história argentina contidas no manual escolar de Bunge também são explicadas pela intenção do autor de não nomear nem tocar em certos temas polêmicos naquele momento, tais como a imigração e os movimentos políticos nos quais muitos imigrantes haviam se envolvido.

Quanto à organização, *Nuestra Patria* está estruturada em quatro partes, cada qual com um eixo temático: "La tradición y la historia del pueblo argentino", "La poesía argentina", "El país argentino" e "Cuadros y fases de la vida argentina". Por meio delas Bunge relacionava a educação à nacionalidade.

É interessante notarmos como o texto dessa obra foi iniciado de forma semelhante ao realizado pelo autor em *Nuestra América*. Numa tentativa de definir as origens da sociedade e da cultura argentina, Bunge recorreu à influência dos povos que teriam sido responsáveis pela constituição do caráter argentino tal como este se mostrava na primeira década do século XX. Nesse sentido, sublinhou a presença dos indígenas e dos espanhóis, mas o fez de forma a exaltar os aspectos positivos de sua herança cultural, perspectiva diferente daquela desenvolvida em 1903, segundo a qual a herança espanhola era tomada como causadora dos problemas argentinos e o sangue indígena como responsável pela degeneração dos criollos. Além disso, em *Nuestra América* o autor versava sobre a presença do elemento negro na constituição dos hispano-americanos – ainda que a tenha apresentado a partir de uma perspectiva negativa –, enquanto em seu manual didático a figura do negro africano nem era lembrada.

Carlos Bunge sustentava que a verdadeira herança cultural argentina estava no campo e era sintetizada pela figura do gaúcho. Por isso, na segunda parte da obra, utilizou-se da poesia gauchesca com

o intuito de resgatar as raízes do idioma nacional "sem nenhum tipo de adulteração estrangeirizante", pois considerava que a linguagem poética praticada nas aulas de declamação acabaria por corrigir a pronúncia incorreta dos filhos dos imigrantes. Nesse ponto fica claro que, segundo a perspectiva de Bunge, os imigrantes haviam se tornado um problema que poderia ser corrigido a partir da educação e do ensino do idioma nacional, o que nos permite concluir que o autor associava a correção do idioma à correção da nação. Afinal, a partir do momento em que o imigrante deixasse de se expressar por seu idioma de origem estaria dando mostras de sua integração à sociedade argentina.

A maior dificuldade apontada por Bunge ao selecionar os textos poéticos consistia na escolha da melhor forma para apresentá-los ao público infantil para que houvesse uma melhor compreensão por parte dos alunos – Bunge apresentava os poetas a partir de algum traço marcante, o que permitia às crianças lembrarem-se deles com maior facilidade. Como exemplos podemos citar Vicente López y Planes, apresentado como o autor da Canção Nacional, Echeverría, representado como o cantor dos Pampas, e Juan Cruz Varela, descrito como o poeta clássico (idem, p.576).

Ao ressaltar o caráter popular da poesia gauchesca, contrariando tudo o que havia postulado anteriormente, Bunge chama a atenção para as características positivas da personalidade do gaúcho. Segundo essa perspectiva, esse não era um criminoso, apenas estava acostumado a ditar suas próprias leis num período em que os pampas eram praticamente despovoados. No entanto, a partir do século XIX, com a ocupação dos campos, o gaúcho viu-se numa situação difícil e perigosa, pois as leis impostas pelos homens das cidades chocavam-se com seus costumes, isto é, com suas próprias leis. Assim, Bunge constatava que o gaúcho não era nada mais que uma "vítima das circunstâncias" e que, apesar de ter sido retratado como um "mau elemento", sua natureza era repleta de bondade e todos os seus atos justificavam-se por causa da luta pela vida e pela glória, o que o transformava num herói que lutava pela sobrevivência. Para demonstrar seu ponto de vista, Bunge recorreu a dois personagens criados pela literatura argentina: Martin Fierro e Santos Vega.

Para Shumway, o objetivo de José Hernández ao criar o poema Martin Fierro, em 1872, foi mostrar os abusos, humilhações, dificuldades, desgraças e azares da vida do gaúcho, mas também retratar um homem que era, ao mesmo tempo, um protótipo e um indivíduo, uma atraente persona literária e uma vítima representativa do liberalismo argentino (op. cit., p.337). Na releitura de Bunge, Martin Fierro representava o tipo genérico do gaúcho em meados do século XIX: um homem comum e não idealizado que se mostrava valente, generoso e trovador, ao mesmo tempo em que era viciado em bebidas alcoólicas (Bunge, 1910, p.167). Considerava, ainda, o poema de Hernández como um documento histórico por meio do qual a figura do gaúcho seria perpetuada no imaginário da sociedade argentina e a sua personagem principal, Martin Fierro, transformar-se-ia num "herói dos tempos bárbaros" (idem, p.169).

Da mesma forma que fez com Martin Fierro, Bunge descrevia Santos Vegas como a mais pura e elevada personificação do gaúcho. Para o autor, a história da personagem, criada por Rafael Obligado, representava "o destino de uma raça e a síntese de uma epopeia" (idem, p.48):

> (...) Santos Vega fue el más potente payador. Su numen era inagotable en la improvisación de endechas, ya tiernas, ya humorísticas; su voz de timbre cristalino y trágico, inundaba el alma de sorpriesa y arrobamiento; sus manos arrancaban a la guitarra acordes que eran sollozos, burlas, imprecaciones. Su fama llenaba el desierto (...) Dondequiera que se presentase rendíale el homenaje de su poética soberanía aquella turba gauchesca tan amante de la libertad y rebelde a la imposición. Para el alma sencilla del paisano, dominada por el canto exquisito, Santos Vega era el rey de la Pampa. (idem, ibidem)

Podemos perceber que a visão de Bunge a respeito desse gaúcho mostrou-se contrária à descrita pelo próprio Obligado, segundo a qual Santos Vega perdia a payada e, simbolicamente, o país para o imigrante devido à sua falta de cultura e "civilidade". De acordo com a interpretação de Bunge, a lenda de Santos Vega poderia ser relacionada à doutrina bíblica do Gênesis:

> (...) Santos Vega en la Pampa fue Adán en el Paraíso Terrestre, antes de incurrir en el pecado original.(...) El demonio tienta su orgullo de dueño y señor de la llanura. Él, estimulado por la presencia de la morocha, acepta el reto, y es vencido. El demonio lo desaloja de sus dominios. El ombú hace, aunque imperfectamente, el papel del árbol de la ciencia y del bien y del mal. Lo cierto es que la ciencia vencedora, el arte del demonio, se identifica al mal, contraponiéndola al bien, al arte espontáneo, a la inspiración del payador que viene de Dios. (idem, p.50)

E, apesar de vencido, Bunge considerava que o gaúcho Santos Vega permaneceria triunfante na alma do povo argentino e propunha que sua história fosse passada adiante, como um exemplo do que havia de mais genuíno na nação.

Seguindo a proposta de apresentar aos pequenos estudantes todos os elementos que compunham a tradição cultural argentina, Bunge indicava, na terceira parte de *Nuestra Patria*, as distintas regiões geográficas do território argentino – os pampas, o litoral, o interior, o norte e o sul – com o intuito de associar a natureza a um elemento do patrimônio identitário nacional, um bem coletivo da nação. Além disso, nessa parte do livro, descrevia os costumes dos habitantes das regiões citadas a partir de um olhar estereotípico.

Na última parte, "Cuadros y fases de la vida argentina", o autor buscou, por meio do relato de cenas e práticas culturais do cotidiano e da análise dos sujeitos e instituições nelas envolvidas, criar uma consistência material e simbólica para a nacionalidade. Com o propósito de fixar o sentimento nacional desenvolvido ao longo de todo o livro, Bunge comparou o "povo argentino" a uma família e a nação a um numeroso grupo de irmãos e acrescentou que apenas as sociedades decadentes e corrompidas precisariam estimular o patriotismo, pois, segundo ele,

> (...) cuando se tiene la suerte de nacer en una patria invicta, libre y gloriosa como la República Argentina, entonces amarla no es ya forzado sacrificio, sino legítimo orgullo. Pertenecer al pueblo de

> San Martín y Belgrano, de Rivadavia y Sarmiento, de Echeverría y Alberdi, es sentirse miembro de uma familia de hombres ilustres. (idem, p.469)

Nesse sentido, o autor afirmava que o amor à pátria baseava-se no conhecimento da história nacional e que o passado capacitaria os argentinos para que eles enfrentassem os obstáculos futuros; argumentava, ainda, que para demonstrar seu patriotismo os argentinos tinham de servir à pátria e propunha que a melhor maneira de fazê-lo seria por meio do trabalho e do respeito às leis.

É importante destacarmos que o discurso contido em *Nuestra Patria* em nenhum momento assumiu um caráter de neutralidade; pelo contrário, refletia a realidade social, política e cultural vivida pela Argentina na primeira década do século XX e foi elaborado com o objetivo de pensar a nação em consonância com um projeto político centrado em homogeneizar a sociedade por meio da educação. Portanto, entendemos que essa mudança de discurso assumida por Bunge relaciona-se ao fato de que num livro escolar o autor dirigia-se a outro público, tornando-se difícil projetar seu discurso cientificista elitista a círculos mais amplos e, nesse sentido, concordamos com a perspectiva de Oscar Terán, que sustenta que Bunge acreditava que as massas não se encontravam nas mesmas condições que a elite para compreender e assimilar os relatos fundamentados no saber científico e, por isso, fazia-se necessário dispensar um tratamento diverso à maior parcela da população argentina do período: "(...) dando cuenta del abismo que escindiría a la elite con respecto a los subalternos, el desafio será respondido apelando a un discurso nacionalista para las masas, paralelo al destinado a los pares" (2000, p.201).

A partir disso, entendemos que Bunge desenvolveu duas estratégias de abordagem, as quais podem ser evidenciadas ao tomarmos como referência o paralelo entre *Nuestra América*, obra dirigida a seus pares, e *Nuestra Patria*, voltada a um público maior, uma vez que as intenções e os objetivos do autor ao escrevê-las parecem-nos semelhantes: exaltar a nação argentina.

A reorganização da cultura argentina

Para que possamos compreender como José Ingenieros definiu a questão nacional, temos de analisar as mudanças que se operaram em sua vida política e intelectual a partir da primeira década do século XX. Em 1911 apresentou-se para ocupar a cátedra de Medicina Legal na Faculdade de Medicina de Buenos Aires, pois, devido a seus antecedentes intelectuais, seu prestígio como docente e sua produção sobre o tema seria o primeiro nome – dentre três – a ser indicado pelo conselho diretivo daquela instituição. A escolha ficou a cargo do chefe do Poder Executivo representado, naquele momento, pelo presidente Roque Sáenz Peña, que, contrariando a hierarquia proposta e, segundo Terán, obedecendo às pressões da Igreja Católica, designou outro postulante para ocupar o referido cargo (1986, p.57). A reação de Ingenieros deu-se de uma forma quase espetacular: renunciou ao cargo que já ocupava no Instituto de Criminologia, fechou seu consultório médico, repartiu sua biblioteca entre os amigos e abandonou o país iniciando um período de autoexílio na Europa. Em uma carta pública dirigida ao presidente argentino, o intelectual denunciava a ofensa cometida contra sua dignidade profissional e negava-se a continuar vivendo no país enquanto Sáenz Peña estivesse no poder:

> A raíz de un acto que considero de inmoralidad gubernativa, e irrespetuoso para mi dignidad de universitario, me ausenté del país en 1911, con el propósito de no regresar a él mientras persista en su empleo la persona que desempeña el Poder Ejecutivo de la Nación. (Ponce, op. cit., p.80)

Durante sua estadia na Europa publicou o livro *El hombre medíocre*,[6] cuja primeira edição foi lançada em 1913 na cidade de Madri. Ainda hoje, essa obra é considerada de suma importância pelos estudiosos de Ingenieros, uma vez que agrega os elementos teóricos que rompem com seu pensamento anterior, tais como o

6 Essa obra constitui-se numa crítica ao governo de Roque Sáenz Peña.

crescimento da noção de ideal e o progressivo abandono dos escritos criminológicos e psiquiátricos, substituídos pela abordagem de temas filosóficos.

Esquematicamente, *El hombre mediocre* foi estruturado em torno da seguinte sequência temática: a definição do ideal e sua função social; a determinação do sujeito social portador do mesmo; a contraposição ao ideal, representada pela mediocridade, e os momentos históricos em que esta impera, até chegar aos efeitos políticos implicados por essas noções.

José Ingenieros argumentava que o oposto binário do ideal estaria configurado pela imitação, apontada como um traço distintivo da mediocridade. O homem medíocre seria, então, aquele incapaz de produzir ideais, cuja índole mimética permitia sua adaptação para viver em "rebanhos", pois, para o autor, os medíocres pretendiam suprir com a força do número suas debilidades individuais.

Ingenieros defendia que o progresso deveria ser liderado pela minoria – os chamados homens de gênio, cujos maiores expoentes teriam sido Sarmiento e Ameghino –, embora isso não implicasse a necessária aniquilação da mediocridade, pois entendia que a diferenciação era um fenômeno útil e inevitável, dado que, de acordo com sua perspectiva, a uniformidade dos indivíduos jamais resultaria no aperfeiçoamento da sociedade. Oscar Terán explica que, nesse sistema de forças e valores enunciado por Ingenieros, a igualdade seria a inimiga do progresso, que surgiria da dialética entre o impulso dos idealistas e o lastro dos medíocres, os quais atuariam como um contrapeso conservador afastando os extremismos que poderiam desagregar a sociedade (Terán, 1986, p.61).

No entanto, Ingenieros advertia que os medíocres poderiam tornar-se perigosos. Isso ocorreria quando excedessem a sua função de equilíbrio e expandissem seus valores até transformá-los num sistema de vida e governo, ao qual o autor chamou de *mediocracia*. Voltando às circunstâncias em que esse intelectual escreveu a referida obra, podemos concluir que seu texto está repleto de referências, tanto silenciosas quanto explícitas, à figura do presidente Sáenz Peña e ao clima que, segundo Ingenieros, envolvia sua gestão de governo.

Assim, o autor aplicava à política argentina os postulados de seu livro, pois constatava que, naquele momento, a Argentina constituía-se numa mediocracia, o que resultaria, segundo ele, num período marcado por uma sociedade em decadência na qual os jovens não teriam acesso ao Estado e os intelectuais perderiam sua função social.

Em 1914, quando a presidência da República foi assumida por Victorino de la Plaza, chegou o momento propício para que Ingenieros cumprisse a promessa de retornar ao país. Seu regresso marcou uma nova fase em sua vida intelectual devido ao destaque dado em seus próximos trabalhos à problemática nacional, o que ficou evidenciado a partir do empenho em reorganizar a cultura argentina. Um texto emblemático da produção intelectual de Ingenieros referente a esse período foi "El suicidio de los bárbaros", escrito poucas semanas depois do início da Primeira Guerra Mundial. Logo no início afirmava: "La civilización feudal imperante en las naciones bárbaras de Europa ha resuelto suicidarse, arrojándose en el abismo de la guerra" (publicado em Os tempos novos, s. d., p.455).

A novidade nessa proposição está no fato de Ingenieros utilizar noções de caráter negativo como barbárie e feudalismo para referir-se à realidade europeia, a qual, até então, fora apontada pelo autor como exemplo de civilização e progresso. A ideia de feudalismo – já expressa anteriormente nas obras de Ingenieros – não continha apenas um significado econômico, mas também a negação do saber e do protagonismo das minorias intelectuais. Terán argumenta que o desencadeamento da guerra revelava definitivamente o triunfo dos violentos, opostos à elite pensante e inovadora, aos filósofos, aos sábios e aos trabalhadores; em suma, "las fuerzas malsanas oprimieron las fuerzas morales" (1986, p.75). Nesse ínterim, o europeísmo, considerado anteriormente como um núcleo importante da produção intelectual de Ingenieros, foi rompido a partir da crise instaurada naquele continente desde o início da guerra (Rossi, op. cit., p.15).[7]

7 Oscar Terán chama a atenção para a curta duração desse rompimento que ficou restrito ao texto de 1914, pois logo em seguida foram retomados os conceitos que identificavam a civilização à cultura europeia (1979, p.88).

Em contrapartida ao rompimento com o europeísmo, surgia a necessidade de gerar uma alternativa nacional e, assim como ocorreu com Bunge e outros intelectuais argentinos, José Ingenieros voltou seu olhar para aquilo que considerava genuinamente argentino e, com o objetivo de organizar a cultura nacional, criou no país dois órgãos intelectuais nos quais expressou suas novas preocupações: a *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación* e La Cultura Argentina, uma editora pela qual Ingenieros publicava as mais importantes obras da cultura nacional a preços baixos com o intuito de atrair maior público leitor.

Luis Rossi chama a atenção para o fato de que outros intelectuais argentinos seguiram, naquele período, o mesmo caminho aberto por Ingenieros: Ricardo Rojas anunciava a criação da Biblioteca Argentina, que publicava as mesmas obras que La Cultura Argentina, mas em edições críticas, e David Peña informava sobre a criação da Ediciones de Obras Nacionales, editora criada pelo Ateneo Nacional cujo propósito era imprimir as obras completas de Mariano Moreno, Juan Bautista Alberdi, Juan María Gutiérez, Vicente Fidel López e Bernardo de Irigoyen.[8] Segundo Anibal Ponce, em pouco tempo os títulos publicados pela editora de Ingenieros espalharam-se pela América, invadiram as livrarias e encheram as bibliotecas. Autores até então quase desconhecidos alcançaram, rapidamente, uma popularidade inesperada. As páginas profundas de Ameghino, os repiques vibrantes de Augustín Alvarez, os sábios estudos de Alberdi e Sarmiento, as meditações apaixonadas de Echeverría foram definitivamente incorporados ao acervo da cultura geral e La Cultura Argentina tornou-se a mais eficaz obra da cultura coletiva já realizada no país (Ponce, op. cit., p.101).

Outro resultado do afã de Ingenieros em organizar a cultura nacional foi a *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación* ou

8 Ingenieros explicou que havia proposto a Ricardo Rojas que publicassem as obras conjuntamente, o que acabou não acontecendo devido a diferenças de critério editorial: Rojas queria fazer edições críticas e Ingenieros, edições populares (cf. Ingenieros, 1915d).

apenas *Revista de Filosofia*, como ficou mais conhecida. Fundada e dirigida por José Ingenieros entre os anos de 1915 e 1925, sua importância reside no fato de ser considerada como a principal representante do projeto cultural de seu fundador, principalmente porque estabelecia, ao longo de suas páginas, a existência de uma tradição cultural própria que deveria ser resgatada por meio do passado argentino, a qual, em linhas gerais, dialogava com aquela proposta pelos intelectuais do Centenário. Seu valor intelectual deve ser assinalado, ainda, por desempenhar o papel de porta-voz de Ingenieros, que, a essa altura, atingia o auge de sua consagração acadêmica e intelectual agrupando, a seu redor, um conjunto de pares que compartilhavam dos mesmos interesses filosóficos, entre os quais podemos elencar Carlos Octavio Bunge e seu irmão, Augusto Bunge, Alfredo Coimos, Ricardo Rojas, Victor Mercante, Ernesto Quesada, Rodolfo Senet, Raúl Orgaz, Maximio S. Vitoria.[9]

Para Ponce, a *Revista de Filosofia* representava o desejo de imprimir uma unidade ao nascente pensamento argentino mirando-se na orientação cultural de Rivadavia, Echeverría, Alberdi e Sarmiento; além disso, procurava contribuir com a renovação dos gêneros clássicos da filosofia mediante as conclusões da experiência científica (idem, p.102). Cabe destacar que Anibal Ponce foi discípulo de Ingenieros e dirigiu, a seu lado, a referida revista, o que explica o caráter apaixonado desse intelectual ao descrever o projeto elaborado por José Ingenieros.

Nas páginas da *Revista de Filosofia*, bem como nos escritos de Ingenieros a partir da década de 1910, encontramos uma expressão até então inédita: "argentinidade". Para Ingenieros, a reformulação da problemática nacional estava centrada na definição da noção de "argentinidade", como explicava em "Para una filosofia argentina", artigo de abertura da revista: "(...) concebimos la 'argentinidad'

---

9 Luis Rossi ressalta que intelectuais mais próximos ao conservadorismo também colaboraram com a revista. Foi o caso de Alfredo Ferreira, que naquele momento exercia o cargo de vice-presidente do Conselho Nacional de Educação, e Rodolfo Rivarola, fundador e diretor da *Revista Argentina de Ciencias Políticas* (op. cit. p.16).

como el sentido nuevo que la raza naciente en esta parte del mundo podrá imprimir a la experiencia y a los ideales humanos" (1915a, p.2).

Na edição seguinte, Ingenieros discutia de que forma se havia originado a "raça argentina", à qual atribuía o caráter conformador da "argentinidade". O autor concebia a história das raças na América, a partir do século XVI, como "uma progressiva substituição das raças indígenas pelas raças brancas europeias" (1915, p.464), mas advertia, em "La formación de una raza argentina", que tal substituição não ocorreria uniformemente em todas as regiões do continente americano:

> En el Norte la substitución es neta, sin mestización; en el Sur, grandes masas de mestizos retardan por un siglo la formación de nacionalidades euro-americanas. En la zona intertropical súmanse varios factores para impedir el acceso y la difusión de las razas blancas. (idem, ibidem)

Um ponto interessante é que, apesar desse texto ser datado de 1915, podemos encontrar afinidades entre o pensamento desse período e aquele defendido pelo "jovem Ingenieros" no final do século XIX, como, por exemplo, a utilização do determinismo geográfico como fonte de explicações para as diferenças étnicas entre as porções do continente americano e o retorno da cultura europeia enquanto parâmetro civilizatório.

Ingenieros definia a nação a partir do momento em que um grupo de homens que viviam em uma região qualquer da superfície da Terra, adaptando-se às peculiaridades de sua natureza e à prática de determinados costumes, adquiria modos homogêneos de viver e pensar, dos quais resultaria o sentimento coletivo de solidariedades material e moral, consideradas pelo autor como características sociológicas da nação. Seguindo essa perspectiva, argumenta que apenas a partir da homogeneidade social e cultural poderia se constituir uma nação e pelo conceito de "raça argentina" referia-se a uma sociedade homogênea, tanto nos costumes quanto nos ideais.

Com o intuito de compreender o processo de formação da "raça argentina", Ingenieros considerou três variedades étnicas: os euro-argentinos, os mestiços hispano-indígenas e os indígenas propriamente ditos. Os primeiros eram considerados puramente europeus, pois de acordo com Ingenieros, além de o serem pela raça, também o eram por sua mentalidade – eles eram considerados responsáveis pela independência e pela nacionalidade política argentina. A segunda variedade corresponderia ao gaúcho. Produto da mescla entre o espanhol e o indígena, cuja principal característica eram os hábitos coloniais, esse mestiço foi tomado por Ingenieros como essencialmente distinto da porção da sociedade argentina que possuía sangue europeu, não apenas pelos aspectos físicos, mas, principalmente, por sua mentalidade. O terceiro elemento era o autóctone, isto é, as massas indígenas que teriam se mantido totalmente alheias à nova nacionalidade argentina. Para concluir, comemorava que o censo de 1914 havia assinalado um crescimento esmagador da raça branca, que os índios deixavam apenas traços exíguos e que em Buenos Aires um negro argentino era um objeto de curiosidade (idem, p.481).

A partir desse balanço, o autor retomou um tema recorrente em suas obras publicadas no final do século XIX e início do XX: a função civilizatória da imigração europeia. Para Ingenieros, a imigração foi responsável pela afirmação do predomínio da raça branca e da civilização europeia na região do Prata, pois supunha que os núcleos "euro-argentinos" haviam recebido um reforço de raças europeias, o que acabaria por concretizar, à época do Centenário, o sonho de Moreno, Rivadavia, Echeverría, Alberdi e Sarmiento.

No momento em que escreveu o texto, em 1915, José Ingenieros afirmava identificar alguns elementos da nacionalidade que se formava:

> Hay ya elementos inequívocos de juicio para apreciar este advenimiento de una raza blanca argentina – rápidamente acentuado en los últimos diez años y destinado a producir más sensibles resultados sociales en los veinte años próximos – y que pronto nos permitirá

borrar el estigma de inferioridad con que han marcado siempre los europeos a los sudamericanos. (idem, ibidem)[10]

A nacionalidade argentina implicava, de acordo com a visão de Ingenieros, a constituição de uma "raça argentina" – branca – que prosperaria e se consolidaria de forma proporcional ao crescimento do sentimento coletivo de nacionalidade. Nesse ínterim, o autor chamava a atenção para a existência de uma tradição argentina que ele não julgava se encontrar na herança indígena nem na colonial:

> Nació con la nacionalidad misma, en pugna franca con las rutinas coloniales; se enriqueció por obra de nuestros pensadores; aletea sobre las nuevas generaciones. Será el punto de partida para la germinación de ideales ulteriores. Todos los que sintieron y pensaron la "argentinidad" hablaron del porvenir. Ningún pensador argentino tuvo los ojos en la espalda ni pronunció la palabra "ayer"; todos miraron al frente y repitieron sin descanso: "mañana".

Nesse ponto, podemos notar a diferença no discurso nacionalista de Bunge e Ingenieros a partir da primeira década do século XX. Enquanto o primeiro identificava o imigrante europeu como um elemento que poderia causar a desintegração do caráter nacional que àquela época se buscava solidificar, o segundo entendia a influência do elemento civilizador, portador de cultura, representado pelo imigrante europeu, como um dos traços constituintes de tal caráter nacional. Portanto, em seu esforço pela construção da nacionalidade argentina, ambos os intelectuais voltaram-se ao passado, mas o fizeram de formas distintas. Para Carlos Bunge as raízes do ser

10 Tais elementos seriam o exército nacional, composto por cidadãos brancos que sabiam ler, diante dos quais Ingenieros afirmava sentir-se como se assistisse a um desfile de tropas europeu, e o eleitorado nacional que era comparado à distribuição das raças no território argentino: os partidos democráticos de esquerda (como o Radical e o Socialista) teriam maior influência sobre as zonas europeizadas do país, enquanto os partidos oligárquicos de direita teriam sua base nas zonas fronteiriças com a América tropical e a Cordilheira dos Andes.

essencialmente argentino seriam identificadas na figura do gaúcho, habitante dos campos do interior do país, pois a nova ameaça seriam os imigrantes que não haviam adotado os costumes e a cultura do país, isto é, não haviam se integrado ao mesmo. Já Ingenieros recorreu ao passado colonial com o objetivo de enunciar a formação de uma "raça argentina" a partir da qual se conformaria a "argentinidade".

A "argentinidade" consistia, seguindo o pensamento de Ingenieros, no sentido novo que a "raça nascente" imprimiria à sabedoria comum dos homens da época (1915a, p.2): ele acreditava que, dentro do conjunto de ideais produzidos pela atividade dos cientistas e dos artistas, a experiência diferenciada dos argentinos constituiria uma filosofia argentina. A construção da nação estaria, dessa forma, associada à reorganização da cultura argentina, o que somente seria possível a partir do trabalho dos intelectuais. Neste ponto é importante destacarmos que a criação da editora La Cultura Argentina e da *Revista de Filosofia* situa Ingenieros e os colaboradores da revista entre os intelectuais que tinham como missão construir a nação, uma vez que contribuíam para a organização de sua cultura. Carlos Bunge, no discurso proferido ao receber Ángel de Estrada na Academia de Filosofia e Letras, corroborava a necessidade de organizar e fomentar a cultura nacional:

> Si necesitamos, pues, poetas y prosistas, obra la más sana y patriótica será estimular su fecundísima labor. Sus hermanos en las letras y artes han de ayudarlos, sin torpes rivalidades (...). El Estado ha de protegerlos, y no con menor constancia, eficacia y aun sacrificio que a las industrias nacionales, puesto que no son menos útiles. En fin, el pueblo ha de amarlos y respetarlos (...) hora es de que comencemos a apreciar nuestros positivos valores culturales, si no queremos vivir siempre de la imitación estéril y deprimente. La intelectualidad argentina es felizmente rica y poderosa. Sólo le falta para ser grande un factor indispensable: el estímulo social. (1915, p.324)

Rossi destaca que o desejo de atestar a existência da "argentinidade" e de elucidar os valores que a constituíam estava expresso em

forma de manifesto tanto no primeiro número da *Revista de Filosofia* quanto na atividade pública de Ingenieros. De acordo com Hector Agosti (1947, p.135), durante os anos que passou na Europa, sempre que trabalhava sobre a mesa de algum café em Lausana, José Ingenieros colocava sobre ela uma bandeirinha argentina e, ao agradecer a seus anfitriões em universidades estrangeiras ou ao responder a comentários de publicações do exterior sobre alguma de suas obras, enfatizava sua nacionalidade argentina deixando claro que quem recebia as homenagens não era apenas a sua pessoa, mas um destacado representante da cultura argentina, membro de sua elite intelectual: "(...) es como si en mi persona se quisiera honrar a mi patria, por sus grandes pensadores, Sarmiento, Alberdi y Ameghino, o por mis maestros, inmediatos en la ciencia psiquiátrica, Ramos Mejía y De Veyga" (Ingenieros, 1915, p.270).

A visão positiva de Ingenieros com relação à contribuição do elemento imigratório para a construção da nacionalidade argentina, evidenciada desde seus primeiros escritos até os textos publicados na *Revista de Filosofia,* remete-nos à hipótese de que esse pensamento se sustentou, por tanto tempo, em decorrência de suas origens. Diferentemente de Bunge, que pertencia a uma tradicional família argentina criadora de gado, Ingenieros chegou ao país, ainda pequeno, na condição de imigrante, o que acreditamos ter contribuído para a definição do caráter otimista da imigração em suas obras. Sempre que exaltou a figura do imigrante, Ingenieros o fez partindo de um viés positivo, fosse no final do século XIX, momento em que se preocupava em romper com as tradições hispânicas e gaúchas, ou a partir da década de 1915, quando ressaltava a importância da "argentinidade" e da formação de uma "raça tipicamente argentina" enquanto símbolos da nacionalidade.

Um ponto coincidente entre a produção de Ingenieros e Bunge reside sobre a questão educacional. Carlos Bunge havia se mostrado, durante sua trajetória intelectual, preocupado com a função da educação diante da construção da nação argentina; Ingenieros, por sua vez, acena nessa direção, mas o faz alguns anos depois e de outro patamar, pois, se o alvo de Bunge eram as escolas primárias, para In-

genieros importavam as universidades. Assim, em 1916 apresentou, durante o II Congreso Científico Panamericano, um relatório sobre "La filosofia científica en la organización de las universidades", que mais tarde deu origem à obra *La universidad del porvenir.* Segundo Terán, "esse escrito, autêntico precursor teórico da Reforma Universitária, expressava nitidamente o modo como a universidade era concebida, como uma engrenagem vital dentro do projeto nacional" (1979, p.93). Partindo dessa perspectiva, Ingenieros constatava que, àquela época, as universidades constituíam espaços enclausurados e alheios à sociedade global e propunha que elas deveriam estender-se a toda a sociedade, o que possibilitaria elevar a cultura da sociedade argentina: "(...) la educación superior no debe verse como un privilegio para crear diferencias en favor de pocos elegidos, sino como el instrumento colectivo más apropiado para aumentar la capacidad humana frente a la naturaleza, contribuyendo al bienestar de todos los hombres" (s. d., p.289).

La universidad del porvenir completava o esquema proposto por seu autor desde 1915, segundo o qual o desenvolvimento cultural era concebido como um requisito para a nacionalidade. Outro componente que complementava o ideal de nacionalidade expresso por Ingenieros rumo aos anos 1920 era a moralidade. Em *Hacia una moral sin dogmas*, o autor evoca uma moral diferente daquela enunciada em *El hombre mediocre*, pois, se outrora sua preocupação estava voltada para a moral individualista, nesse momento a temática concentra-se na ética social. Segundo Terán, a partir de então, o ideal não era mais defendido como um patrimônio exclusivo das minorias, uma vez que, ao menos parcialmente, estaria sendo gerado no horizonte de uma moralidade social (1979, p.95).

Se comparadas, a produção intelectual de Carlos Octavio Bunge e a de José Ingenieros evidenciam grande afinidade temática, apesar de o segundo ter produzido em maior volume que o primeiro, dado que viveu mais. Nos últimos anos, o discurso de Ingenieros – agora um intelectual já maduro, com ideias bem definidas – enunciava uma transferência, ainda que lenta, "do europeísmo para um novo modelo europeizado", porém instalado na América. Ademais, a questão

nacional mostrou-se marcada não apenas pelos elementos raciais, como ocorrera no início de seus escritos, mas também pela cultura e pela moral. Nesse sentido, como argumenta Terán,

> Ingenieros via a necessidade de publicar livros a preços acessíveis e com a impressão de muitos exemplares, de ilustrar as camadas intelectuais mediante a criação de uma revista teórica, mas, sobretudo, queria ocupar o coração cultural das classes privilegiadas com o fomento às universidades. (idem, p.96)

A partir de tudo isso, podemos afirmar que existiu, de fato, uma necessidade, ao menos por parte da elite intelectual, de reelaborar, a partir de 1910, os traços que compunham a nação argentina. No entanto, tal processo não foi unívoco, pois, como procuramos demonstrar a partir da análise da produção intelectual de Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros, ao menos duas perspectivas foram apresentadas. A primeira delas, evidenciada em Bunge, retomava as propostas do criollismo, exaltando um nacionalismo autóctone centrado no exemplo do gaúcho. Já a segunda, enunciada por José Ingenieros, baseava-se nos ideais difundidos pelo cientificismo que previam a superioridade da "raça branca" e mantinha-se focada na figura do imigrante. Nesse sentido, para formar a "raça argentina", considerava necessária a fusão entre os elementos civilizatórios europeus – como a cultura e a disposição para o trabalho – e os argentinos. Não obstante, existiu um ponto coincidente em ambas as propostas nacionais: a exclusão do elemento indígena.

Considerações finais

Neste trabalho, procuramos analisar o papel desempenhado pela elite liberal argentina frente à questão nacional entre os últimos anos do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, a partir da perspectiva de dois intelectuais de grande prestígio junto ao governo e à sociedade desse período: Carlos Octavio Bunge e José Ingenieros.

Um de nossos objetivos consistia em compreender como esses dois intelectuais haviam se apropriado de conceitos em voga na Europa, tais como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo, a fim de justificar os problemas encontrados na sociedade argentina de sua época. Nesse sentido, compreendemos que a aplicação desses conceitos em suas principais obras estava relacionada aos pressupostos políticos delineados pelo Estado, constituindo-se num instrumento utilizado com duas finalidades: legitimar o Estado nacional e construir uma identidade para a sociedade que passava por grandes transformações.

A partir da análise das fontes pudemos notar que tanto Carlos Octavio Bunge quanto José Ingenieros aplicaram os conceitos acima enunciados, mas não os fizeram de forma isolada, pois em suas obras o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo aparecem mesclados, o que nos permitiu desenvolver a hipótese de que os intelectuais argentinos do início do século XX não encontraram em apenas um desses dispositivos todas as instâncias teóricas para fundar um con-

junto de ideais coletivos em anos considerados cruciais para a definição de um novo nacionalismo como sendo um conjunto de símbolos e valores de identidade. Por isso, recorreram também aos ideais científicos, os quais aparecem representados pela aplicação da psicologia, da sociologia e do biologismo nas obras analisadas nesta pesquisa.

O papel desempenhado pelo imigrante na nova configuração social da Argentina também foi um tema importante em nosso trabalho, principalmente por tomarmos o fomento à imigração a partir de uma dupla função: contribuir para o desenvolvimento econômico do país e, ao mesmo tempo, corresponder à necessidade manifestada pela elite intelectual de tipificar o argentino – isto é, as "raças brancas", representadas pelos imigrantes, eram vistas como fundamentais para a constituição da própria nação.

Constatamos que, num primeiro momento, Bunge e Ingenieros mostraram-se favoráveis à promoção da imigração e criaram expectativas com relação a seus efeitos na sociedade argentina dos primeiros anos do século XX. Entretanto, conforme a porcentagem de estrangeiros superava a de nativos, a elite argentina passou a observar esse fenômeno de outra perspectiva: aqueles que haviam sido considerados como portadores do progresso e da modernidade converteram-se numa ameaça à identidade nacional, especialmente por sua recusa em adotar a nacionalidade do país que os acolhera.

Nesse ínterim, Carlos Bunge assumiu um discurso diferente daquele adotado em suas obras de caráter cientificista – nas quais o imigrante desempenharia um papel fundamental na constituição da nação argentina –, passando a buscar no passado recente a representação do ser essencialmente argentino. José Ingenieros, no entanto, manteve-se fiel à sua postura anterior, uma vez que continuou a exaltar os aspectos positivos da imigração enquanto elemento fundamental para a constituição de uma "raça argentina".

Portanto, concluímos que a elite intelectual argentina de tendência liberal utilizou os conhecimentos apontados pelo cientificismo de uma forma que os fez funcionar como um instrumento para a análise das questões sociais e políticas latentes em fins do século XIX e início do XX, o que contribuiu para a realização do projeto nacional.

Referências bibliográficas

AGGIO, A., LAHUERTA, M. (Orgs). *Pensar o século XX:* Problemas políticos e história na América Latina. São Paulo: Unesp, 2003.

AGOSTI, H. P. *Nación y cultura*. 2.ed. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

____________. *José Ingenieros:* cidadão da juventude. São Paulo: Brasiliense, 1947.

ANDERLE, A. El positivismo y la modernización de la identidad nacional en América Latina. In: *Anuario de estudios americanos XLV*, p.419-84, Sevilla, 1988.

ANDERSON, B. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática, 1989.

ARGENTINA. *Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1923).

____________. *El monitor de la educación común* (188-1965).

____________. *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación* (1915-1929).

AYARRAGARAY, L. 2.ed. *La anarquía argentina y el caudillismo:* estudio psicológico de los orígenes argentinos. Buenos Aires: Loujane, 1925.

BACZKO, B. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*, v.5. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BAGU, S. Vida exemplar de José Ingenieros. Buenos Aires: El Ateneo, 1953.

BARBERO, M. I. e DEVOTO, F. *Los nacionalistas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.

BEIRED, J. L. B. *O movimento operário argentino:* das origens ao peronismo (1890-1946). São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERTONI, L. A. "¿Para qué una nacionalidad? El surgimiento del nacionalismo en la Argentina de fines del siglo XIX". In: *Cuadernos Americanos*, México, v.6, n.66, p.179-88, nov.-dez./1997.

______. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*: la construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2001.

BOTANA, N. R. *El orden conservador*. La política argentina entre 1880 y 1916. Buenos Aires: Hyspamérica, 1986.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. de M. e AMADO, J. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

BUNGE, C. O. *Principios de psicología individual y social.* Madri: Daniel Jorro, 1903.

______. *Nuestra Patria. Libro de lectura para la educación nacional.* Buenos Aires: Ángel Estrada y Cia, 1910.

______. Los valores culturales. In: *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación.* Ano 1, v.1, n.3, mar. 1915, p.324.

______. *Estudios filosóficos*. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1919. (1.ed., 1900)

______. *Nuestra América*: ensayo de psicología social. Madri: Espasa-Calpe, 7.ed., 1926. (1.ed., 1903).

______. *La educación contemporánea.* Madri: Daniel Jorro, 1926. (1.ed., 1903).

CAMPANELLA, H. N. *La generación del 80:* su influencia en la vida cultural argentina. Buenos Aires: Tekné, 1983.

CARMAGNANI, M., CHÁVEZ, A. H.; ROMANO, R. (Coord). *Para una historia de América II.* Los nudos (1). México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CHARTIER, R. *A História cultural:* entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CHEVALIER, F. *América Latina:* de la independencia a nuestros días. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

CIBOTTI, E. Del habitante al ciudadano: la condición del inmigrante. In: *El progreso, la modernización y sus límites (1880-1916)*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

CLEMENTI, H. *Juventud y política en la Argentina.* Buenos Aires: Siglo XX, 1982.

COGGIOLA, O. Buenos Aires: cidade, política, cultura. In: *Revista Brasileira de História*, 1998.

DARWIN, C. *El origen de las especies*. México: Diana, 1977.

DE CERTEAU, Michel. *L'écriture de l'histoire*. Paris: Gallimard, 1975.

DEVES VALDÉS, E. *Del Ariel de Rodo a la CEPAL (1900-1950)*. Buenos Aires: Biblos, 2000.

DEVOTO, F. J. "Acerca de la construcción de la identidad nacional en un país de inmigrantes. El caso argentino (1852-1930)". In: *VVAA – Historia y presente en América Latina,* p.95-126. Valencia: Fundación Bancaja, 1996.

__________. Imigração europeia e identidade nacional nas imagens das elites argentinas (1850-1914). In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000, p.33-60.

ELIAS, N. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Zahar, v.1, 1990.

FAUSTO, B. (Org). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000.

FERRERAS, N. O. A formação da sociedade argentina contemporânea. Sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. In: *História*. São Paulo, v.25, n.1, 2006.

FRANCO, S. M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina:* os manuais de História Nacional (1868-1912). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

FUNES, P. e ANSALDI, W. Cuestión de piel: Racialismo y legitimidad política en el orden oligárquico latinoamericano. In: ANSALDI, W. (Coord.). *Calidoscopio Latinoamericano.* Buenos Aires: Ariel Historia, 2004.

__________. Leer versos con los ojos de la historia. Literatura y nación en Ricardo Rojas y Jorge Luis Borges. In: *Historia*. São Paulo: Unesp, v.22, 2003, p.99-120.

GARCÍA, F. V. El pensamiento de Carlos Octavio Bunge. In: *Revista Cubana de Ciencias Sociales*, n.16, año VI, 1988, p.77-93.

GELLNER, E. *Cultura, Identidad y Política.* El Nacionalismo y los nuevos cambios sociales. Trad: Alberto L. Bixio. Barcelona: Gediva, 1989.

GORI, G. *Inmigración y colonización en la Argentina.* Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 6. ed., 1988.

HALPERÍN-DONGHI, T. *Una nación para el desierto argentino*. Buenos Aires: Editores de América Latina, 1997.

____________. Para qué la inmigración?. In: *El espejo de la historia:* problemas argentinos y perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Sudamericana, 1998.

HELG, A. Race in Argentina and Cuba, 1880 – 1930: Theory, policies and popular reaction. In: *The idea of race in Latin America.* 1870-1940. Austin: University of Texas Press, 1994.

INGENIEROS, J. *La evolución sociológica argentina:* de la barbarie al imperialismo. Buenos Aires: J. Menendez, 1910.

____________. Para uma filosofia argentina. In: *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación.* Ano 1, v.1, n.1, jan. 1915a.

____________. La formación de una raza argentina. In: *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación.* Ano 1, v.2, n.6, Nov. 1915b.

____________. Las ciencias nuevas y las leyes viejas. In: *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación.* Ano 1, v.1, n.2, mar. 1915c.

____________. Historia de una biblioteca. In: *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación.* Buenos Aires, ano 1, v.2, n.5, setembro de 1915d.

____________. *El hombre medíocre:* ensayo moral sobre la mediocridad humana. 4.ed. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1917. (1.ed., 1913).

____________. *Hacia una moral sin dogmas*. 2.ed. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1919. (1.ed., 1917).

____________. *La simulación en la lucha por la vida*. Buenos Aires: Casa Vaccaro, 1920, 12.ed. (1.ed., 1903).

____________. *Las fuerzas morales*. 2.ed. Buenos Aires: L. J. Rosso, 1926.

____________. *La evolución de las ideas argentinas*. Buenos Aires: L. J. Rosso,1937, 4v.

____________. *Sociología argentina.* Buenos Aires: Editorial Tor, 1956. (1.ed., 1913).

____________. *La universidad del porvenir*. Buenos Aires s. d. (1.ed., 1917).

____________. *O que é o socialismo?* Buenos Aires: América Latina, s. d.

____________. *Os tempos novos:* reflexões otimistas sobre a Grande Guerra e a Revolução Russa. América Latina, s. d.

JITRIK, N. *El mundo del Ochenta*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1982.

KLEIN, H. S. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000, p.13-31.

KORN, A. *Obras completas*. Buenos Aires: Claridad, 1949.

LE BON, G. *Lois psychologiques de l'evolution dês peuples*. Paris, 1909.

MASSÉ, J. B. *Las clases obreras argentinas a principios de siglo.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

MEDRANO, L. I. Z. A lei de imigração e colonização de 1876 e os debates parlamentares sobre a imigração argentina (1876-1910). In: *Estudos de História*. Franca, v.12, n.2, 2005.

OBLIGADO, R. *Santos Vega*. Buenos Aires: Colihue, 1982.

PAYÁ, C., CÁRDENAS, E. *El primer nacionalismo argentino em Manoel Galvéz y Ricardo Rojas*. Buenos Aires: Peña Lillo, 1978.

____________. *La familia de Octavio Bunge*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.

PIZARRO, A. (Org). *América Latina:* palavra, literatura e cultura. Campinas: Unicamp, 1994, v.2.

PLA, A. J. *Ideología y método en la historiografía argentina*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1972.

____________. Presentación. In: MASSÉ, J. B. *Las clases obreras argentinas a principios de siglo.* Buenos Aires: Nueva Visión, 1973.

PONCE, A. *José Ingenieros:* su vida y su obra. Buenos Aires: Iglesias y Matera, 1949.

PRADO, M. L. *A formação das nações latino-americanas.* São Paulo: Atual, 1985.

____________. Mora e Echeverría: duas visões da questão da soberania popular. In: Prado, M. L. *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. São Paulo: Edusp, Bauru: Edusc, 1999.

____________. Para ler o Facundo de Sarmiento. In: PRADO, M. L. *América Latina no século XIX:* tramas, telas e textos. São Paulo, Edusp, Bauru: Edusc.

RÉMOND, R. (Org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROCK, D. *Argentina 1516-1987:* desde la colonización española hasta Raúl Alfonsín. 4.ed. Buenos Aires: Alianza Editorial, 1994.

ROJAS, R. *La Restauración nacionalista*. Buenos Aires: Peña Lilo, 1971.

ROJO, R. Ameghino y la inmigración de las ideas científicas. In: *La inmigración en la Argentina.* Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán, s. d.

ROMERO, F. *Sobre la filosofía en América*. Buenos Aires, 1952.

ROMERO, J. L. *El desarrollo de las ideas en la sociedad argentina del siglo XX*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1956.

ROMERO, J. L. e ROMERO, L. A. *Buenos Aires:* historia de cuatro siglos. Buenos Aires: Abril, 1983.

ROSANVALLON, P. Por uma história conceitual do político. In: *História,* São Paulo: Unesp, v.15, p.27-39,1996.

ROSSI, L. A. *Revista de Filosofia, Cultura, Ciencias y Educación (1915-1929).* Quilmes: Universidad Nacional de Quilmes, 1999.

ROWE, W. El criollismo. In: PIZARRO, A. (Org.). *América Latina.* Palavra, literatura e cultura. v.2. Campinas: Unicamp, 1994.

SARMIENTO, D. F. Chivilcoy – Programa, discurso proferido em Chivilcoy em uma festa em homenagem ao presidente eleito. In: *Discursos populares*. Buenos Aires: El Ateneo, 1927, p.134. Citado por SVAMPA, M. *El dilema argentino*: civilización o barbárie: de Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: c*ientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SENKMAN, L. Las preocupaciones étnicas de las elites intelectuales argentinas, 1880-1940. In: *Revista História,* São Paulo, n.129-131, p.101-20, ago.-dez./93 a ago.-dez./94.

SHUMWAY, N. *La invención de la Argentina*: historia de una idea. Buenos Aires: Emecé, 2000.

SOARES, G. P. *Semear horizontes:* leituras literárias na formação da infância. Argentina e Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: Editora UFMG/Fapesp, 2007.

SOLER, R. *El positivismo argentino*. Buenos Aires: Paidos, 1968.

SURIANO, J. El Estado argentino frente a los trabajadores urbanos: política social y represión, 1880-1916. In: *Anuario*, 14, Rosario, 1989-1990.

SVAMPA, M. *El dilema argentino:* civilización o barbárie: de Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

TERÁN, O. *José Ingenieros:* antimperialismo y nación. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 1979.

__________. *José Ingenieros:* pensar la nación. Buenos Aires: Alianza Bolsillo, 1986.

__________. *En busca de una ideología argentina.* Buenos Aires: Catálogos, 1986.

__________. *Positivismo y nación en la Argentina*. Buenos Aires: Puntosur, 1987.

__________. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910).* Derivas de la "cultura científica". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2000.

VENTURA, R. *Estilo tropical:* história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

ZIMMERMANN, E. A. Racial ideas and social reform: Argentina, 1890-1916. In: *Hispanic American Historical Review.* 72:1, p.23-46, Duke University Press, 1992.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm
Mancha: 23,7 x 42,5 paicas
Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
1ª edição: 2009

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral
Marcos Keith Takahashi